

ciudades revista

ISSN (online) 2448-1092

volume 15
número 25
2023



equipe editorial

Cidades é uma publicação voltada à divulgação de pesquisas e reflexões que envolvem a compreensão da problemática urbana a partir de um olhar preferencial, mas não exclusivamente geográfico.

Fundada em 2002 sob a responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos (GEU), ela está hoje sediada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob a responsabilidade de um Conselho Editorial que, em 2020, assumiu a revista sob o compromisso com a pluralidade na produção do conhecimento no campo dos estudos urbanos.

A revista tem como objetivo contribuir para ampliar nossa capacidade de ler e interpretar o processo de urbanização e as cidades num período em que tem se aprofundado a complexidade das relações que orientam processos e dinâmicas e se aceleram o ritmo das transformações.

Cidades está vinculada à linha de pesquisa Produção do espaço urbano-regional do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFFS.

Publicação sob responsabilidade da Universidade Federal da Fronteira Sul
Rodovia SC 484 - Km 02, - Chapecó, SC, Brasil. CEP 89815-899
ISSN (online) 2448-1092

cidades.uffs.edu.br
[@revistacidades](https://www.instagram.com/revistacidades)



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

volume 15 | número 25 | ano 2023

Conselho editorial

Dr.^a Catherine Chatel

Université Paris Cité, França

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dr.^a Juçara Spinelli

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dr. Márcio José Catelan

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Dr. Oscar Sobarzo

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Dr.^a Patricia Helena Milani

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Dr. William Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Responsável editorial

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Direção de arte e design

Arq. e Urb. Amanda Rosin de Oliveira

Universidade de São Paulo (USP)

Equipe de apoio

Me. Carliana Grosseli

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Me. João Henrique Zoehler Lemos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Vitor Hugo Batista

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Bibliotecária responsável

Franciele Scaglioni da Cruz

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Projeto gráfico e diagramação

AROLab | Amanda Rosin de Oliveira

Capa: Arte vetorizada por Inayara Sampaio

Conselho Editorial Internacional

Dr.^a Alicia Lindón, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, México, alicia.lindon@gmail.com
Dr.^a Ana Fani Alessandri Carlos, Universidade de São Paulo, Brasil, anafanic@usp.br
Dr. Angelo Serpa, Universidade Federal da Bahia, Brasil, angeloserpa@hotmail.com
Dr.^a Aurélia Michel, Université Paris Cité, França, aurelia.michel@univ-paris-diderot.fr
Dr. Carles Carreras, Universitat de Barcelona, Espanha, ccarreras@ub.edu
Dr.^a Carme Bellet, Universitat de Lleida, Espanha, carme.bellet@udl.cat *in memoriam*
Dr.^a Claudia Damasceno, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, claudia.damasceno@ehess.fr
Dr.^a Diana Lan, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, dlan@fch.unicen.edu.ar
Dr.^a Doralice Sátyro Maia, Universidade Federal da Paraíba, Brasil, dsatyromaia@gmail.com
Dr. Federico Arenas, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, farenasv@uc.cl
Dr. Gabriel Silvestre, University of Sheffield, Reino Unido, g.silvestre@sheffield.ac.uk
Dr. Horacio Capel, Universitat de Barcelona, Espanha, hcapel@ub.edu
Dr. Jan Bitoun, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, bitounjan@gmail.com
Dr. José Borzachiello da Silva, Universidade Federal do Ceará, Brasil, borzajose@gmail.com
Dr. Laurent Vidal, Université de La Rochelle, França, lvidal@univ-lr.fr
Dr.^a Leila Christina Dias, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, leila@cfh.ufsc.br
Dr.^a Luciana Buffalo, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, lubuffalo@gmail.com
Dr. Luis Alberto Salinas Arreortua, Universidad Nacional Autónoma de México, México, luis_arreortua@hotmail.com
Dr.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito, Universidade Estadual Paulista, Brasil, mebsposito@gmail.com
Dr.^a María Laura Silveira, Conicet/Universidad de Buenos Aires, Argentina, maria.laura.silveira.1@gmail.com
Dr.^a Odette Carvalho de Lima Seabra, Universidade de São Paulo, Brasil, odseabra@usp.br
Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, paulo.soares@ufrgs.br
Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, Universidade Federal da Bahia, Brasil, pavascon@uol.com.br
Dr. Roberto Lobato Corrêa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, lobatocorrea39@gmail.com
Dr. Rodrigo Hidalgo, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, rodrigohidalgogeo@gmail.com
Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior, Universidade Federal do Pará, Brasil, stclair-jr@hotmail.com
Dr.^a Tatiana Schor, Universidade Federal do Amazonas, Brasil, tatiana.schor@gmail.com
Dr. Vincent Berdoulay, Université de Pau et des Pays de l'Adour, França, vincent.berdoulay@univ-pau.fr

índice

P.05 - 09

APRESENTAÇÃO

P.10 - 11

**POLÍTICA
EDITORIAL**

P.12 - 18

**CIDADES E
METRÓPOLES
INCOMPLETAS:**
POSSIBILIDADES
E PROCESSO DE
PROMOÇÃO

MILTON SANTOS

P.19 - 32

**O DIREITO À CIDADE
COMO DIREITO À
DIFERENÇA**

**ANA BEATRIZ
OLIVEIRA REIS**

P.33 - 54

**CIDADE
PANDÊMICA:**
PASSADO, PRESENTE
E FUTURO

**LETÍCIA PERET
ANTUNES HARDT;
CARLOS HARDT;
MARLOS HARDT;
PATRÍCIA COSTA
PELLIZZARO**

P.55 - 79

**O ESPAÇO PÚBLICO
SOB A LÓGICA
FRAGMENTÁRIA:**
Práticas espaciais,
novas distinções e
insurgências

**RAFAEL ROXO
DOS SANTOS; EDA
MARIA GÓES**

P.80 - 99

**CONSUMIDORES
DAS FEIRAS LIVRES
URBANAS:**
Percepções acerca
da segurança
dos alimentos em
Chapecó - SC

**MARCIA ORTH RIPKE;
VANESSA DA SILVA
CORRALO; CARLA
ROZANE PAZ ARRUDA
TEO; MARIA ASSUNTA
BUSATO; JUNIR
ANTÔNIO LUTINSKI**

P.100 - 122

**A DANÇA-DO-
LUGAR COMO
PRÁTICA PARA UMA
FENOMENOLOGIA
DOS ESPAÇOS
PÚBLICOS URBANOS**

**LUIZ TIAGO DE
PAULA; EDUARDO
JOSÉ MARANDOLA
JUNIOR**

Trazemos a público o v. 15, n. 25 de CIDADES, composto por seis artigos e abarcando uma pluralidade de temáticas. A partir deste número, o Conselho Editorial tomou a decisão de publicar os textos em fluxo contínuo com vistas agilizar a publicação e evitar atrasos e sobrecargas no processo de editoração. Desse modo, a Apresentação e o volume completo serão publicados apenas quando do fechamento do número.

Dos seis artigos que compõem o n. 25, o primeiro deles é a tradução do francês ao português de um texto publicado originalmente em 1971 por Milton Santos, cuja iniciativa foi do tradutor Felipe Monteiro Morgado. Os cinco artigos subsequentes são inéditos.

Ana Beatriz Oliveira Reis apresenta, no artigo *O direito à cidade como direito à diferença*, uma revisita ao debate sobre este conceito já clássico do filósofo Henri Lefebvre a partir do debate sobre a diferença.

Letícia Peret Antunes Hardt, Carlos Hardt, Marlos Hardt e Patrícia Costa Pellizzaro apresentam, em seu *Cidade pandêmica: passado, presente e futuro*, uma discussão interessante sobre a relação entre a conformação histórica das cidades e o aparecimento de doenças assim como reflexões para pensarmos as cidades do futuro.

O artigo *O espaço público sob a lógica fragmentária: práticas espaciais, novas distinções e insurgências*, de autoria de Rafael Roxo e Eda Maria Góes, trata do uso de espaços públicos na cidade de Maringá, PR, em interface com a discussão sobre a fragmentação socioespacial a fim de questionar ideias como a de morte, declínio ou esvaziamento do espaço público.

O debate acerca da segurança alimentar nas cidades é contemplado no artigo de Marcia Orth Ripke, Vanessa da Silva Corralo, Carla Rozane Paz Arruda Teo, Maria Assunta Busato e Junir Antônio Lutinski, *Consumidores das feiras livres urbanas: percepções acerca da segurança dos alimentos em Chapecó, SC*. Neste texto, os autores discutem a importância das feiras livres urbanas como elemento de acesso à alimentação saudável tendo as feiras de Chapecó como objeto empírico.

No último texto do número, *A dança-do-lugar como método para uma fenomenologia dos espaços públicos urbanos*, Luiz Tiago de Paula e Eduardo José Marandola Júnior abordam, a partir de uma perspectiva fenomenológica, o uso dos espaços públicos com vista a valorizar as experiências quotidianas dos cidadãos e os conceitos de lugar e território.

CIDADES não seria possível sem o trabalho do Conselho Editorial, de todos os colegas avaliadores das submissões e da equipe de apoio. São muitas mãos que se complementam para que cada número venha ao ar. ■

Boa leitura!

Chapecó, 29th of April 2024.

Igor Catalão
Editor

We present to the public the volume 15, number 25 of CIDADES, composed of six articles and covering a plurality of themes. From this number onwards, the Editorial Committee has decided to publish the texts in a continuous flow in order to expedite publication and avoid delays and overloads in the editing process. Thus, the Introduction and the complete volume will only be published when the number is closed.

Of the six articles that make up number 25, the first is the translation from French to Portuguese of a text originally published in 1971 by Milton Santos, on the initiative of the translator Felipe Monteiro Morgado. The five subsequent articles are unpublished.

Ana Beatriz Oliveira Reis presents, in the article *The right to city as the right to difference*, a revisit of the debate on this classic concept by the philosopher Henri Lefebvre from the perspective of the debate on difference.

Letícia Peret Antunes Hardt, Carlos Hardt, Marlos Hardt and Patrícia Costa Pellizzaro present, in their *Pandemic city: past, present and future*, an interesting discussion on the relationship between the historical conformation of cities and the appearance of diseases, as well as reflections about the cities of the future.

The article *The public space under a fragmentary logic: spatial practices, new distinctions and insurgencies*, by Rafael Roxo and Eda Maria Góes, deals with the use of public spaces in the city of Maringá, state of Paraná, in interface with the discussion on socio-spatial fragmentation in order to question ideas such as the death, decline or emptying of public space.

The debate on food security in cities is contemplated in the article *Consumers of urban street markets: perceptions about food safety in Chapecó, state of Santa Catarina* by Marcia Orth Ripke, Vanessa da Silva Corralo, Carla Rozane Paz Arruda Teo, Maria Assunta Busato and Junir Antônio Lutinski. In this text, the authors discuss the importance of urban street markets as an element of access to healthy food, having the Chapecó markets as an empirical object.

In the last text of the issue, *The place-ballet as a method for a phenomenology of the urban public spaces*, Luiz Tiago de Paula and Eduardo José Marandola Júnior approach, from a phenomenological perspective, the use of public spaces with a view to valuing the daily experiences of city dwellers and the concepts of place and territory.

CIDADES would not be possible without the work of the Editorial Committee, all the colleagues who evaluate the submissions and the support team. There are many hands that complement each other so that each issue comes out to the air. ■

Happy reading!

presentación

Chapecó, 29 de abril de 2024.

Igor Catalão
Responsable editorial

Presentamos al público el v. 15, n. 25 de CIDADES, compuesto por seis artículos y que abarca una pluralidad de temas. A partir de este número, el Consejo Editorial ha tomado la decisión de publicar los textos en flujo continuo con el objetivo de agilizar la publicación y evitar retrasos y sobrecargas en el proceso de edición. De este modo, la Presentación y el volumen completo se publicarán solo al cierre del número.

De los seis artículos que componen el n. 25, el primero es la traducción del francés al portugués de un texto publicado originalmente en 1971 por Milton Santos, cuya iniciativa fue del traductor Felipe Monteiro Morgado. Los cinco artículos siguientes son inéditos.

Ana Beatriz Oliveira Reis presenta, en el artículo *El derecho a la ciudad como derecho a la diferencia*, una revisión del debate sobre este concepto ya clásico del filósofo Henri Lefebvre a partir del debate sobre la diferencia.

Letícia Peret Antunes Hardt, Carlos Hardt, Marlos Hardt y Patrícia Costa Pellizzaro presentan, en su *Ciudad pandémica: pasado, presente y futuro*, una interesante discusión sobre la relación entre la configuración histórica de las ciudades y la aparición de enfermedades, así como reflexiones para pensar las ciudades del futuro.

El artículo *El espacio público bajo lógicas fragmentarias: prácticas espaciales, nuevas distinciones e insurgencias*, de autoría de Rafael Roxo y Eda Maria Góes, trata del uso de espacios públicos en la ciudad de Maringá, estado de Paraná, en interfaz con la discusión sobre la fragmentación socioespacial con el fin de cuestionar ideas como la muerte, el declive o el vaciamiento del espacio público.

El debate sobre la seguridad alimentaria en las ciudades se contempla en el artículo de Marcia Orth Ripke, Vanessa da Silva Corralo, Carla Rozane Paz Arruda Teo, Maria Assunta Busato y Junir Antônio Lutinski, *Consumidores de mercadillos urbanos: percepciones sobre la seguridad alimentaria en Chapecó, estado de Santa Catarina*. En este texto, los autores discuten la importancia de los mercados libres urbanos como elemento de acceso a la alimentación saludable, teniendo los mercados de Chapecó como objeto empírico.

En el último texto del número, *El baile del lugar como método para una fenomenología de los espacios públicos urbanos*, Luiz Tiago de Paula y Eduardo José Marandola Júnior abordan, desde una perspectiva fenomenológica, el uso de los espacios públicos con el objetivo de valorar las experiencias cotidianas de los ciudadanos y los conceptos de lugar y territorio.

CIDADES no sería posible sin el trabajo del Consejo Editorial, de todos los colegas evaluadores de los textos y del equipo de apoyo. Son muchas manos las que se complementan para que cada número salga al aire. ■

¡Buena lectura!

Chapecó, 29 avril 2024.

Igor Catalão
Redacteur-en-chef

Nous présentons au public le volume 15, numéro 25 de CIDADES, composé de six articles et couvrant une pluralité de thèmes. À partir de ce numéro, le Comité de rédaction a pris la décision de publier les textes en flux continu afin d'accélérer la publication et d'éviter des retards et surcharges dans le processus d'édition. De cette manière, la Présentation et le volume complet ne seront publiés qu'à la clôture du numéro.

Parmi les six articles qui composent le numéro 25, le premier est la traduction du français au portugais d'un texte publié à l'origine en 1971 par Milton Santos, à l'initiative du traducteur Felipe Monteiro Morgado. Les cinq articles suivants sont inédits.

Ana Beatriz Oliveira Reis présente, dans l'article *Le droit à la ville comme droit à la différence*, une revisite du débat sur ce concept déjà classique du philosophe Henri Lefebvre à partir du débat sur la différence.

Letícia Peret Antunes Hardt, Carlos Hardt, Marlos Hardt et Patrícia Costa Pellizzaro présentent, dans leur article *Ville pandémique : passé, présent et avenir*, une discussion intéressante sur la relation entre la configuration historique des villes et l'apparition des maladies, ainsi que des réflexions pour penser les villes du futur.

L'article *L'espace public sous la logique fragmentaire : pratiques spatiales, nouvelles distinctions et insurgences*, des auteurs Rafael Roxo et Eda Maria Góes, aborde l'utilisation des espaces publics dans la ville de Maringá, état du Paraná, en interface avec la discussion sur la fragmentation urbaine afin de questionner des idées comme la mort, le déclin ou le videment de l'espace public.

Le débat sur la sécurité alimentaire dans les villes est abordé dans l'article de Marcia Orth Ripke, Vanessa da Silva Corralo, Carla Rozane Paz Arruda Teo, Maria Assunta Busato et Junir Antônio Lutinski, *Consommateurs des marchés ouverts urbains : perceptions sur la sûreté des aliments à Chapecó, état de Santa Catarina*. Dans ce texte, les auteurs discutent de l'importance des marchés urbains comme élément d'accès à une alimentation saine, en prenant les marchés de Chapecó comme objet empirique.

Dans le dernier texte du numéro, *La danse du lieu comme méthode pour une phénoménologie des espaces publics urbains*, Luiz Tiago de Paula et Eduardo José Marandola Júnior abordent, d'un point de vue phénoménologique, l'utilisation des espaces publics en vue de valoriser les expériences quotidiennes des citoyens et les concepts de lieu et de territoire.

CIDADES ne serait pas possible sans le travail du Comité de rédaction, de tous les collègues évaluateurs des soumissions et de l'équipe de soutien. Ce sont de nombreuses mains qui se complètent pour que chaque numéro paraisse. ■

Bonne lecture !

política editorial

Diretrizes para Autores

CIDADES publicará, em fluxo contínuo, textos que contenham detalhamento de estudos ou pesquisas empíricas ou bibliográficas concluídas assim como debates teórico-metodológicos aprofundados. A critério da Equipe Editorial, poderão ser publicados textos relevantes e obras clássicas de divulgação nacional e internacional, respeitando as regras relativas aos direitos autorais, assim como críticas bibliográficas.

Os artigos científicos devem ter, preferencialmente, **entre 30.000 a 75.000 caracteres** em seu documento completo, digitados em formato .doc, .docx ou .odt, com espaçamento 1,5 entrelinhas, fonte **Calibri, tamanho 12 e sem recuos e espaçamento de parágrafos**.

Caso o trabalho seja oriundo de pesquisa que tenha obtido fomento de alguma instituição, esta informação deverá ser mencionada em nota de rodapé sem identificação de autores/as na fase de avaliação. Os autores e autoras deverão ter este cuidado na preparação do texto como um todo, ou seja, não inserir qualquer identificação própria em notas de rodapé, legenda de figuras ou nas referências ao final do texto.

As notas devem ser inseridas no rodapé da página em que forem indicadas por algarismos numéricos arábicos sobrescritos. Exemplo: bairro¹, cidades², metropolização³.

Os artigos científicos devem ter obrigatoriamente um **resumo de 100 a 250 palavras**, em, pelo menos, três idiomas: português (obrigatório), inglês, espanhol ou francês. O título e as palavras-chave (máximo 6) também deverão ser traduzidas para as línguas em que o resumo for apresentado.

Serão aceitos textos encaminhados por autores não lusófonos, desde que escritos em inglês, francês ou espanhol.

As referências a autores deverão ser feitas no corpo do texto, indicando-se o sobrenome em caixa alta e baixa, seguido do ano de publicação da obra. Exemplo: (Silva, 2007), Silva (2007). Havendo mais de uma obra com o mesmo sobrenome, publicada no mesmo ano, deverão ser acrescentadas as letras do alfabeto em minúsculo, após o ano da publicação, por ordem de citação nas referências apresentadas ao final do texto. Exemplo: (Silva, 2007a), (Silva, 2007b), (Silva, 2007c).

As referências e citações devem seguir as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). É fundamental que os nomes dos autores nas referências, ao final do texto, venham completos e sem substituição por traços no caso de repetição. Exemplo: SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline; SANTOS, Rui Paiva. Os títulos das obras devem vir destacados em itálico. **Em caso de dúvida, consultar a bibliotecária responsável pela revista CIDADES.**

As citações literais de trechos de textos de outros autores, se tiverem até três linhas, devem manter-se no corpo do texto entre aspas e, se tiverem mais de três linhas, **deverão ser destacadas com recuo de 4 cm, em fonte Calibri 10, sem aspas.**

Expressões ou trechos no texto aos quais o autor queira dar destaque devem vir em sublinhado. As expressões ou excertos mantidos em língua estrangeira deverão estar escritos em *itálico*. Exemplo: *tout court, a priori, vis-à-vis*. Os autores não devem utilizar **negrito**, que é reservado para títulos e subtítulos do texto.

Os títulos, **grafados em negrito**, devem ser escritos em CAIXA ALTA quando principais e Caixa alta e baixa quando subtítulos. Admitem-se apenas dois níveis de títulos: **TÍTULOS** e **Subtítulos**. No caso de subtítulos, apenas a primeira letra deverá vir em letra maiúscula, exceção feita a nomes próprios.

As figuras deverão ser encaminhadas em formato digital (JPG, GIF, TIF), numa resolução mínima de 300 dpi, sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis. Elas igualmente devem estar inseridas no corpo do texto. Não enviar imagens em formato PDF. Quando o/a autor/a da figura for o/a mesmo/a do texto, deve-se tomar o cuidado para que não esteja identificado em títulos ou legendas.

Será responsabilidade dos autores e autoras enviar o texto obedecendo à norma padrão da língua em que estiver escrito. Em caso de necessidade de revisão, os textos serão remetidos aos autores e autoras para correção.

O conteúdo e as opiniões expressos pelos autores e autoras dos textos são de sua exclusiva responsabilidade, não representando necessariamente a opinião dos membros da Equipe Editorial de **CIDADES**.

A seleção dos textos será realizada por dois pareceristas do Conselho Científico ou por consultores ad hoc cuja nominata será publicada ao final de cada ano. Nos casos em que não houver consenso no parecer, a arbitragem será decidida por meio de um terceiro parecer.

No processo de seleção, consideram-se três situações: texto aceito para publicação, texto reencaminhado ao autor/à autora para modificações ou texto não aceito. Os textos, após modificados pelos autores ou autoras, serão encaminhados aos mesmos pareceristas que avaliaram a primeira versão.

A revista **CIDADES** não promoverá nenhuma forma de remuneração por direitos autorais e os autores e autoras, ao submeterem seus textos, confirmam ciência sobre sua divulgação aberta.

As submissões que não estiverem de acordo com as estas normas serão devolvidas aos autores ou autoras. A seleção dos textos será realizada, preferencialmente, por dois pareceristas do Conselho Científico ou por consultores *ad hoc*. Nos casos em que não houver consenso no parecer, a arbitragem será decidida por meio de um terceiro parecer.

No processo de seleção, consideram-se três situações: texto aceito para publicação, texto reencaminhado ao autor/à autora para modificações ou texto não aceito. Os textos, após modificados pelos autores ou autoras, serão encaminhados aos mesmos pareceristas que avaliaram a primeira versão.

A revista não promoverá nenhuma forma de remuneração por direitos autorais e os autores e autoras, ao submeterem seus textos, confirmam ciência sobre sua divulgação aberta.

As submissões que não estiverem de acordo com as estas normas serão devolvidas aos autores ou autoras.

Declaração de Direito Autoral

CIDADES está licenciada sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International License. A revista não promoverá nenhuma forma de remuneração por direitos autorais e os autores e autoras, ao submeterem seus textos, confirmam ciência sobre sua divulgação em acesso aberto. De igual modo, CIDADES não cobrará dos autores e autoras quaisquer taxas de publicação ou revisão. Os autores e autoras são detentores dos direitos autorais dos textos publicados na revista.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados a CIDADES serão usados exclusivamente para os serviços prestados por ela, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

CIDADES E METRÓPOLES INCOMPLETAS: POSSIBILIDADES E PROCESSO DE PROMOÇÃO¹

MILTON SANTOS

¹ Texto originalmente publicado na *Revue de Géographie Alpine*, v. 59, n. 4, p. 525-532, 1971, DOI: <https://doi.org/10.3406/rga.1971.1450>, sob o título: *Villes et métropoles incomplètes : possibilités et processus de promotion*. Traduzido do francês por Filipe Monteiro Morgado. Revisão da tradução: Catherine Chatel e Igor Catalão. Agradecemos à *Revue de Géographie Alpine* e à família do autor a concordância com a publicação desta tradução, assim como ao tradutor pela iniciativa de republicar este texto.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.



Para os leitores da *Revue de Géographie Alpine*, tivemos de reduzir o início do texto do nosso colega Santos e lhe pedimos desculpas por isso. Agradecemos-lhe por redigir seu artigo em francês, o que é uma grande dificuldade para um tema tanto sutil quanto fugaz. Seu artigo aplica-se essencialmente aos países subdesenvolvidos, mas quem se interessar pelo desenvolvimento urbano-regional da Europa Ocidental encontrará comparações e numerosos temas de reflexão. Cremos ser útil reproduzir nesta nota um postulado que o autor estabeleceu no início do seu artigo:

“Para discutir adequadamente este assunto, o postulado de base será o seguinte: nas cidades dos países subdesenvolvidos, sobretudo nas metrópoles incompletas, há inúmeras atividades que funcionam com um baixo índice de capital fixo, com um baixo coeficiente de capital, com uma grande produtividade do capital, com um índice elevado de emprego (subestimado, porque grande parte desses empregos não é contabilizada nas estatísticas) e uma grande capacidade de absorção da mão de obra não qualificada que chega à cidade. Essas atividades são geradoras de empregos e de atividades ao seu nível mesmo e a níveis superiores. Assim, elas contribuem com o progresso da economia urbana. Essas atividades reclamam um percentual considerável de seus *‘in-puts’* a outros produtores nacionais e da sua própria região. Elas contribuem, de certa maneira, para devolver ainda mais dinâmicas aos setores dinâmicos do país e para transmitir a vitalidade ao mundo rural, assim incluído em um circuito monetário mais vasto”.

A força de uma cidade não depende somente da importância da sua população, do nível de atividades regionais e urbanas ou do nível de rendimentos urbanos e regionais: ela não depende somente de suas possibilidades para satisfazer as necessidades da população urbana e regional, mas ela deve igualmente produzir bens de consumo ou serviços e conseguir distribuí-los.

Dissemos, em outro lugar, que não é suficiente existir uma região rica, cuja atividade seja geradora de rendimentos, para fazer crescer, paralelamente, a economia urbana. Se o crescimento agrícola é rápido e a cidade mais próxima não possui tempo e nem meios de equipar-se e responder também à nova demanda, não será esta, mas sim outra cidade que irá ganhar.

Nesse caso, haverá migração da renda regional e local e o agravamento do desequilíbrio. O mesmo fenômeno pode ser produzido em uma cidade em que certos setores econômicos crescem muito comparados a outros e sem relação com eles.

Da mesma forma, não existindo vias de comunicação em quantidade suficiente, os equipamentos de uma cidade podem permanecer inutilizados ou subutilizados. Sendo insuficiente a fluidez, os bens e serviços produzidos e existentes que padecem de uma taxa de utilização muito baixa. Então, serviços governamentais serão subutilizados, pois as empresas privadas geralmente não se instalam onde não há clientela. No caso mais desfavorável, podem faltar não só as atividades privadas de nível primário, mas também aquelas de natureza governamental. Em todos esses casos, a integração cidade-região simplesmente não ocorre ou realiza-se mal, bem como os resultados econômicos e sociais declinam para abaixo do desejável.

De toda maneira, o papel crescente do Estado como investidor faz com que, na economia urbana, seja necessário distinguir os elementos impostos dos elementos espontâneos. Essa distinção é, por seu turno, difícil, pois existem formas intermediárias, mistas ou de transição. Entretanto, é evidente que os setores impostos favorecem o desenvolvimento dos setores espontâneos ou subespontâneos.

Uma tal distinção é fundamental em uma perspectiva de desenvolvimento, especialmente se é possível localizar, em uma situação dada, os mecanismos de interação e de multiplicação, responsáveis pelos comércios entre setores impostos, espontâneos e subespontâneos. Em sendo sistemática, essa análise pode permitir ao governo, em uma ação comum e conjunta com investidores privados, propor e empreender correções e ações.

As correções podem já constituir um poderoso elemento de planejamento do crescimento econômico urbano. Elas se impõem porque muito frequentemente as camadas mais abastadas da população urbana têm o hábito (ou a necessidade) de adquirir produtos e serviços de uma cidade maior que aquela onde residem. Elas o fazem¹, seja porque a cidade onde habitam não dispõe de bens e serviços desejados em quantidade e, sobretudo, em qualidade, seja em razão de os preços serem mais elevados numa pequena cidade.

1 SANTOS, Milton. Une nouvelle dimension dans l'étude des réseaux urbains en pays sous-développés. *Annales de Géographie*, v. 79, n. 2, p. 425-445, 1970.

Isso seria uma incapacidade da cidade de criar seus serviços e comércios em certo nível por falta de dimensão econômica? As condições supracitadas apresentam-se como se fossem a realidade. É necessário questionar, sempre de um ponto de vista prospectivo, se as condições aparentemente reais e as condições realmente potenciais não são bem diferentes. É essa diferença justamente que precisa ser analisada. Ela pode ser provocada pelo êxodo da clientela mais rica, pelo preço mais elevado devido à demanda efetiva ser menos importante ou então por a dimensão econômica, em termos absolutos, não ter sido alcançada.

A oscilação do nível de emprego urbano e regional tem também certas implicações. Da oscilação do nível de emprego depende também a oscilação da massa salarial no decorrer do ano. Isso equivale a deixar o nível dos serviços ao nível mais baixo de emprego ou pelo menos um pouco mais alto. O limite a partir do qual as atividades espontâneas instalam-se não é dado pela média anual da massa salarial, mas por um nível próximo de seu patamar mais baixo. De outra maneira, muitas das atividades não poderiam permanecer.

Haveria, portanto, uma solução: estabelecer uma correlação sistêmica entre os níveis atuais de aglomeração, os níveis de atividades previsíveis e os níveis a que podem chegar as aglomerações interessadas em uma política de urbanização e de crescimento urbano regional. Isto é, seria preciso estabelecer, num Plano Integral de Desenvolvimento, as atividades que correspondem a cada cidade; seria necessário promover essas atividades, com a certeza de que em pouco tempo as condições de sua permanência seriam estabelecidas espontaneamente e que a intervenção não seria mais necessária.

Sem a aplicação dessas medidas, haverá uma tendência à desarticulação crescente das regiões. Essa desarticulação é a consequência e o motor da grande fluidez das camadas mais privilegiadas da população. Ela reduz, assim, a força econômica das cidades menos importantes e provoca também mais desorganização. Uma intervenção nesse domínio reduziria a desarticulação, reforçaria as cidades menores e, em simultâneo, serviria de base para as relações regionais interurbanas mais frequentes. Contribuiria para um maior crescimento urbano e regional e, por esse meio, ocasionaria vantagens ao próprio crescimento econômico nacional.

Notamos que, em toda cidade, a capacidade de produzir bens e serviços depende, essencialmente, de dois sistemas de fatores: os fatores impostos e os fatores espontâneos. Entre os mesmos, naturalmente, há toda uma gama de situações. Também, uns e outros têm uma ação multiplicadora recíproca, na qual as leis não são ainda bem conhecidas, impedindo sua perfeita identificação.

No que concerne ao governo, ele pode decidir dotar uma ou outra aglomeração de certo número de serviços ou atividades de produção. O nível de tais atividades depende somente da decisão governamental, explicando a existência aparentemente paradoxal de serviços locais com uma capacidade não empregada e outros com um grave déficit.

No que concerne às atividades que chamamos espontâneas, dirigidas por empreendedores privados, sua localização e funcionamento encontram-se sujeitos à inevitável lei do risco e do lucro. Aqueles que se aventuram a instalar uma unidade de produção antes que a dimensão econômica local a torne viável correm risco de falência.

Essa dimensão econômica não é um dado absoluto, mas relativo. Por exemplo: uma linha de transportes (urbanos) que facilite o acesso de uma fração da população ao centro comercial da aglomeração pode, de um dia para o outro, modificar favoravelmente a situação do centro e desfavorecer a de algum distrito.

Todavia, se um ou outro fator favorável, mas também aleatório, não se apresenta, as camadas sociais de certo nível de consumo são obrigadas a procurar em uma cidade maior, vizinha ou longínqua, a satisfação de suas necessidades e desejos. Além disso, o aumento da força dessas atividades nas cidades maiores pode contribuir para reforçar ainda mais, em uma primeira fase, as atividades em questão na cidade maior, interferindo diretamente nos preços e permitindo a constituição de uma clientela ainda mais vasta. Isso significa que, em uma segunda fase, as cidades menores são incapazes de criar essas mesmas atividades, permanecendo assim numa situação de dependência, ainda que a estrutura socioprofissional e a renda sejam potencialmente capazes de sustentar a atividade em questão. Faz-se evidente que referida situação não é favorável ao crescimento econômico regional máximo ou à difusão do progresso sobre o território nacional.

Esse problema pode apresentar-se no âmbito dos serviços governamentais ou dos serviços privados. Ele é, no entanto, mais agudo nos serviços privados.

Como já salientamos, o governo pode colocar, por uma decisão do poder que ele representa, atividades de todos os níveis nas aglomerações diversas, sem ter de levar em conta a demanda real ou potencial e até mesmo a estruturação presente ou futura do espaço.

O investidor pesa suas decisões antes de tomá-las e sua escolha final dependerá de diversos fatores. A importância de um mercado potencial parece ser a condição mais imperativa; mas, se for válida para numerosos ramos, existem níveis de serviços e de comércio em que outros fatores começam a ter paulatinamente mais importância. O tipo de meio econômico em seu conjunto tem aqui um enorme peso. Quanto mais o meio econômico é desenvolvido, mais a estrutura socioprofissional e a de consumo complexificam os dados de base da variável demográfica. Tudo isso parece indicar que um dos elementos primordiais de uma política de regionalização consiste na localização adequada de atividades e serviços derivados. Essa política deve ser aplicada tanto pelo setor público, no que lhe é próprio, quanto pela iniciativa privada, e da mesma maneira por uma ação comum de ambos.

No que concerne ao setor público, faz-se desejável, como já dito, chegar a uma hierarquização dos serviços paralela à hierarquização dos centros. Isso não consiste em uma consequência mecânica dos efetivos populacionais.

Seria necessário formular um critério sistemático, vasto, cuja grande dificuldade resida precisamente no número de variáveis a considerar, essas variáveis não sendo cientificamente bem conhecidas no que tange à sua natureza, seu funcionamento ou suas interações. Entre elas, será necessário levar em conta, além de outros elementos, a população urbana e regional (número, nível de renda, estratificação social, estrutura do consumo, mobilidade) e o sistema de comunicações (estrutura, frequência, custos).

Tudo isso deve ser analisado na sua forma atual, mas também no seu aspecto evolutivo (passado) e prospectivo (futuro). O aprimoramento de uma rota, reduzindo as distâncias virtuais e psicológicas, diminuindo os limites de

acessibilidade, pode ter como consequência que um serviço público instalado em uma aglomeração não apresente mais interesse nos anos subsequentes. O planejador regional deve concentrar sua atenção nos projetos de vias de comunicação e em todos os projetos de obras e execução existentes.

Em todo caso, a utilização racional dos investimentos públicos, assim esboçada, corresponderia a um aumento da produtividade global do país. No que compete aos serviços privados e similares, o problema é igualmente importante. É frequente que uma cidade possua uma massa de população e uma massa salarial favoráveis à instalação de uma ou outra atividade que acabem não se instalando. Tocamos já nesse problema, mas em grau distinto, em outro momento.

A pequena indústria possui a vantagem de estar próxima da clientela e de poder satisfazer seus gostos. Ela se adapta, igualmente, às condições socioeconômicas de um jovem mercado (que começa a desenvolver-se), em que uma parte dos indivíduos e dos negócios não tem acesso ao crédito bancário e garante seu consumo por meio de outras formas de crédito. Desse modo, tanto a poderosa grande indústria quanto a tímida pequena indústria encontram nas condições mesmas da sociedade e da economia sua força comum.

A indústria média – sua definição varia em cada sociedade econômica e conforme cada setor industrial e não pode limitar-se à definição exclusivamente estatística – não dispõe das mesmas vantagens; particularmente, ela não tem meios de controlar a oferta e a demanda, o que pode levá-la a não produzir em um bom momento ou a estocar o que ela não poderá vender. Essas duas condições podem conduzi-la à falência.

Se a indústria média – conforme definida no parágrafo precedente – pode, por seu turno, alimentar razoavelmente o mercado local, ela nem sempre goza dos meios para responder às necessidades do mercado nacional, que ela ignora. Isso é fatal em uma economia integrada ou em vias de integração. Tendo dificuldades em sustentar a concorrência com a grande e com a pequena indústria, a de médio porte acaba em uma situação difícil e perigosa.

Quando as indústrias dos centros dinâmicos de um país se modernizam rapidamente, a pequena indústria merece toda a ajuda e atenção, em virtude de seus ramos serem considerados operacionais.

O volume da massa salarial não é o único elemento. É preciso considerar a maneira como essa massa salarial é distribuída na população e, então, a maneira como se distribui a população no organismo urbano. Esses dois dados devem ser utilizados em seu aspecto dinâmico, isto é, considerando o ritmo de sua respectiva evolução.

Esses fatores devem permitir vigiar e eleger o momento favorável para a instalação das atividades de diferentes níveis. O ritmo de evolução explica numerosos fenômenos de curto-circuito urbano; cidades, potencialmente capazes de produzir certo produto ou serviço, não o fazem, encontrando-se obrigadas a abastecer-se em outro centro. O desejável é evitar essa situação por meio de uma política regional saudável. Igualmente, é necessário buscar mais soluções. Essa busca constituirá uma tarefa ousada e pioneira. Isso não quer dizer que não devemos empreender, se estamos convictos de que será útil.

Seria preciso selecionar certo número de atividades do setor terciário, atividades intermediárias entre os setores secundário e terciário, pequeníssimas indústrias e atividades artesanais como elementos de ação.

Essa operação supõe, em primeiro lugar, o estabelecimento de um inventário de atividades segundo uma escala hierárquica qualitativa e quantitativa, adaptada às possibilidades de investimento e, em segundo lugar, o inventário de cidades em que se deseja intervir, igualmente segundo uma ordem hierárquica, paralela àquela das atividades. Essa seleção deverá considerar as possibilidades de um setor investir em outro. Ela se fará, sobretudo, tomando em conta sua rentabilidade, seu ritmo de recuperação e sua capacidade de aumentar economias externas e de criar empregos direta ou indiretamente.

O que se busca obter com a referida política é a diminuição do nível em que, espontaneamente, seria criada uma ou outra atividade. Isso permitiria um desenvolvimento mais precoce da economia urbana. A autonomia da população regional e urbana, a certo nível de consumo, aconteceria mais rapidamente e a poupança privada seria investida em novas atividades ou simplesmente no consumo. A dependência em relação às cidades maiores seria posta então em um nível mais elevado.

Em uma cidade objeto dessa política, continua o reforço das atividades paralelas ou assimiladas, a modificação favorável da estrutura dos rendimentos e, por esse meio, da estrutura do consumo, com efeitos secundários sobre o crescimento e a diversificação da economia urbana no seu todo. O nível da produção urbana subiria mais rapidamente. Resultaria igualmente em repercussões favoráveis ao campo, em virtude do crescimento da demanda de alimentos e de matérias-primas. A cidade seria também capaz de acolher mais gente do campo, o que, em parte, ajudaria na modernização agrária e, de outra parte, animaria de novo o circuito de expansão supradescrito.

Um processo de crescimento nacional de origem interna, endógena e nativa seria imposto com força e a partir de recursos subutilizados, a começar pelos recursos humanos. A ação poderia partir de organismos privados ou do Estado, bem como de ambos. Todavia, nas circunstâncias atuais dos países subdesenvolvidos, é difícil admitir tal evolução sem a iniciativa do Estado.

Essa ação deveria partir de modelos clássicos e adotar procedimentos pioneiros. É provável que a organização atual do crédito não permitisse uma ação dessa envergadura aos organismos privados agindo isoladamente, mas sim em associação estreita com o governo. Este último poderia encarregar-se do todo ou da maior parte do programa. Isso depende evidentemente de opções políticas.

Seria desejável criar um organismo de crédito orientado, tendo como destino exclusivo as operações concernentes a este setor. Esse organismo de crédito funcionaria em ligação estreita com os organismos públicos de planificação, promoção de investimentos e com os bancos e outros organismos econômicos privados. O aludido banco deveria ser fortemente apoiado por um organismo de estudo permanente, encarregado de propor programas. A grande tarefa de planejamento dos países subdesenvolvidos, incluindo esforços de regionalização, reside primeiramente no domínio dos conceitos e da metodologia. ■

O DIREITO À CIDADE COMO DIREITO À DIFERENÇA

ANA BEATRIZ OLIVEIRA REIS

Universidade Federal do Oeste do Pará

reis.aboliveira@gmail.com

RESUMO

Por intermédio do pensamento de Henri Lefebvre revisitado por meio de revisão bibliográfica em diálogo com alguns de seus interlocutores, apresentamos uma abordagem que compreende o reconhecimento dos diferentes modos de se produzir o espaço como um dos aspectos do direito à cidade. A compreensão do direito à cidade como o direito à diferença é um contraponto à sociabilidade capitalista e suas tendências de homogeneização do espaço e dos modos de existência. Ressaltamos que esse direito não é pensado aqui como um direito transcendente ou, simplesmente, um direito positivo, sendo o direito à cidade localizado nas práticas socioespaciais dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à cidade. Direito à diferença. Henri Lefebvre.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.



THE RIGHT TO THE CITY AS THE RIGHT TO DIFFERENCE

ABSTRACT

Through the thought of Henri Lefebvre revisited through a bibliographic review in dialogue with some of his interlocutors, we present an approach that includes the recognition of the different ways of producing space as one of the aspects of the right to the city. Understanding the right to the city such as the right to difference is a counterpoint to capitalist sociability and its tendencies to homogenize space and modes of existence. We emphasize that this right is not thought of here as a transcendent right or, simply, a positive right, the right to the city being located in the socio-spatial practices of the subjects.

KEYWORDS: Right to the city. Right to difference; Henri Lefebvre.

EL DERECHO A LA CIUDAD COMO DERECHO A LA DIFERENCIA

RESUMEN

A través del pensamiento de Henri Lefebvre revisitado mediante una revisión bibliográfica en diálogo con algunos de sus interlocutores, presentamos un enfoque que incluye el reconocimiento de las diferentes formas de producir el espacio como uno de los aspectos del derecho a la ciudad. Entender el derecho a la ciudad como derecho a la diferencia es un contrapunto a la sociabilidad capitalista y sus tendencias de homogeneización de espacios y modos de existencia. Resaltamos que este derecho no es pensado aquí como un derecho trascendente o, simplemente, un derecho positivo, situándose el derecho a la ciudad en las prácticas socioespaciales de los sujetos.

PALABRAS CLAVE: Derecho a la ciudad; Derecho a la diferencia; Henri Lefebvre.

1 | INTRODUÇÃO

No ano de 2017, processos de luta confluíram num acontecimento específico na cidade de Santarém/PA: a conferência de revisão do plano diretor. Diversos sujeitos coletivos, entre eles associações de moradores, estudantes, pescadores, pastorais, trabalhadores rurais, professores, indígenas, quilombolas, organizações não governamentais, ambientalistas, entre outros, forjaram uma composição vitoriosa em defesa da cidade, em especial do Lago do Maicá. A pressão exercida pelo segmento econômico do agronegócio, naquele momento, não foi suficiente para alterar o plano diretor e vencer os sujeitos coletivos que compuseram uma aliança tão diversa e tão plural em torno do direito à cidade.

No final do ano de 2018, contudo, esses diferentes sujeitos amazônidos experimentaram a derrota já anunciada pelo marasmo que o poder legislativo conduziu o processo de revisão do plano diretor. Numa tramitação sem transparência, a câmara municipal, por unanimidade, alterou por completo o texto do novo plano diretor aprovado na conferência. Dias depois, o novo plano diretor foi sancionado pelo prefeito Nélio Aguiar. Entre as muitas modificações, além de ampliar a zona portuária do município para a região do Maicá, afetando os muitos humanos e não humanos que dependem da vitalidade do lago, as alterações legislativas destinaram a maior parte do território santareno à plantação intensiva de grãos. Em outras palavras, o novo plano diretor modificado pelos poderes legislativo e executivo de Santarém quer submeter o espaço santareno ao agronegócio, permitindo que a monocultura, em especial de soja, passe por cima de toda diversidade que existe nessa

cidade. Essa diversidade que se manifesta na presença de diferentes sujeitos humanos e não humanos e na pluralidade de modos de produzir o espaço por esses sujeitos é também expressão do direito à cidade.

No final da década de 1960, a expressão “direito à cidade” apareceu pela primeira vez e começou, desde então, a ganhar relevância nos debates políticos e filosóficos. As transformações pelas quais passava a cidade francesa de Paris inspiraram Henri Lefebvre a formular o ensaio “O direito à cidade”, publicado em 1968. Nesta obra, o filósofo apresenta o direito que ficou conhecido como a garantia da “vida urbana renovada, transformada” (Lefebvre, 2001). O desenvolvimento teórico sobre o direito à cidade estará presente em outras obras. Essa presença, contudo, não se traduziu na elaboração de um conceito fechado sobre esse direito. Aqui, as linhas do direito à cidade a partir do referencial lefebvriano serão traçadas também a partir das obras “A revolução urbana”, publicada em 1970, “O manifesto diferencialista”, de 1970, e “Espaço e política,” conhecida como o direito à cidade II, de 1972.

Mais recentemente, David Harvey, ao resgatar a obra de Henri Lefebvre, apresenta uma definição de direito à cidade baseada em duas ideias centrais: valor de uso e utopia. Para Harvey, o direito à cidade é um direito mais coletivo do que individual. Esse direito, que nos proporciona a liberdade de reinventar a cidade e a nós mesmos, depende do controle coletivo sobre o processo de urbanização (Harvey, 2014, p. 28). Reverter a subjugação da cidade ao valor de troca e construir a possibilidade de se criar algo radicalmente novo a

partir da multiplicidade dos sujeitos que produzem o espaço seriam os horizontes do direito à cidade que é, nessa perspectiva, revolucionário.

Em que pese as discussões sobre qual o tipo de direito é o direito à cidade (Attoh, 2011), preocupadas com o tratamento legal desse direito, apresentamos aqui uma abordagem que deseja explorar, por intermédio do referencial de Henri Lefebvre, a perspectiva do direito à cidade como o direito à diferença. O avanço da sociabilidade capitalista e, como consequência, das tentativas de homogeneização do espaço e das práticas socioespaciais nos coloca diante da urgência dessa perspectiva que ressalta o direito à cidade como reconhecimento dos diferentes modos de produzir e viver no espaço.

No Brasil de hoje, apesar das diferenças entre a nossa realidade e a realidade francesa experimentada por Lefebvre no século XX, essa discussão pode nos ajudar no reconhecimento da diversidade de práticas socioespaciais presentes nas diferentes regiões do país, ameaçadas pela integração forçada à lógica industrial na qual é reforçada a nossa posição periférica de fornecedores de matéria-prima. Na Amazônia, por exemplo, a modernização seletiva e a visão de desenvolvimento pautada no extrativismo pressupõem a morte das florestas, das águas, da fauna e das pessoas (Cardoso, 2019).

Pretendemos com essas reflexões, ainda, situar o direito à cidade no espaço, localizando-o nas práticas socioespaciais dos sujeitos, para evitar que ele seja abordado por intermédio de uma ideia transcendente ou positiva de Direito. Nesse sentido, resgatamos “o direito consuetudinário dos pobres” de Karl Marx (2017b) e “o direito do comum” de Pierre Dardot e Christian

Lawal (2017) para que o Direito possa ser compreendido enquanto uma categoria prática.

A nossa abordagem não é possível, portanto, sem compreender como o espaço tem sido produzido. As reflexões serão realizadas por intermédio do pensamento de Henri Lefebvre no diálogo com alguns dos seus interlocutores. Por meio das reflexões sobre o espaço, a produção capitalista, o valor de uso, o valor de troca, o urbano, a cidade, entre outras, pretendemos apresentar o direito à cidade como o direito à produção do espaço a partir da diferença, localizando esse direito nas práticas socioespaciais dos sujeitos considerando a multiplicidade de modos de existência.

Para compreendermos o direito à diferença como uma dimensão do direito à cidade, organizamos esse trabalho em três partes, além da introdução e das considerações finais. Num primeiro momento, expomos algumas considerações sobre a produção do espaço a partir do referencial de Henri Lefebvre. Posteriormente, dando sequência às discussões sobre as principais categorias e conceitos do referencial lefebvriano, apresentamos a relação entre o direito à cidade e o direito à diferença. Por fim, apresentamos breves considerações sobre o direito à cidade enquanto uma categoria prática.

Compreender a diferença como uma dimensão do direito à cidade é uma oportunidade para reconhecer a diversidade de sujeitos e de práticas socioespaciais que compõe o espaço e ter em perspectiva que esse direito, a partir do referencial lefebvriano, permanece sempre aberto para abranger a diferença. Essa abertura,

contudo, é ameaçada quando o direito à cidade se encerra numa definição normativa, sendo necessário compreendê-lo a partir das práticas socioespaciais dos diferentes sujeitos.

2 | A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para refletirmos sobre o direito à cidade como direito à diferença por intermédio das obras de Henri Lefebvre, recorremos ao próprio pensamento lefebvriano como forma de apresentarmos algumas ideias centrais nas reflexões do autor sobre a produção social do espaço. Para essa abordagem, as compreensões acerca da produção do espaço, especialmente na sociabilidade capitalista, são fundamentais. As ideias de urbano, cidade, tecido urbano, dentre outras, também serão revisitadas no diálogo com alguns dos interlocutores do filósofo francês.

A primeira compreensão que apresentamos é a de produção do espaço por intermédio das reflexões de Ana Fani Carlos. Para a geógrafa, a produção do espaço é imanente à produção da sociedade no movimento histórico de sua reprodução, uma vez que é no espaço que as relações sociais se realizam concretamente (Carlos, 2018). Ressaltamos que a reprodução aqui não tem o sentido apenas econômico, abrangendo todas as dimensões da vida, expressando-se nas diferentes formas de se apropriar do espaço. O espaço, “categoria do pensamento e realidade prática”, é condição para as relações sociais (Carlos, 2018, p. 17).

Haveria uma dupla determinação na análise do espaço que se manifesta sobre diferentes perspectivas: o espaço se apresenta como lócus da produção e, ainda, como expressão das relações sociais. O processo de produção do espaço permite, ao mesmo tempo, que o ser humano se objective, ao criar um mundo concreto para si, e se subjetive, quando toma consciência sobre essa produção. O espaço é ainda localização para as atividades realizadas em sociedade, ou seja, fixidez, e processo e movimento quando pensamos na sua totalidade (Carlos, 2018, p. 39, 59 e 81).

Para Henri Lefebvre, o espaço não é um ponto de partida (forma pura), não é um ponto de chegada (produto da sociedade) e nem ainda apenas um instrumento. O espaço está essencialmente ligado à reprodução das relações sociais de produção (Lefebvre, 2016, p. 47). Essa produção do espaço não deve ser pensada de forma fragmentada, mas deve ser compreendida na totalidade do espaço uma vez que “não se trata de localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função, mas, ao contrário, trata-se de especializar uma atividade social, ligada a uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado” (Lefebvre, 2016, p. 25).

Além de condição para a reprodução da sociedade, o espaço pode ser compreendido como meio e produto da ação humana (Carlos, 2018). Enquanto meio, destacamos o caráter instrumental do espaço para a reprodução das relações sociais. Já enquanto produto, o espaço pode ser considerado enquanto uma “obra da civilização”. Para uma melhor compreensão da produção do espaço por intermédio dos atributos “condição, meio e produção”, Carlos (2018) apresenta diferentes níveis e escalas do espaço. Quanto aos níveis, destacam-se o nível econômico, o político e o social e, quanto às escalas, apresentam-se o espaço mundial, o lugar e a metrópole (essa última, no plano intermediário).

Com especial atenção aos níveis, é possível destacar que, para cada um deles, há uma manifestação específica dos atributos do espaço. No nível econômico, por exemplo, o espaço é condição para sua reprodução tendo em vista os aspectos infraestruturais, as matérias-primas, entre outros elementos. Enquanto meio, o espaço se apresenta como circulação para que o capital se realize. Como produto, o espaço se realiza enquanto possibilidade de efetivação ampliada da produção (Carlos, 2018, p. 75-76).

Quando se pensa a relação entre economia e espaço na contemporaneidade, devemos nos alertar para o fato de que não se fala de qualquer produção do espaço, mas sim da produção capitalista do espaço. Harvey (2005, p. 41) ressalta que, embora de forma fragmentada e superficial, Karl Marx reconheceu a dimensão espacial da acumulação. Dentre as várias nuances que a análise da produção capitalista do espaço apresenta, a Teoria do Valor auxilia na compreensão das diferentes maneiras de se produzir o espaço.

No início da obra “O capital, livro I”, Marx diferencia o valor de uso do valor de troca. Em linhas gerais, enquanto o valor de uso diz respeito à utilidade de uma coisa, o valor de troca diz respeito a uma relação quantitativa, independente da utilidade da coisa (Marx, 2017a, p.114). É a produção capitalista que possibilita que o espaço venha a assumir a forma mercadoria na qual o uso é colocando em segundo plano, prevalecendo o valor de troca.

Para explicar essa diferenciação, Henri Lefebvre se utiliza do exemplo da rua. Enquanto no sistema de produção capitalista ela tem sido tratada apenas como espaço de passagem e circulação, a rua é “teatro espontâneo” onde se efetua “o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana” (Lefebvre, 1999, p. 27). Para Lefebvre (1999, p. 27-28, grifos originais), “na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca”. Contudo, a rua vem se convertendo em rede organizada pelo/para o consumo (Lefebvre, 1999, p. 28).

Lefebvre defende que “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso” e que o valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruí-las ao subordiná-las a si (Lefebvre, 2001, p. 14). Para que o valor de uso retorne ao primeiro plano, seria necessária uma “mudança de prática social” pela e na sociedade urbana que ainda resiste e conserva a imagem do valor de uso (Lefebvre, 2001, p. 127, grifos originais).

As contradições acerca da relação entre valor de uso e valor de troca do espaço fundamentariam os conflitos tanto na cidade como no campo, uma vez que o espaço passa a ser fragmento por meio do instituto jurídico da propriedade privada. O espaço como valor de troca é expressão da segregação e da homogeneização, por meio da fragmentação e da apropriação privada do espaço por aqueles que podem pagar o seu preço. Por outro lado, as práticas espaciais orientadas pelo uso são possibilidade de uma produção do espaço a partir da diferença, num sentido contrário às relações com o espaço pautadas na forma mercadoria (Carlos, 2018, p. 50-51).

Além disso, no capitalismo, o espaço passa a ser condição da reprodução contínua do capital, como forma de criação das condições para a acumulação. O Estado assume papel central na criação das condições dessa reprodução por meio

de políticas públicas que criam as infraestruturas necessárias para a realização do capital que, segundo Harvey (2005, p. 71), “é um processo de circulação entre a produção e realização”. Importante ressaltar que a noção de reprodução não se trata apenas de um fenômeno econômico, ela está intrinsecamente ligada à produção da vida em toda as suas dimensões (Carlos, 2018, p. 67-68).

Quando o valor de troca sobressai ao valor de uso, o acesso ao solo passa a ser definido em função da riqueza individual, o que reconfigura as possibilidades de produção do espaço e, conseqüentemente, da vida. Embora a produção do espaço seja uma obra coletiva, na sociedade capitalista ela é privadamente apropriada, o que faz com o que o próprio espaço expresse a desigualdade oriunda dessa dinâmica. Dentre as várias contradições do espaço na sociedade capitalista, Henri Lefebvre destaca que, ao mesmo tempo que se intensificam as possibilidades de se produzir o espaço, este passa a ser fragmentado como forma de valorização, tornando-se meio das segregações (Lefebvre, 2016, p. 113). Ao restringir o espaço à função de mercadoria, limitam-se as possibilidades de apropriação do espaço pelos sujeitos, cada vez mais submetidos aos códigos e regulamentos do próprio Estado. A vida cotidiana passa a se reduzir a uma totalidade que se pretende dominante e se orienta por intermédio do Estado (Carlos, 2018, p. 65).

Em que pese as tendências de homogeneização e fragmentação do espaço na sociedade capitalista, é possível encontrar fissuras no processo de produção capitalista por meio de modos outros de se relacionar com o espaço que não sejam pautados pela mercadoria. Nesse sentido, outros conceitos encontrados na obra de Lefebvre importantes para a nossa reflexão são os de espaço abstrato e espaço diferencial. Se o espaço abstrato é o espaço do Estado, da norma, dos planos e da ideologia capitalista, o espaço diferencial é fundado nas relações sociais enraizadas nos usos do espaço que exprimem modos de vidas resistentes à lógica do capital. O espaço diferencial nasce das fraturas do espaço abstrato (Silva; Calgaro; Hermany, 2020). Nesse sentido, o espaço também pode ser compreendido enquanto limite para a acumulação e como possibilidade (enquanto condição) para a produção da diferença.

Quanto ao urbano, Henri Lefebvre o percebe como um desdobramento da dominação do campo pela cidade, ainda que o urbano seja distinto da cidade. A cidade é a realidade presente, imediata, arquitetônica. Ele resalta que, enquanto a cidade existiu tanto na era agrária quanto na era industrial, a era urbana está apenas começando. A cidade é, por excelência, uma obra humana. Na era industrial, houve a negação da cidade, o que permitiu, num movimento dialético, a sua restituição numa escala mais ampla, a urbanização. O urbano, portanto, se distingue da cidade por se manifestar, inclusive virtualmente, no curso da explosão da cidade, sendo a manifestação de uma contradição plena de sentido (Lefebvre, 2016, p. 79-80; 2001, p. 54).

Em suma, o que é urbano no mundo contemporâneo, esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões? Urbano, nessa perspectiva, é uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, terceiro elemento da oposição dialética cidade-campo, manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendi-

da virtualmente por todo o espaço social¹ (Monte-Mór, 2005, p. 945, tradução nossa).

O urbano não pode ser pensado apenas enquanto fixidez e sim enquanto movimento. Para Lefebvre, o urbano não é uma expressão da industrialização e sim o contrário (a industrialização que é uma expressão do urbano). Ele denuncia a confusão recorrente que subordina o urbano ao industrial e que considera o urbano como um efeito, resultado ou meio da industrialização. O que ocorre, na realidade, seria um duplo processo de choque entre esses termos que, ao mesmo tempo, são inseparáveis e conflitantes (Lefebvre, 1999; 2001).

O tecido urbano é pensado por Lefebvre para além da sua morfologia; ele é o suporte para um modo de viver, qual seja, a sociedade urbana que se prolifera corroendo os resquícios da vida agrária (Lefebvre, 1999, p. 15; 2001, p. 19). Ao longo dos séculos, a realidade urbana tem-se generalizado sendo que a sociedade urbana seria uma tendência inacabada, uma orientação, destinada a se desenvolver, em parte real e em parte virtual (Lefebvre, 2016, p. 76-77; 1999, p. 14). Ela encerraria a dicotomia natureza e cultura por colocar fim às cisões definitivas, separações absolutas e segregações por ser uma via e não um modelo de totalidade, ela se forma enquanto se procura (Lefebvre, 1999, p. 130; 2001, p. 7).

O urbano, enquanto realidade não acabada, caminha em direção ao possível por meio da prática urbana. Ele não pode ser pensado enquanto conteúdo fechado, mas sim como forma, como lugar de encontro, simultaneidade. Sendo forma pura, cumula todos os conteúdos, todas as diferenças, a reunião dos objetos e sujeitos existentes e possíveis, dada a sua virtualidade. O paradigma do urbano, nesse sentido, se apresenta como o conjunto de oposições pertinentes que confere um sentido a todas essas coisas sem se fechar (Lefebvre, 1999).

O surgimento do urbano se faz num movimento de implosão e explosão. Numa tentativa de preservação da cidade enquanto obra da civilização, tendo em vista o avanço da industrialização, a cidade se implode concentrando no seu centro os elementos da política, do encontro e da festa. Esse é o movimento de implosão. A explosão ocorre quando o tecido urbano se expande para além da cidade, ainda que virtualmente, exportando, assim, as condições de produção social da vida urbana para o campo, ampliando o domínio da mercadoria e redefinindo, portanto, as relações sociais (Monte-Mór, 2005, p. 945; Carlos, 2018, p. 34).

O fenômeno da “urbanização extensiva” (Monte-Mór, 2005) permite o avanço do espaço social definido pela urbanização para além das cidades e das áreas urbanizadas, garantindo que o tecido urbano se faça presente nesses lugares outros, ainda que virtualmente. A presença de supermercados, de casas de veraneios e de rodovias são exemplos utilizados por Monte-Mór para explicar a virtualidade do urbano em espaços que, tradicionalmente, são considerados

1 *In short, what is urban in the contemporary world, this “fabric” that is born in the cities and extends beyond them, over the countryside and regions? Urban, from this perspective, is a synthesis of the old city-countryside dichotomy, a third element in the city-countryside dialectic opposition, the material and socio-spatial manifestation of contemporary urban-industrial society extended virtually throughout the social space.*

como agrários. A presença do tecido urbano virtual reconfigura as relações sociais nesses lugares que passam a se pautar também pela lógica urbano-industrial (Monte-Mór, 2005)

3 | O DIREITO À CIDADE COMO DIREITO À DIFERENÇA

Continuando as reflexões sobre o urbano, destacamos que o espaço urbano apresenta uma propriedade essencial: a centralidade. É no centro que se encontram todos os sujeitos e objetos, onde se reúne tudo o que pode ser criado no espaço e nele ser reproduzido. Para Lefebvre, não é possível existir uma realidade urbana sem um centro. Os centros não estão isentos das contradições na produção capitalista do espaço: neles há saturação, há expulsão, há a exigência de novas centralidades. A centralidade não é simplesmente um lugar, mas um movimento dialético que a constitui e a destrói, cria e estilhaça (Lefebvre, 1999, p. 90, 108).

Como propriedade essencial do espaço urbano, a centralidade significa a possibilidade de todos e todas figurarem sobre as redes e os circuitos, de que todos e todas acessem a cidade enquanto obra da civilização, espaço da produção social, das festas, onde se encontram os “sujeitos” e os “objetos” (Lefebvre, 2016). Enquanto a negação da cidade segrega, produz estranhamento e faz afastá-la dos sujeitos que a produzem, a centralidade é uma dimensão do direito à cidade concebido por Lefebvre. Esse direito que compreende a garantia de não ser excluído da centralidade e do seu movimento por considerar que a expulsão do proletariado do centro urbano impede que a democracia urbana aconteça (Lefebvre, 1999, p. 135; 2001, p. 23).

O direito à cidade, pensado por Lefebvre, se refere à totalidade ainda a constituir-se. Sendo assim, não pode ser resumido a um direito positivo, a uma relação contratual ou tampouco a um direito transcendente. Ele se referencia na práxis dos sujeitos ao mesmo tempo que se projeta para a realidade que ainda está por vir, não sendo um direito de visita ou retorno às cidades tradicionais, e sim o direito à vida urbana, renovada, transformada (Lefebvre, 2001, p. 117-118). Esse direito implica e aplica o conhecimento da produção do espaço, indo além de conteúdos fragmentados (Lefebvre, 2016, p. 33).

Ao ter como fundamento o conhecimento da produção do espaço, o direito à cidade pressupõe o conhecimento da vida cotidiana, o centro da práxis dos sujeitos que produzem o espaço ao mesmo tempo em que são produzidos por ele. No movimento em que a prática criativa de habitar é empobrecida pelo hábitat (CARLOS, 2020), a reivindicação do direito à produção do espaço apresenta-se como uma importante extensão do direito à cidade, mais profunda do que as exigências que reduzem criadores a meros usuários. A produção social do espaço é também uma dimensão da cidadania exercida por meio da atividade criadora do espaço na qual os sujeitos são protagonistas. A apropriação e o uso do espaço no âmbito da vida cotidiana expressam aquilo que as pessoas são capazes de criar, sendo o exercício do direito à cidade formulado enquanto direito à produção do espaço, uma expressão da realização da vida, da imaginação, possibilidade de invenção.

A democracia urbana, segundo Lefebvre, um dos sentidos da Comuna de Paris, implicaria a igualdade dos lugares, a participação igual nas trocas globais. Ela é exercida por meio da prática urbana que contesta a distância entre aquilo que é elaborado nos planos e projetos e o que é, de fato, executado. A possibilidade de contestação aufere o grau da democracia urbana, a democracia concreta que possibilita a confrontação das ideologias presentes nos discursos e práticas do urbanismo. A democracia urbana é, para ele, exercida ainda por meio da autogestão generalizada (Lefebvre, 1999, p. 114, 124, 135; 2001, p. 23).

Um dos desdobramentos da sociabilidade capitalista pautada na mercadoria é a redução das possibilidades de o sujeito se relacionar com e por meio do espaço. O indivíduo é reduzido à condição de usuário, simples consumidor, aquele que adquire passivamente uma mercadoria sem participar da sua criação. As formas de se apropriar do espaço se reduzem àquelas viabilizadas pelo valor de troca. A experiência de habitar, por exemplo, é reduzida à necessidade de um abrigo (Carlos, 2018, p. 65).

Nas fissuras da produção capitalista do espaço, o espaço diferencial surge como expressão dos diferentes sujeitos e dos diferentes modos de produzir o espaço. A questão da diferença é destaque no “Manifesto diferencialista” de Henri Lefebvre, publicado originalmente em 1970. Importa ressaltar que a questão da diferença em Lefebvre não aparece apenas como uma simples afirmação da identidade, mas como uma expressão de desidentificação que nega e resiste à identidade imposta pela ordem alienante e como base de uma práxis socioespacial com potencial transformador (Silva; Calgaro; Hermany, 2020).

Lefebvre inicia seu manifesto identificando que tanto o capitalismo estadunidense quanto o estadismo soviético confundem desenvolvimento e crescimento. Ele aponta que as experiências socialistas que adotam a perspectiva do crescimento estão fadadas ao fracasso, uma vez que essa perspectiva se baseia em modelos homogeneizantes, impositivos e coercitivos, o que reduz as relações sociais. Em oposição ao modelo, Henri Lefebvre aposta no caminho: este é específico, diferente e se constrói numa invenção perpétua e cotidiana (Lefebvre, 1972, p. 24). Nesse manifesto, também é desenvolvida uma crítica à ortodoxia marxista. Para Lefebvre, é necessário introduzir a diferença na obra e no pensamento de Marx; cada país, cada cultura, teria o seu próprio marxismo (Lefebvre, 1972, p. 31).

O direito à diferença, condição do direito à cidade, se realiza no reconhecimento e na garantia de se produzir o espaço a partir da pluralidade de seres e modos de existência. Essa diferença não se reduz às particularidades, ela é pensada na relação e não de forma isolada, sendo o urbano o local onde todas as diferenças são reconhecidas, se reúnem e são colocadas à prova (Lefebvre, 1999, p. 90). As diferenças se manifestam nos conflitos, ainda que estes não sejam capazes de suprimi-las. Portanto, elas não devem ser confundidas com segregação porque pressupõem relações inseridas numa ordem espacial dupla: próxima e distante (Lefebvre, 1999, p. 121).

Pensar o direito à diferença a partir das relações socioespaciais é, ainda, uma possibilidade de ressignificar a ideia de troca não mais agregada à ideia de valor, mas como um caminho para a criação de múltiplas formas de se relacionar com o espaço. A troca social se apresenta como elemento central na relação entre os sujeitos e o espaço que produzem.

A troca social como ação que só pode se desenvolver através do diferente – o outro que é, na realidade, o coletivo – e num lugar determinado onde a individualidade se constitui pela participação ativa. Nessa condição, a troca, em sua substancialidade como sociabilidade, realiza-se no seio do coletivo, no espaço democrático constituído pela cidade (Carlos, 2018, p. 128-129).

A prática da diferença pode ser compreendida ainda como possibilidade de pensar o direito à cidade não apenas como direito de ser diferente, mas também de criar o diferente. Nesse sentido, o direito à cidade se distancia ainda mais das concepções que o reduzem a um direito positivo, exercido nos limites temporais, espaciais, subjetivos e objetivos do Direito oficial. Demanda-se dos sujeitos que praticam o direito à cidade uma posição ativa, capaz de criar formas de se relacionar com o espaço e com os demais sujeitos.

A criação da diferença pressupõe a relação mais plural possível entre os sujeitos e o espaço. Reconhecemos, portanto, a importância das práticas socioespaciais que possibilitem a criação de laços que confluam em diferentes modos de existir no espaço. Em que pese as barreiras do espaço capitalista, fragmentado e homogêneo, inventar novas maneiras de garantir fluxos de ideias, circulação de trocas sociais, é também fazer existir o direito à cidade, manifestado nas múltiplas formas de produzir, experimentar e criar o espaço.

4 | O DIREITO À CIDADE ENQUANTO PRÁTICA SOCIOESPACIAL

Apresentamos, por fim, uma breve reflexão sobre o direito à cidade enquanto uma prática socioespacial.

Primeiramente, vale ressaltar o papel central das práticas dos sujeitos no pensamento de Henri Lefebvre. Na sua obra, são as atividades dos agentes ou atores sociais que projetam e modelam de modo descontínuo a extensão do espaço, sendo as qualidades e propriedades do espaço urbano resultantes da interação entre esses atores (Lefebvre, 1999, p. 117). No pensamento lefebvriano, a vida cotidiana e a sua crítica não podem ser consideradas como aspectos menores da sociologia (Lefebvre, 1999, p. 127).

Nesse sentido, para Lefebvre (1999, p. 24) não se deve compreender a realidade urbana apenas como superestrutura econômica uma vez que “o espaço e a política do espaço ‘exprimem’ as relações sociais, mas reagem sobre elas”. A ênfase na produção social do espaço e na vida cotidiana o afasta das explicações economicistas do espaço como aquelas que reduzem a urbanização a um produto da industrialização (Lefebvre, 1999, p. 9). É nesse contexto que o autor apresenta sua crítica à terminologia marxista que considera tanto o urbano como o processo de urbanização apenas como superestruturas de um modo de produção (Lefebvre, 1999, p. 126).

Numa outra linha de confluência, a perspectiva lefebvriana apresentada até agora nos permite pensar o Direito não apenas em seu aspecto estrutural, mas também como uma dimensão mais ampla da própria cultura (Anker; Meyler,

2017), evitando reduzir nossa abordagem do direito à cidade ao direito positivo. No “Manifesto diferencialista”, Lefebvre pondera que fazer efetivo o direito à diferença significaria superar o direito escrito que necessita de uma estipulação para ser reconhecido. Para ele, é difícil que o direito à diferença adquira uma existência formal e jurídica, pois seu fundamento está nas práticas sociais (Lefebvre, 1972, p. 28).

O direito pensado para além do direito estatal pode ser compreendido por meio dos costumes praticados reiteradamente pelas pessoas através do tempo. Karl Marx contrapõe o direito de propriedade ao direito dos “despossuídos”, sendo este praticado por meio do uso da terra. Nas suas observações sobre a criminalização do “furto” de madeira na antiga Prússia, Marx relaciona a penalização das práticas consuetudinárias dos pobres ao momento de redefinição das relações de propriedade (Marx, 2017b).

Ao relacionar o direito aos usos e costumes, dentro dessa concepção mais ampla do que seja o próprio Direito, é possível pensá-lo enquanto categoria prática. Nesse sentido, Pierre Dardot e Christian Laval (2017, p. 286) contribuem para essa reflexão uma vez que relacionam a administração do indisponível (o que é público não estatal) ao “uso coletivo ativo pelo qual todos participam da coprodução de normas jurídicas não estatais”.

Na invenção de como aquilo que escapa à propriedade, privada ou estatal, pode ser utilizado, o comum é radicalmente instituído, ou seja, no âmbito da produtividade jurídica e normativa do uso (Dardot; Laval, 2017, p. 289). O “agir comum”, segundo Dardot e Laval (2017, p. 297), se constitui por meio da coprodução de normas jurídicas que sujeitam todos os seus coprodutores que compartilham encargos e tarefas.

Em outras palavras, na comunidade do comum, o sujeito se vincula a todos os outros sujeitos pela coprodução das normas jurídicas. Não cabe, portanto, o direito de propriedade uma vez que prevalece a coobrigação com a coisa que é usada simultaneamente por todos, aquilo que é inapropriável, seja pelo particular, seja pelo Estado (Dardot; Laval, 2017, p. 497).

Importante ressaltar que, no âmbito do comum, o direito de uso não se pratica sem estar vinculado ao direito de coprodução das normas jurídicas sobre esse uso. Para Dardot e Laval (2017, p. 504-505), “o uso deve implicar que os próprios interessados deliberem e determinem coletivamente essa destinação”. Se o agir comum produz direito, para compreender o direito à cidade é necessário apreender como os sujeitos têm coproduzido normas jurídicas para usarem os espaços inapropriáveis da cidade e da política. Nesse sentido, devemos evitar que categorias como “sujeito” sejam pensadas como pré-existentes aos processos sociais, pois é a prática que produz o sujeito (Dardot; Laval, 2017, p. 283).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio das reflexões sobre a produção do espaço a partir do referencial lefebvriano, foi possível apresentarmos uma perspectiva que compreende o direito à diferença enquanto uma das dimensões do direito à cidade. Essa perspectiva se apresenta enquanto um contraponto às tentativas de homogeneização e fragmentação do espaço na sociabilidade capitalista que

destroem as diferentes formas de se produzir o espaço. O direito à cidade é ainda compreendido enquanto categoria prática em que pesem as abordagens que tratam esse direito enquanto um direito transcendente e positivo.

As implicações possíveis nesse estudo estão relacionadas ao reconhecimento da diversidade das práticas socioespaciais nas discussões sobre o direito à cidade. Apesar dos avanços da política urbana brasileira a partir da Constituição Federal de 1988, é preciso reconhecer as críticas direcionadas à nossa legislação nacional, em especial, ao Estatuto da Cidade, por não reconhecer as diferenças regionais que se traduzem em diversas formas de se experimentar o espaço. No Brasil, há múltiplas formas de se viver nas cidades dadas as suas peculiaridades sociais, históricas, econômicas, morfológicas, climáticas, entre outras. Logo, é imprescindível que a política urbana compreenda essas diversidades sob o risco de reproduzir mais homogeneização, silenciando e apagando modos de existências.

Outra implicação possível é resgatar o direito à cidade como uma categoria prática. Nas últimas décadas, a positivação do direito à cidade, em que pese a relevância dessa discussão nos espaços institucionais do Estado, tem como um dos efeitos resumir esse direito à um recurso discursivo. Nesse sentido, o direito à cidade precisa ser reafirmado como o direito ao reconhecimento das diversas práticas socioespaciais dos sujeitos como forma de revertermos às tentativas de homogeneização do espaço e dos modos de vida bem como a submissão das nossas cidades ao valor de trocar. Importante ressaltar que, na obra de Lefebvre, a prática do direito à cidade está intimamente ligada à ideia de revolução, com vistas à necessidade e à urgência de um outro modo de produção.

Uma das limitações deste texto é não ter feito essa discussão a partir das experiências empíricas. Entendemos que a realidade brasileira é um laboratório riquíssimo para explorarmos a dimensão da diferença do direito à cidade dada a multiplicidade de modos de existência e de práticas socioespaciais, como brevemente ilustramos a partir da experiência de revisão do Plano Diretor de Santarém, que também expõe os limites do uso institucional desse direito. Acreditamos que as discussões presentes nesse texto possam instigar pesquisadores e pesquisadoras a lançar luz sobre essas instigantes experiências de genuíno exercício do direito à cidade.■

Recebido em: 29/10/2022

Aceito em: 09/10/2023

REFERÊNCIAS

- ANKER, Elizabeth S.; MEYLER, Bernadette. *New Directions in Law and Literature*. New York: Oxford University Press, 2017.
- ATTOH, Kafui A. What Kind of Right Is the Right to the City? *Progress in Human Geography*, v. 35, n. 5, p. 669-685, 2011. Doi: 10.1177/0309132510394706.
- CARLOS, Ana Fani A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. *Rev. Direito Práx.*, v. 11, n. 01, p. 349-369, 2020.
- CARLOS, Ana Fani A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaios sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CARDOSO, Ana Cláudia D. Prefácio. In: REIS, Ana Beatriz Oliveira et al. (Org.). *Cidades e bem viver na Amazônia*. Santarém: UFOPA, 2019.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *Manifiesto diferencialista*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1972.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. What is the urban in the contemporary world? *Cad. Saúde Pública*, v. 21, n. 3, p. 942-948, 2005.
- SILVA, Diego Coimbra Barcelos da; CALGARO, Cleide; HERMANY, Ricardo. Espaço abstrato e espaço diferencial: a compreensão do direito à cidade em Henri Lefebvre. *Revista de Direito da Cidade*, v. 12, n. 3, p. 2022-2047, 2020.

CIDADE PANDÊMICA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO¹

LETÍCIA PERET ANTUNES HARDT

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

l.hardt@pucpr.br

CARLOS HARDT

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

c.hardt@pucpr.br

MARLOS HARDT

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

marlos.hardt@pucpr.br

PATRÍCIA COSTA PELLIZZARO

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

patricia.pellizzaro@gmail.com

RESUMO

O tema do artigo é direcionado à reconhecida, mas pouco conhecida, sujeição histórica de ambientes urbanizados a doenças. Apoiado nessa problemática, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar características do processo diacrônico de urbanização e das próprias cidades contemporâneas em associação com a ocorrência de surtos de moléstias, refletindo sobre perspectivas pósteras. Com base na hipótese de que determinadas condições urbanísticas podem potencializar ou minimizar a disseminação de enfermidades, os procedimentos metodológicos, com natureza básica, abordagem qualitativa e caráter exploratório, são fundamentados em técnicas de revisão sistemática de fontes secundárias e são sistematizados em três fases principais. A primeira trata de ensinamentos do passado, enquanto a segunda aborda realidades do presente e a última compreende tendências do futuro. Os resultados evidenciam tanto relações pretéritas entre estruturas citadinas e acontecimentos sanitários quanto suas atuais permanências e volubilidades, bem como incertezas de tempos subsequentes em questões de sustentabilidade e resiliência. Conclui-se pela confirmação do pressuposto aventado e pela assertiva de que as pandemias devem ser vistas como oportunidades para a conformação de urbes saudáveis, o que exige abordagens inovadoras para planejamento e gestão sustentável da vigente era pandêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Território de contágio. História da cidade. Diagnóstico da urbe. Prognóstico de urbanização.

¹ Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) pelo fomento à pesquisa.



PANDEMIC CITY: PAST, PRESENT AND FUTURE

ABSTRACT

The theme of the paper is directed to the recognized – but little-known – historical subjection of urbanized environments to diseases. According to this problem, the general objective of the research is to analyze characteristics of the diachronic process of urbanization and contemporary cities themselves in association with the occurrence of illnesses outbreaks, reflecting on subsequent perspectives. Based on the hypothesis that certain urban conditions can either enhance or minimize the spread of ailments, the methodological procedures, with a basic nature, qualitative approach, and exploratory feature, are grounded on techniques of systematic review of secondary sources and they are sistematized in three main phases. The first deals with lessons from the past, while the second addresses present realities, and the last encompasses prospect trends. The results highlight both past relationships between city structures and health events as well as their actual permanence and volubility, in addition to uncertainties of subsequent times in sustainability and resilience issues. It is concluded by confirming the postulated assumption and asserting that pandemics should be seen as opportunities for the conformation of healthy cities, which requires innovative approaches to sustainable planning and management of the current pandemic era.

KEYWORDS: Contagion territory. City history. Town diagnosis. Urbanization prognosis.

CIUDAD PANDÉMICA: PASADO, PRESENTE Y FUTURO

RESUMEN

La temática del artículo se dirige a la reconocida, pero poco conocida, sujeción histórica de los ambientes urbanizados a las enfermedades. Con base en este problema, el objetivo general de la investigación es analizar características del proceso diacrónico de urbanización y de las propias ciudades contemporáneas en asociación con la ocurrencia de brotes de dolencias, reflexionando sobre perspectivas futuras. Partiendo de la hipótesis de que determinadas condiciones urbanas pueden potenciar o minimizar la propagación de molestias, los procedimientos metodológicos, de carácter básico, cualitativo y exploratorio, se basan en técnicas de revisión sistemática de fuentes secundarias y se sistematizan en tres fases principales. La primera trata sobre enseñanzas pasadas, mientras que la segunda aborda realidades presentes y la última comprende tendencias futuras. Los resultados muestran tanto las relaciones pasadas entre las estructuras de la ciudad y los eventos de salud como sus permanencias y volubilidades actuales, así como las incertidumbres de los tiempos futuros en cuestiones de sostenibilidad y resiliencia. Se concluye con la confirmación del presupuesto planteado y de la afirmación de que las pandemias deben ser vistas como oportunidades para la conformación de ciudades saludables, lo que requiere enfoques innovadores para planificación y gestión de la actual era pandémica.

PALABRAS CLAVE: Territorio de contagio. Historia de la ciudad. Diagnóstico de la urbe. Pronóstico de la urbanización.

1 | INTRODUÇÃO: POSTULADOS

Apesar de reconhecida, a temática da pesquisa, voltada à sujeição histórica de ambientes urbanizados a doenças, ainda não é suficientemente conhecida. Desde o seu surgimento, a urbe concentra adensamentos humanos em áreas exíguas, favorecendo contaminações epidemiológicas (Glaeser, 2020).

Ocasionalmente usadas como sinônimos, as palavras “surto”, “epidemia” e “pandemia” têm significados diferenciados. A primeira corresponde ao acréscimo repentino de casos de determinada doença em região restrita, a exemplo de um setor específico de uma cidade. A segunda compreende ocorrências eventualmente sazonais em várias localidades, sendo, em geral, prevalentes em áreas urbanizadas (Porta, 2016[1983]). Por outro lado, uma pandemia é definida como uma epidemia que ultrapassa fronteiras internacionais, atingindo elevado número de pessoas, com sua definição clássica não incluindo aspectos intrínsecos sobre imunidade populacional, virologia humana e gravidade clínica, mas normalmente com marcante concentração em adensamentos urbanos (Kelly, 2011; Porta, 2016[1983]). Vale diferenciar, ainda, os significados dos termos “endemia”, frequente em dada região por causas de âmbito local, e “sindemia”, oriunda da interação de duas ou mais moléstias, com danos maiores do que a sua simples somatória (Mendenhall, 2017).

Mesmo diante dos notórios impactos provocados por esses eventos sanitários, suas adversidades ainda não são superadas por pensamentos urbanísticos determinantes para efetiva mitigação da problemática (Hardt; Hardt; Hardt, 2020; Vinodrai; Brail, 2023). Esse vazio ideológico tem gerado proposições teóricas não suficientemente testadas

e sem a necessária modelagem de cenários para desenvolvimento urbano em longo prazo.

Sob a ótica sanitária, os aportes teóricos sobre cidades saudáveis da chamada “Teoria da Mudança” posicionam a saúde, o bem-estar, a equidade e a sustentabilidade no centro de políticas e programas baseados em valores fundamentais para adequado desenvolvimento humano. Nesse direcionamento, seus princípios são atrelados à acessibilidade e universalização dos serviços, por meio de governança intersetorial, participação comunitária, coesão social e soluções inovadoras (WHO, 2020). Scudellari (2020) argumenta que esses tipos de modificações envolvem, dentre outras, escolhas realizadas por governantes e outros inúmeros atores envolvidos.

Vários obstáculos são, então, impostos a pesquisadores e gestores, bem como à sociedade (Leach *et al.*, 2021; Ultramari, 2020), para compreensão desse complexo território de redes sociotécnicas (Firmino, 2020; Latour, 2012[2005]), que ultrapassam a singular interação bioquímica de agentes patogênicos com células hospedeiras. Para Mas-Coma, Jones e Marty (2020), a recente pandemia da *coronavirus disease 2019* (doença do coronavírus – Covid-19) expôs contradições e vulnerabilidades de um mundo globalizado, indicando lapsos de conhecimento sobre relações entre urbanidades e salubridades (Durrheim; Baker, 2020).

Mesmo diante do relativo vácuo de ideologias promissoras para enfrentamento da problemática em estudo, inúmeras teorias urbanísticas, com resultados abstratos e práticos desde tempos remotos, perpassam a presente investigação. Zulfiqar e Kausar

(2023) resumem esses princípios teóricos em cinco períodos principais.

Conforme esses autores, no início da “Pré-História do Planejamento Urbano” (Teorias do Pré-Urbanismo, período anterior ao século XIX – Zulfiqar; Kausar, 2023), havia forte relação dos seres humanos com os recursos naturais em um processo de urbanização ainda voltado prioritariamente à sobrevivência, mas com evidências de ordenamento socioespacial. Mais tarde, esses assentamentos visaram interesses sociais, culturais, econômicos e religiosos, ampliando as áreas urbanizadas na Antiguidade e exigindo a sua sistematização, com funcionalismo de zonas urbanas e hierarquia de vias em cidades gregas, além de iniciativas de saneamento em Roma, por exemplo.

Durante o interstício entre meados dos anos 400 e 1400, o estado quase que permanente de tensão entre povos e nações requereu a proteção de cidadãos em cidadelas fortificadas, sem parâmetros expressivos de organização espacial e com sérios problemas sanitários (Gómez; Verdú, 2017). Entre os séculos XVI e XVII, a terra se tornou importante mercadoria, promovendo, em grande parte, transformações dos centros urbanos, com seu crescimento para o exterior das muralhas medievais. Nos anos 1700, tendências de mundialização e avanços nos meios de transporte conduziram ao comércio internacional, com surgimento de várias cidades portuário-mercantis, favorecendo a difusão de algumas práticas de planejamento então vigentes, principalmente fundamentadas em ideias dos movimentos Renascentista e Barroco, imbuídos de soluções para melhoria da qualidade de vida (Zulfiqar; Kausar, 2023).

No começo dos “Anos Fundacionais” (Teorias do Urbanismo Utópico, final do século XIX e início do XX – Zulfiqar; Kausar, 2023), houve esforços

para reformas, notadamente em termos de saúde pública e cooperativismo. Apesar desses precursores das práticas urbanísticas atuais nem sempre serem planejadores, suas contribuições suggestionaram sobremaneira pensamentos posteriores. Nesse momento histórico, outras utopias progressistas, voltadas ao ordenamento funcionalista, e culturalistas, direcionadas à melhoria social, inclusive de bem-estar e saúde, também tiveram o mesmo papel de indução de ideias reformistas (Choay, 2014[1965]).

No período do “Modernismo” (Teorias do Urbanismo Racional, meados do século XX – Zulfiqar; Kausar, 2023), houve foco em aspectos técnicos de estruturação da cidade e de desenvolvimento da região, fortemente influenciados pelos axiomas progressistas. Em contraposição, pressupostos não hegemônicos de ordem culturalista também exerceram marcantes influências (Choay, 2014[1965]), em associação ao advento dos preceitos do desenvolvimento sustentável, que incluem fatores sanitários (Díaz-López *et al.*, 2021).

Arelado a movimentos neoliberalistas, o período do Pós-Modernismo (Teorias do Novo Urbanismo, finais do século XX – Zulfiqar; Kausar, 2023), em paralelo a inquestionáveis benefícios, trouxe consequências como privilégios a elites e processos de suburbanização. Algumas iniciativas de renovação urbana e de instalação de megaprojetos tenderam a reforçar inadequadas divisões socioespaciais das cidades, submetendo populações a condições precárias de vivência cidadina.

Na “Era Corrente” (Teorias do Urbanismo Múltiplo, século XXI – Zulfiqar; Kausar, 2023), há reconhecimento da complexidade urbana frente à multiplicidade e simultaneidade de desafios econômicos,

políticos, sociais, ambientais e sanitários. Consequentemente, há na atualidade várias vertentes teóricas para abordagem compartilhada dessas questões, mas ainda restam relevantes lacunas de conhecimento, especialmente quanto a eventos pandêmicos.

Com base nos postulados anteriores, o objetivo geral do trabalho consiste em analisar características do processo diacrônico de urbanização e das próprias cidades contemporâneas em associação com a ocorrência de surtos de moléstias, refletindo sobre perspectivas pósteras. Com natureza básica, abordagem qualitativa e caráter exploratório, a reflexão é baseada na hipótese de que determinadas condições urbanísticas podem potencializar ou minimizar a disseminação de enfermidades.

Os procedimentos metodológicos são fundamentados em técnicas de revisão sistemática de fontes secundárias, sintetizadas de enunciados de Donato e Donato (2019) e de Galvão e Ferreira (2014), em três etapas essenciais. A primeira correspondeu à elaboração da pergunta de pesquisa, ou seja, quais são as principais características das cidades que influenciam a proliferação de doenças em seus processos retrospectivos, vigentes e prospectivos?

A partir dessa indagação e visando à minimização de vieses interpretativos, na segunda etapa, amparada pelo sistema SPIDER (S = *sample* – amostra; PI = *Phenomen of Interest* – fenômeno de interesse; D = *Design* – esquema; E = *Evaluation* – avaliação; e R = *Research type* – tipo de pesquisa) (Cooke; Smith; Booth, 2012), foi produzido o protocolo de investigação, com estabelecimento de “S” (fontes utilizadas) e alinhamento a “PI” por meio dos principais termos de busca, por intermédio da seguinte *string* (conjunto de palavras-chave): cidade E doença E/OU história (e seus respectivos

sinônimos) nos idiomas inglês, devido ao seu caráter de “língua universal da ciência” (Drubin; Kellogg, 2012), espanhol e português, estes últimos na procura de maior aproximação com as realidades latino-americana e brasileira.

Por sua vez, para “D”, optou-se por esquema randômico de pesquisa *online*, associando obras clássicas, notadamente sobre história, a produções contemporâneas, envolvendo diferenciadas tipologias de “R”, desde conteúdos de livros especializados, artigos científicos e trabalhos acadêmicos, até outras similares. Para “E”, foram estabelecidos critérios de seleção, com inclusão de fontes com respostas, mesmo que parciais, à questão investigativa, bem como exclusão daquelas sem clara associação à *string* ou ao objetivo do trabalho, ou sem acesso aberto do texto para sua leitura na íntegra.

A terceira etapa compreendeu a extração de dados, análise das informações e avaliação de evidências. Por decorrência, os resultados foram estruturados em três fases principais. A primeira trata de ensinamentos do passado, inter-relacionando particularidades de diversos períodos da história das cidades com marcantes fenômenos na área da saúde, enquanto a segunda aborda realidades do presente, revelando assimetrias promotoras de persistências e discontinuidades das urbes contemporâneas. Por sua vez, a última compreende tendências do futuro, diante das dúvidas hoje reinantes.

2 | PASSADO: ENSINAMENTOS

Originadas na Pré-História, as chamadas “protocidades” (Mumford, 2008[1961]) tendiam ao traçado concêntrico (Figura 1) e o sedentarismo, resultante da fixação do homem à terra, induziu o seu desenvolvimento. Ultrapassando as simples metas humanas vigentes de sobrevivência, esses aldeamentos foram organizados com alguns princípios socioespaciais, precursores de postulados de Teorias do Pré-Urbanismo (início da “Pré-História do Planejamento Urbano” – Zulfiqar; Kausar, 2023). Com o surgimento da estruturação da sociedade urbana (Hardt; Hardt, 2015), foram registrados os primeiros surtos de moléstias contagiosas (Nascimento, 2005).

Figura 1: Representação esquemática de principais características da cidade na Pré-História.

Fonte: Elaboração própria com base em Hardt e Hardt (2015).

Tratando de aspectos de paleoepidemiologia, Ferreira, Jansen e Araújo (2011, p. 1041) afirmam que a doença de Chagas (infecção pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*) surgiu entre populações pré-históricas americanas quando “começaram a domesticar animais, mudaram para hábitos sedentários e adotaram a agricultura” como atividade básica e, conseqüentemente, criaram suas primeiras aldeias. Outro exemplo de evidência de relações entre núcleos urbanos e epidemias nesse período, não obstante a impossibilidade do respectivo cálculo de mortes, é atestado por comparações genômicas feitas por Babkin e Babkina (2015), que citam que a varíola (causada pelo *Ortopoxvirus variolae*) foi essencialmente disseminada em aglomerações humanas no leste africano nesses tempos.

Na Idade Antiga, o território urbanizado teve expressiva expansão e, abstraindo da sua posição geográfica, reforçou sua tendência espacial à configuração geométrica (Figura 2). Em alguns casos, seu ordenamento foi claramente dirigido a zonas funcionais e a vias hierarquizadas, como em certas cidades gregas, e a inovações em saneamento, a exemplo de Roma, gerando bases prenunciadoras das Teorias do Pré-Urbanismo (início da “Pré-História do Planejamento Urbano” – Zulfiqar; Kausar, 2023).

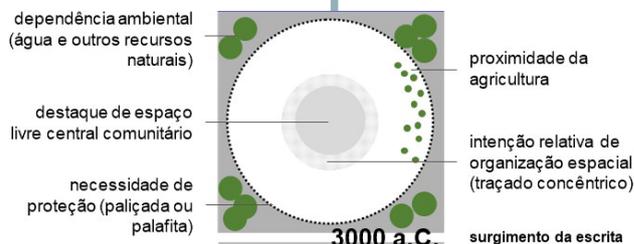


Figura 2: Representação esquemática de principais características da cidade na Idade Antiga.

Fonte: Elaboração própria com base em Hardt e Hardt (2015).

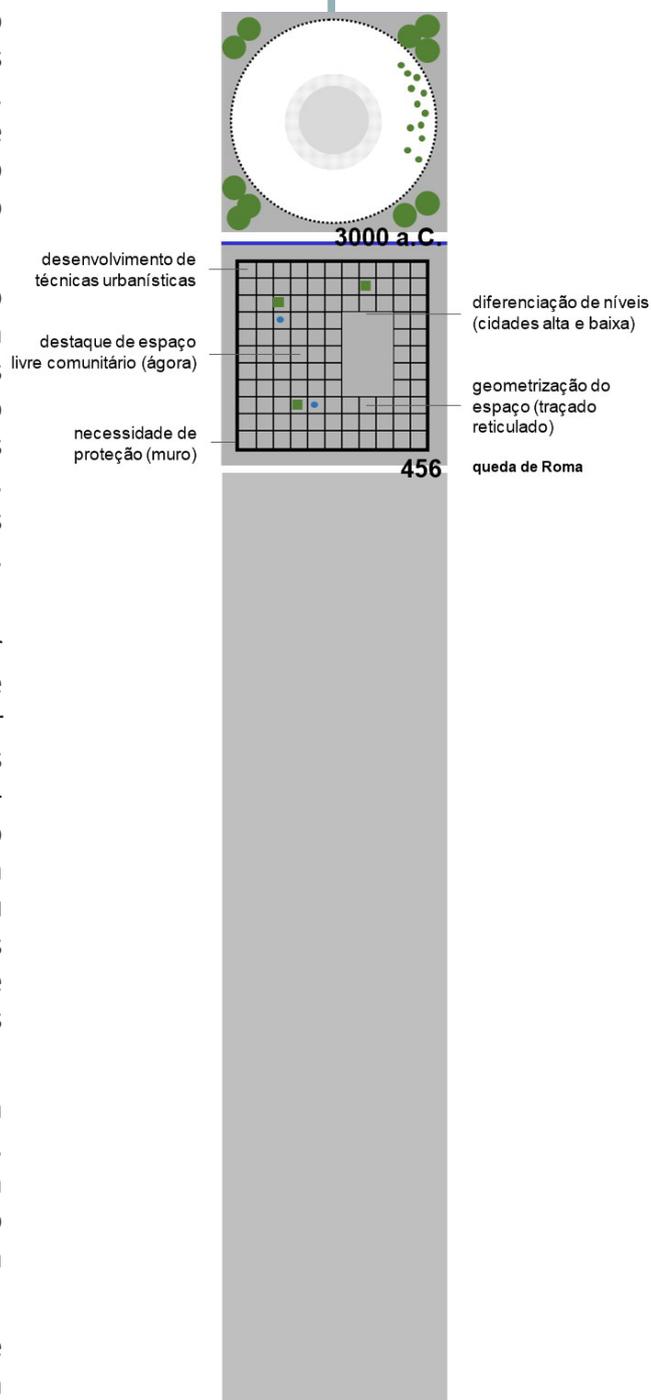
Voltado a interesses socioeconômicos e religioso-culturais, dentre outros, esses núcleos de apoio à produção agrícola e a trocas comerciais suportava as principais atividades econômicas da Antiguidade (Benevolo, 2019[1982]). Sua consolidação propiciou o surgimento de intrincada rede de conexão de centros que, mesmo com o desenvolvimento de determinadas técnicas urbanísticas, propenderam ao adensamento populacional (Hardt; Hardt, 2007).

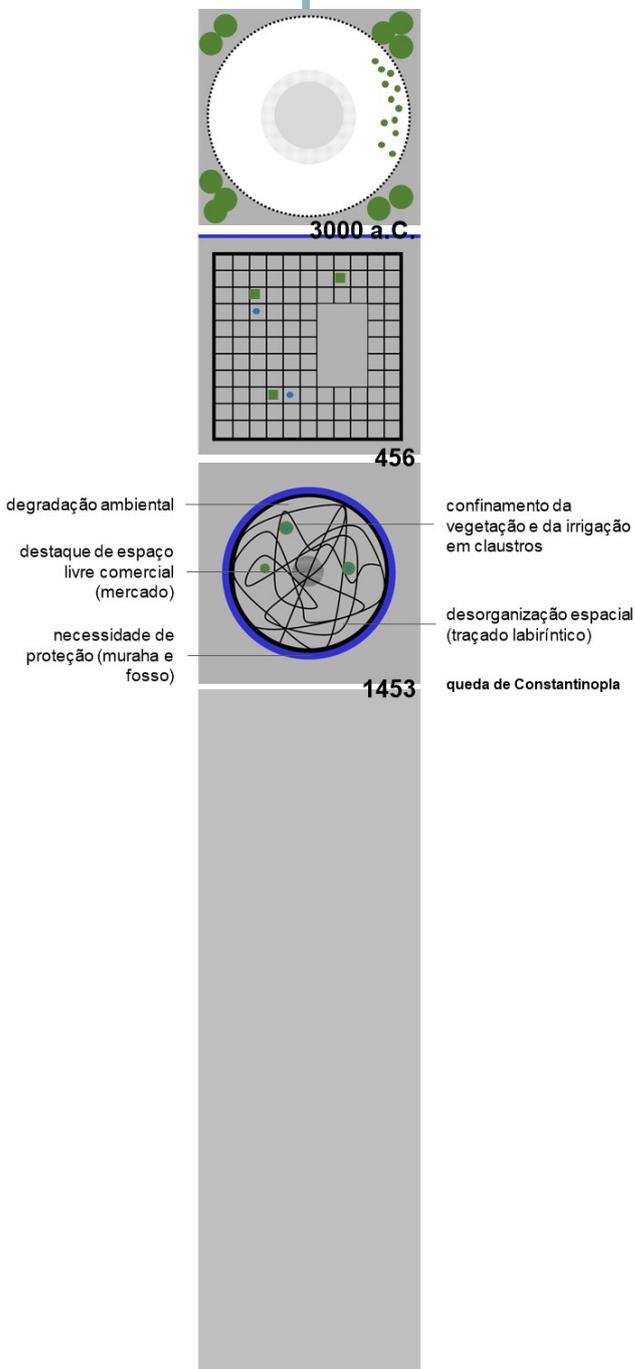
Conforme narrativas bíblicas, essa concentração de população favoreceu, desde os tempos dos filisteus, a disseminação de uma série de pragas e pestes, algumas de caráter epidêmico ou até pandêmico. “Como resultado da insuficiência tanto de condições sanitárias das cidades quanto de conhecimento etiológico de muitas doenças, grandes fenômenos epidemiológicos devastaram sociedades por incontáveis mortes” (Hardt; Hardt; Hardt, 2020, p. 2), alterando o próprio curso da história (Rezende, 2008).

Como uma das referências mais notórias, pode ser destacada a Peste de Atenas (muito associada à febre tifoide e ao seu contágio pela bactéria *Salmonella enterica sorovar Typhi* no século V a.C.), provocada pela invasão da Ática pelos peloponesos e seus aliados (Rezende, 2008). As “cidades-Estado” (*poleis*) constituíam centros de interesse sociopolítico da cultura grega (Hardt; Hardt, 2015) e o confronto pela hegemonia territorial entre atenienses e espartanos durou cerca de 430 anos. Nesse ínterim, o confinamento dos cidadãos à área urbana densificada gerou um ambiente propício à propagação da pestilência, conectando males físicos aos danos sociais (Draeger, 2005).

Outro registro de destaque é o da Peste Antonina (epidemia de varíola no século II), que, semelhante à anterior, devastou o mundo romano, voltando a afetar a região após um período de pouco mais de 30 anos (Rezende, 2008). Segundo Ujvari (2021), a doença matou mais de 2.000 pessoas por dia na cidade de Roma.

Quase 10 décadas depois, partindo do Egito, a Peste Cipriana (século III), provavelmente relacionada à varíola ou ao sarampo (causado pelo *Measles morbillivirus*), afligiu a Grécia, o norte da África e todo o Império Romano, que comportava, à época, mais de 50 milhões de habitantes. Na sua capital, habitada por mais de um milhão de pessoas, cerca de cinco mil indivíduos morriam diariamente (UNRV, 2023),





mesmo diante dos seus exemplos de avanços em técnicas urbanísticas e em inovações sanitárias.

Esses são alguns exemplos de evidências de relações entre doenças e cidades na Antiguidade, quando micro-organismos representavam a mais grave ameaça à saúde humana (Ujvari, 2021). Em suma, a densificação das urbes antigas constituiu uma das principais causas para a mortalidade provocada pelas epidemias. Como resultado, várias sociedades urbanas foram aniquiladas.

Na Idade Média, o ambiente urbanizado ficou ainda mais concentrado intramuros, inclusive como reação às invasões bárbaras, e seu traçado se tornou caracteristicamente labiríntico (Figura 3). Apesar dessas ruas tortuosas e seus becos sem saída servirem a propósitos de defesa contra invasores pelo seu desnorteamto frente à incompreensão imediata da feição urbanística, a cidade medieval pouco contribuiu para o desenvolvimento das Teorias do Pré-Urbanismo (início da “Pré-História do Planejamento Urbano” – Zulfiqar; Kausar, 2023).

Figura 3: Representação esquemática de principais características da cidade na Idade Média.

Fonte: Elaboração própria com base em Hardt e Hardt (2015).

Mumford (2008[1961]) lembra, porém, que houve novo processo de “desurbanização”, desta feita em virtude da fuga dos habitantes das áreas urbanas em busca da proteção dos senhores feudais, estabelecidos em extensas propriedades rurais (Hardt; Hardt, 2015). Limitação de área, insuficiência de insolação, escassez de ventilação e precariedade de higiene são alguns dos inúmeros motivos da perda de qualidade socioambiental desses núcleos urbanos (Hardt; Hardt, 2007).

Como consequência dessas características urbanas e possivelmente causada pelo bacilo *Yersinia pestis*, a Peste Justiniana (542 d.C.) foi uma das primeiras epidemias do período. Com aparecimento no Império Bizantino, espalhou-se por nações asiáticas e europeias, alcançando Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente, onde provocou, em seu momento de pico, por volta de 10 mil mortes por dia (Rezende, 2008), equivalente a 1% da respectiva população total (UNRV, 2023).

Sua reincidência por volta dos anos 1330, sob a denominação de “Peste Negra”, mas com a probabilidade de mesma origem bacteriana, começou na Ásia Central e se dispersou em várias direções. Nesse contexto, provocou

a mortandade de 75 a 200 milhões de pessoas na Eurásia, notadamente em centros urbanos com maiores precariedades sanitárias e com populações mais elevadas, que sofreram interstícios mais longos de mortalidade anormal (Olea; Christatos, 2005). Tem-se o registro, então, de mais um processo de “desurbanização” (Mumford, 2008[1961]).

Em seus estudos, Gómez e Verdú (2017) evidenciam que cidades com valores mais elevados de centralidade e transitividade foram mais gravemente afetadas pela peste. Como exemplos europeus, podem ser citadas Veneza, Londres e Paris. Para o Norte da África e para a Ásia, cabe menção a Alexandria e Constantinopla, dentre vários centros atingidos pela pandemia.

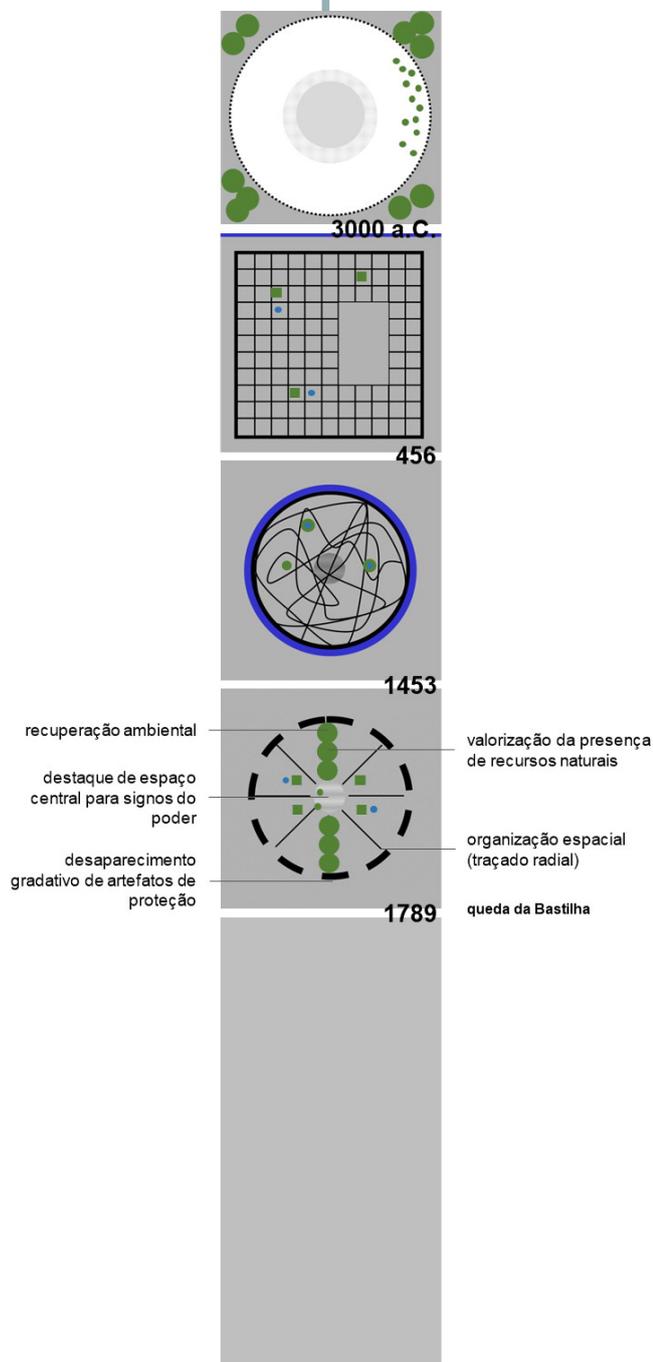
Considerada uma das maiores pandemias da história (Alchon, 2003), a Peste Negra trouxe severas consequências político-demográficas e socioeconômicas, com mudanças comportamentais significativas (Hays, 2005). Steckel (2016) evidencia que a debilidade de condições higiênicas da urbanização da Idade Média foi atrelada à maior exposição a agentes patogênicos, originando a transmissão de um conjunto complexo de diversas doenças.

Hardt, Hardt e Hardt (2020, p. 3) elucidam que “as precariedades da era medieval induziram algumas alterações urbanísticas que visavam, em essência, à melhoria da qualidade ambiental das áreas urbanizadas na Idade Moderna”. Vinculadas a importantes movimentos sociais, essas modificações produziram as cidades renascentistas e barrocas (Benevolo, 2019[1982]), com idealização do traçado radial (Figura 4) e relevantes aportes às Teorias do Pré-Urbanismo (início da “Pré-História do Planejamento Urbano” – Zulfiqar; Kausar, 2023). A valorização da terra como mercadoria e o comércio internacional favoreceram a expansão e transformação das áreas urbanas para além das fronteiras tradicionais.

Figura 4: Representação esquemática de principais características da cidade na Idade Moderna.

Fonte: Elaboração própria com base em Hardt e Hardt (2015).

Em contraposição a diligências para renovação urbanística visando à produção de urbes mais salubres na Europa, a partir dos insurgentes pensamentos iluministas, o processo de colonização do Novo Continente alastrou doenças, a exemplo da varíola e da febre amarela (normalmente transmitida pelo *Flavivirus febricis*), além da própria Peste Negra e de outras epidemias trazidas por colonizadores e escravos. Essas moléstias dizimaram tanto povos nativos quanto populações urbanas. Esse cenário nefasto foi especialmente aflitivo



no Brasil (Castro-Santos, 2006), pois as cidades não eram planejadas, ao contrário das áreas urbanizadas nas colônias espanholas e inglesas.

Mesmo com a implantação das primeiras “santas casas de misericórdia” (capitanias de São Vicente, em 1543, e de Salvador, em 1549) e de outras unidades semelhantes, para Oliveira (2012, p. 33), “o cenário era de descaso para com a saúde” nas cidades do Brasil colonial. A febre amarela, por exemplo, registrou grave incidência em Olinda (anos 1500) e em Salvador (1685), enquanto a Peste Negra provocou muitas mortes em Santos e no Rio de Janeiro. À época, esses centros representavam alguns dos mais estabelecidos centros urbanos do país.

As políticas de mercantilismo econômico e de absolutismo monárquico levaram à insatisfação social em vários países, constituindo as principais causas para a Revolução Francesa, marco da transição para a Idade Contemporânea. Os resultados desse passado da humanidade evidenciam a subjugação historial das cidades a significativas epidemias, indicando relações entre estruturas citadinas e acontecimentos sanitários. Veiga Neto (2021) julga que esses achados culminam no quadro sindêmico da Covid-19 em tempos mais atuais.

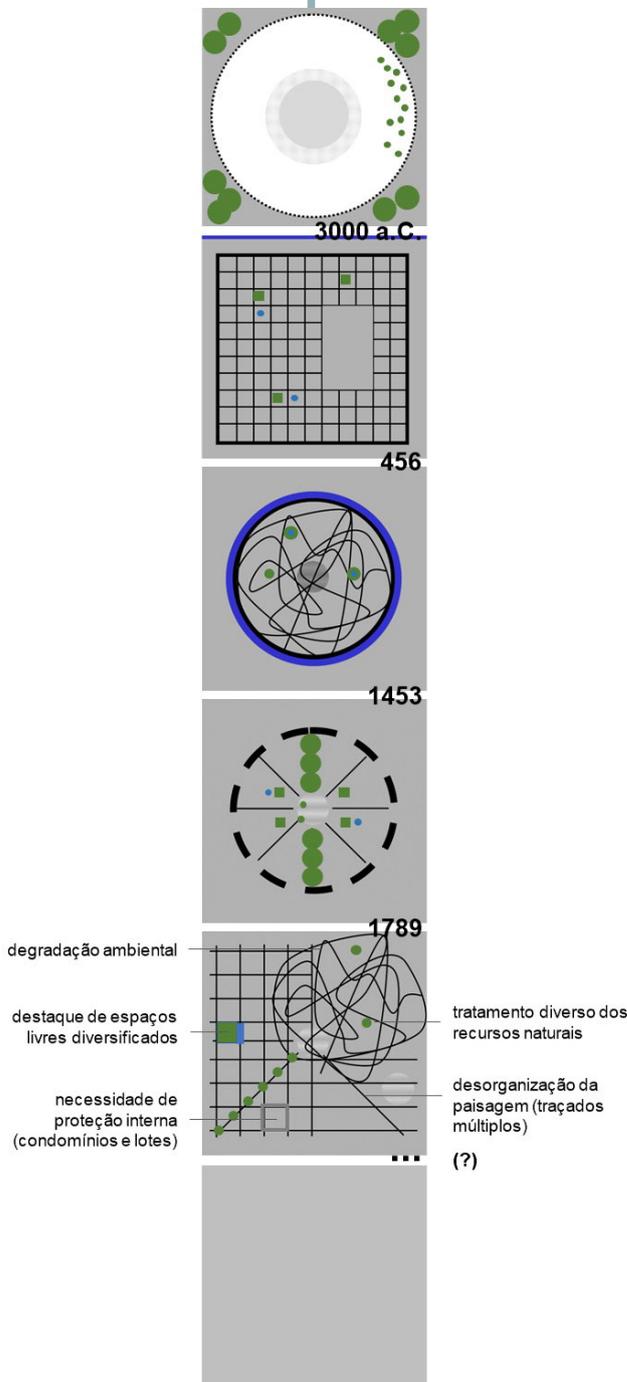
3 | PRESENTE: REALIDADES

A despeito da importância histórica da Revolução Francesa, é outro momento revolucionário que conforma os primórdios urbanísticos da contemporaneidade. Estimuladas pela Revolução Industrial, as cidades, com traçados diversificados (Figura 5), “inclusive repetindo configurações anteriores, passaram a atrair contingentes populacionais para formação do proletariado das novas fábricas e sofreram acentuada aceleração do crescimento populacional, com retorno às condições deletérias das áreas urbanas” (Hardt; Hardt, 2020, p. 4).

Figura 5: Representação esquemática de principais características da cidade na Idade Contemporânea.

Fonte: Elaboração própria com base em Hardt e Hardt (2015).

Nesse momento da chamada “Era das Máquinas”, o inusitado processo de industrialização e o inesperado crescimento urbano propulsionaram várias Teorias do Urbanismo Utópico (“Anos Fundacionais” – Zulfiqar; Kausar, 2023). Nessa perspectiva, um exemplo emblemático de renovação urbana ocorreu em Paris, com vistas ao melhoramento da cidade superlotada, escura e insalubre.



Com base nesses fatores motivadores para transformação urbanística, dentre outros, o amplo programa de obras públicas conhecido como “hausmannização” compreendeu a demolição de populosos e precários bairros medievais, a construção de largas avenidas (geralmente arborizadas), a instalação de novas áreas verdes públicas, a anexação de subúrbios e a implementação de componentes de saneamento básico (Moncan, 2009), além de outras iniciativas que contribuíram, ao menos temporariamente, para relativo controle de relevantes surtos de doenças. Porém, para Costa (2014), esse processo de resolução de problemas de circulação e desordem urbanística também gerou efeitos deletérios de segregação e divisão social.

Mesmo assim, o Modelo Haussmanniano foi reproduzido e adaptado a necessidades locais de diversas cidades pelo mundo, inclusive brasileiras. Costa (2014, p. 9-10) cita que foi interpretado como “solução ideal para os problemas de insalubridade, higiene e moradia”, com governantes e elites utilizando “esses argumentos para implantar de forma autoritária intervenções urbanísticas que, não só destruíram edificações de valor histórico, como também desalojaram e realocaram a população que vivia nesses centros”, com as reformas higienistas ultrapassando objetivos estéticos para promoção de “uma limpeza social”.

Vale lembrar que um exemplo de evidência das epidemias mais importantes em áreas urbanizadas nesse período é relacionado ao cólera (provocado pela bactéria *Vibrio cholerae*). Originário da Ásia, seu espraiamento pelo mundo teve início na Rússia, propagando-se para a Europa e para as Américas. Somente em 1832, morreram mais de 6.500 pessoas em Londres e cerca de 20 mil na Paris pré-haussmanniana (Almeida, 2011). Chasles (2016) também aponta a tuberculose (transmitida pela *Mycobacterium tuberculosis*), conhecida como “Peste Branca”, como o grande desafio da saúde pública nesse período.

O adensamento populacional nos territórios urbanizados favoreceu tanto o surgimento de variadas formas de poluição, geradoras de novas moléstias, quanto a ocorrência de pandemias (Gerolamo; Penna, 2000). No início dos anos 1900, cerca de 50 milhões de pessoas foram vitimadas pela gripe espanhola (ocasionada pelo vírus *Influenza*), que causou a morte de mais de 35 mil brasileiros (Goulart, 2005).

As alterações das cidades industriais promoveram, por outro lado, a idealização de “modelos urbanísticos” (Choay, 2014[1965]), tanto progressistas (funcionalistas) quanto culturalistas (comunitários). Estruturados por soluções para problemas oriundos da industrialização, foram focados, além de outros aspectos, no ordenamento do espaço, saneamento do ambiente e controle da poluição. Esse é o período de expressiva expansão das Teorias do Urbanismo Racional (“Modernismo” – Zulfiqar; Kausar, 2023), com inúmeras experiências de ideais urbanos da época, alguns dos quais perduram até os dias atuais.

A Era das Máquinas foi sucedida pela Era do Conhecimento (Hardt; Hardt, 2015) e, não obstante os relevantes avanços em diversos campos científicos e em variadas áreas tecnológicas, ainda não há respostas definitivas para a confrontação da problemática, em especial nas metrópoles. O período das Teorias do Novo Urbanismo (“Pós-Modernismo” – Zulfiqar; Kausar, 2023) introduziu novas oportunidades de renovação urbana e de instalação de megaprojetos, as quais, em paralelo às suas interferências favoráveis, produziram fenômenos socioespaciais adversos, ampliando efeitos de exclusão social.

As cidades passaram, então, a abrigar sucessivas epidemias e pandemias, como as síndromes da imunodeficiência adquirida (*acquired immunodeficiency syndrome* – AIDS) e respiratória aguda severa (*severe acute respiratory syndrome* – SARS), dentre muitas outras provocadas por vírus, com destaque para o evento pandêmico da gripe suína no início dos anos 2000 (Bellei; Melchior, 2011). Outros agentes etiológicos (bactérias, fungos, protozoários, helmintos, parasitas etc.) também produziram eventos similares.

A maior parte da transmissão de patógenos é feita por meios diretos, como contato ou gotículas e aerossóis, ou indiretos, como ar e veículos ou vetores. Essas condições são favorecidas pelo adensamento de pessoas em espaços reduzidos, comuns nas áreas urbanas da atualidade. Para Gouveia *et al.* (2020), antigas e novas ameaças à saúde enfatizam as evidências da sua estreita relação com o ambiente urbanizado, suportadas por discussões sobre desigualdades e vulnerabilidades.

Diante da efetividade da globalização e da sua complexa rede de interações, depara-se na atualidade com Teorias do Urbanismo Múltiplo (“Era Corrente” – Zulfiqar; Kausar, 2023), compostas por vários paradigmas teóricos, sem resolução, contudo, da fragilidade urbana a eventos pandêmicos. Com mais de 700 milhões de casos e quase 7 milhões de mortes (WOM, 2023), a Covid-19 representou um dos principais alertas sobre relações entre cidades e pandemias, expondo idiosincrasias e assimetrias de situações que promovem permanências e volubilidades das urbes contemporâneas, como nos casos latino-americano e brasileiro (Acosta, 2020).

Dentre as evidências sobre relações da Covid-19 com adensamentos urbanos, cabe destacar que os cinco países da América Latina com mais expressivos números de mortes por 100.000 habitantes são Peru, Chile, Brasil, Argentina e Colômbia, nesta ordem (WOM, 2023). Estas nações abrigam oito das 11 metrópoles latino-americanas classificadas dentre as 100 maiores do mundo (São Paulo – 5ª colocada no ranking mundial; Buenos Aires – 16ª; Rio de Janeiro – 23ª; Bogotá, 27ª; Lima – 29ª; Santiago – 57ª; Belo Horizonte – 63ª; e Brasília – 88ª) (WPR, 2023). Note-se que a metade dessas oito metrópoles estão localizada no território brasileiro.

Para Stevano *et al.* (2021), o recente evento pandêmico também expôs múltiplas falhas estruturais do capitalismo mundial, reproduzidas pela intensificação das desigualdades e reforçadas por respostas políticas não protetivas dos mais vulneráveis. Segundo os mesmos autores, revelando materialidades de atividades humanas e geografias de contrastes sociais, a Covid-19 salientou a continuidade da perpetuação de desequilíbrios nas relações capitalistas de produção, reprodução e finanças, aprofundando a divisão entre o Norte e o Sul globais.

Kooli (2021) destaca a existência de vários dilemas éticos enfrentados pelos setores de saúde, especialmente nesses tempos de pandemias e emergências sanitárias, apontando evidências substanciais que revelam escassez de recursos, crises de responsabilidades e perda de fiabilidade nos sistemas públicos em todo o mundo, como resultado de processos de mercantilização desses segmentos. Em escala analítica diferenciada, outras necessidades básicas também são tratadas como mercadorias, a exemplo das habitações de caráter social. Em geral, intensamente compartilhadas, essas moradias tendem a riscos aumentados de

transmissão de doenças, conduzindo a elevados níveis de ansiedade dos seus ocupantes (Luo *et al.*, 2022), bem como a conflitos interpessoais, especialmente em períodos de confinamento domiciliar (Abade *et al.*, 2022). Esses fatos demandam políticas próprias para mitigação dos efeitos adversos dos seus impactos.

Assim, são impostos vários obstáculos para a compreensão desse território contagioso. Atestando a ideia de Wolfe (2011) sobre a existência – e possível permanência – de uma “era pandêmica”, Skegg e Hill (2021) argumentam que se está simplesmente em mais uma de suas fases, sujeitas a diferentes fatores, alguns ainda não previsíveis em tempos pósteros.

4 | FUTURO: TENDÊNCIAS

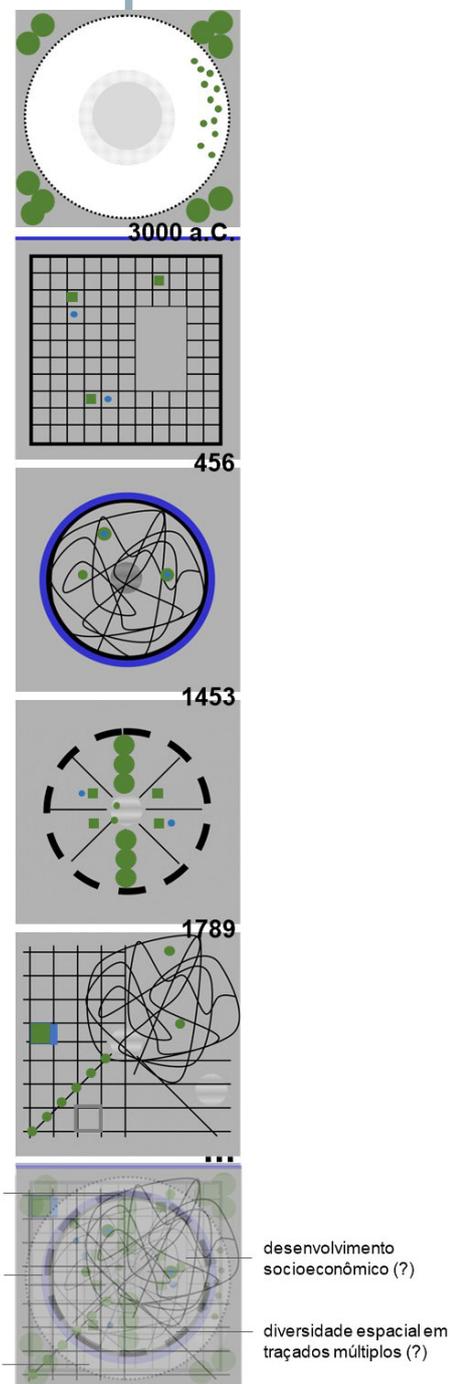
Com possibilidades plurais de traçado (Figura 6), peculiares às Teorias do Urbanismo Múltiplo (“Era Corrente” – Zulfiqar; Kausar, 2023), incluindo a justaposição de malhas anteriores, a cidade do futuro provavelmente comportará pandemias consecutivas (Scudellari, 2020; Telenti *et al.*, 2021), quando não concomitantes. Inclusive, Davis *et al.* (2023) alertam sobre a chamada Covid-19 longa.

Figura 6: Representação esquemática de principais tendências de características da cidade no futuro.

Fonte: Elaboração própria com base em Hardt e Hardt (2015).

Entretanto, a problemática ultrapassa questões sanitárias, absorvendo sinergias em vários âmbitos e impedindo o alcance dos preconizados objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS – UN-DESA, 2015). Nesse contexto, Corburn *et al.* (2020) atentam para precariedades de assentamentos informais do Sul global, por serem os menos preparados para enfrentamento desses problemas e pelas suas condições geralmente dificultadas para isolamento social (Wasdani; Prasad, 2020; Wilkinson, 2020).

Por consenso ou imposição, inúmeras mudanças têm desenvolvido formas remotas de trabalho e sociabilidade, além de alterações espaciais para atividades seguras (OECD, 2020), mesmo diante da incompreensão daquelas que resistirão no futuro (Freedman *et al.*, 2020; Scudellari, 2020) e das incertezas de tempos subsequentes pelas modificações transformadoras da recente crise mundial (Telenti *et al.*, 2021). Nesse âmbito, adiante são interpretadas algumas alternativas para espaços urbanos em períodos síncronos e posteriores à Covid-19, voltadas à necessária preparação das cidades para novos eventos similares (Brail; Kleinman, 2022;



UNESCO, 2020), em associação com princípios de sustentabilidade e resiliência em termos físico-ambientais, socioeconômicos, técnico-tecnológicos e político-institucionais.

No plano físico-ambiental, as opções deverão mitigar efeitos adversos de adensamentos humanos, os quais, para Prem *et al.* (2020), são propulsores de contaminação epidêmica. Shi e Liu (2020), Su *et al.* (2020) e Tian *et al.* (2020) ainda comentam sobre a importância dos deslocamentos para a dinâmica de transmissão e propagação do vírus, tornando imprescindíveis adequadas medidas de mobilidade e caminhabilidade.

Partindo do pressuposto do desenvolvimento sustentável como tema global complexo, Liu *et al.* (2020), Pequeno *et al.* (2020), Pirouz *et al.* (2020) e Prata, Rodrigues e Bermejo (2020) atestam influências de fatores meteorológicos em casos de Covid-19, por exemplo, indicando a relevância das mudanças climáticas nessa conjuntura e, por decorrência, das soluções baseadas na natureza (SbN) e de fundamentos de sustentabilidade (Ventura *et al.*, 2020). Como exemplificação, Sofo e Sofo (2020) reforçam os benefícios da vegetação em períodos de isolamento social, os quais devem, invariavelmente, reger as principais diretrizes urbanísticas contemporâneas.

No campo socioeconômico, Khose, Moore e Wang (2020) destacam a associação de características da população urbana com condições de atendimento social em momentos de crises sanitárias, especialmente quanto a equipamentos e serviços de saúde. Cabe reiterar, nessas circunstâncias, os alertas de Corburn *et al.* (2020), Wasdani e Prasad (2020) e Wilkinson (2020) para a vulnerabilidade de assentamentos informais, a qual deve ser constantemente monitorada.

No âmbito técnico-tecnológico, Dietz *et al.* (2020) indicam a probabilidade de redução do potencial de transmissão epidêmica por mediação do próprio ambiente construído e pelo fornecimento de informações apropriadas a administradores públicos e corporativos, baseadas em ajustados preceitos urbanísticos. Zhou e Yang (2020) também recomendam ferramentas de geoprocessamento para estudos sobre propagação viral, com efetividade comprovada para controle pandêmico, além de outras possibilidades de uso de tecnologias digitais (Ting *et al.*, 2020).

No contexto político-institucional, Pineda e Corburn (2020) afirmam que decisões de política governamental, de planejamento urbano e de prática sanitária são mais responsáveis por contaminações que as próprias condições de suscetibilidade epidemiológica de determinados indivíduos. Assim, os surtos de enfermidades devem ser interpretados como ocasiões para a configuração de cidades saudáveis (Almahmood *et al.*, 2018; Arabindoo, 2020; Meisner *et al.*, 2019; WHO, 2020), por meio de medidas locais e globais (Cacciapaglia; Cot; Sannino, 2020).

Sem pretensão de esgotamento do assunto, esses são alguns exemplos de encaminhamentos para minimização de problemas oriundos de doenças em cidades, pelo menos em futuro próximo. Há que se ressaltar, contudo, a relevância de argumentos apontados por Alnusaira, Qadourah e Khattab (2023) de que quaisquer procedimentos nesse sentido devem ser apoiados em conhecimentos técnico-científicos, processos participativo-colaborativos e abordagens estratégico-sustentáveis, com avaliações contextuais de cada cidade,

compartilhamentos de ideias entre comunidades urbanas, análises iterativas de inovações e sistemas de planejamento voltados à melhoria da qualidade de vida e manutenção da saúde, mesmo em situações de obrigatoriedade de isolamento espacial e de redução de redes sociais.

Cabe destacar, porém, que, baseadas no retrospecto histórico, as perspectivas ulteriores apontam para dificuldades nos relacionamentos entre saúde e urbanização. Essa condição indica o imperativo de realização de ponderações sobre as múltiplas facetas das questões pertinentes.

5 | CONCLUSÃO: REFLEXÕES

Pelo exposto anteriormente, depreende-se que, desde a sua origem, a urbe atrai adensamentos humanos em espaços restritos, o que favorece a disseminação de doenças. Essa constatação impõe a exigência de aprofundamento de conhecimentos para efetivo enfrentamento dos desafios impostos às cidades atuais e futuras.

Pela análise de diferenciações de conceitos sobre formas de propagação de moléstias, prognostica-se a tendência a neologismos no campo da saúde pública para atribuição de necessários novos significados a fenômenos sem precedentes na história humana. Essas acepções inéditas deverão impulsionar ideias inusitadas às teorias urbanísticas vigentes.

Apregoa-se, portanto, o entrosamento evolutivo de diversos postulados teórico-conceituais que garantam o atendimento consentâneo a situações múltiplas, desde a ótica global até a escala local. Nesse direcionamento, as principais inovações do presente estudo são intrinsecamente vinculadas a aspectos de transdisciplinaridade, por meio do tratamento integrado, compartilhado e participativo de soluções pertinentes à constituição de cidades saudáveis.

Independentemente do período histórico abordado e inobstante as suas limitações específicas, as teorias e exemplos explicitados pelos resultados alcançados expõem diferentes contribuições para as práticas de planejamento e gestão urbana. Como súmula reflexiva, ressalta-se a inevitabilidade de visão conjunta e indissociável de aspectos físico-ambientais, socioeconômicos, técnico-tecnológicos e político-institucionais nos âmbitos desses processos.

São diversas as respostas à pergunta de pesquisa sobre quais são as principais características das cidades que influenciam a proliferação de doenças em seus processos retrospectivos, vigentes e prospectivos. As lições pretéritas demonstram a necessidade de redução de mortalidade por meio da adoção de princípios urbanísticos voltados à melhoria da qualidade ambiental e de vida em centros urbanos. Os ensinamentos do passado, entretanto, não foram suficientes para a prevenção de surtos de moléstias contagiosas na atualidade.

As realidades do tempo presente, ao contrário, evidenciam a existência de uma era pandêmica, persistindo as adversidades dos núcleos urbanizados que induziram o seu estabelecimento. Os avanços científicos e tecnológicos ainda não permitiram o alcance de suficiente nível de conhecimento para promoção de formas inovadoras de moradia e de trabalho, baseadas em novas ordens urbanísticas.

As tendências do futuro, por sua vez, não indicam alterações efetivamente transformadoras das atuais crises globais, permeadas pelas mais diversas incertezas em relação à idealização dos espaços urbanizados. Como o ser humano é, por essência, um ser social, o desenvolvimento da sociedade depende de ações práticas e responsáveis de planejadores, gestores e demais atores sociais para concretização desses ideais de sustentabilidade, habitabilidade e resiliência para mitigação das relações deletérias entre cidades e doenças.

Cabe destacar, ainda, que uma das principais recomendações para investigações futuras se refere ao aprimoramento metodológico da pesquisa, sugerindo-se tanto a análise bibliométrica propriamente dita de fontes secundárias quanto a avaliação dos fenômenos por meio de parâmetros quantitativos e/ou qualitativos próprios. Essa opção propiciaria bases para a interpretação de desempenho de cidades perante outros tipos de crises, não apenas sanitárias.

As urbes, por excelência, abrigam uma contradição de difícil resolução quando avaliadas sob o enfoque da presente pesquisa. Por um lado, suas existências e reproduções revelam indicadores cada vez mais densos que as transformam em alternativas favoráveis ao abrigo dos grandes contingentes populacionais; por outro, representam condições muito propícias, embora negativas, para a ocorrência de epidemias.

Conclui-se, portanto, pela confirmação da hipótese aventada, pois certas condições urbanísticas potencializam ou minimizam a propagação de patologias. Ao mesmo tempo em que as pandemias permanecem suscitando preocupações, ainda que sejam registrados avanços de imunização, devem ser interpretadas como novas oportunidades para a conformação de urbes saudáveis, sob prescrição da humanização das suas paisagens, o que exige abordagens inovadoras para planejamento e gestão sustentável de cidades. ■

Recebido em: 15-12-2023

Aceito em: 15-03-2024

REFERÊNCIAS

- ABADE, Victor Augusto Bosquilia; CASTRO, Lariza Aparecida de; HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Cidade, crime e Covid-19: debate acadêmico-científico sobre violência urbana durante a pandemia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR, 19., Blumenau, 2014. *Anais eletrônicos* [...]. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2022, p. 1-23. Disponível em: <<https://anpur.org.br/anais-do-xix-ena/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- ACOSTA, Laura Débora. Capacidad de respuesta frente a la pandemia de Covid-19 en América Latina y el Caribe. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, n. e109, p. 1-8, 2020. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.109>
- ALCHON, Suzanne Austin. *A pest in the land: New world epidemics in a global perspective*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2003.
- ALMAHMOOD, Mohammed; GULSRUD, Natalie Marie; SCHULZE, Oliver; CARSTENSEN, Trine Agervig; JØRGENSEN, Gertrud. Human-centred public urban space: Exploring how the ‘re-humanisation’ of cities as a universal concept has been adopted and is experienced within the socio-cultural context of Riyadh. *Urban Research & Practice*, s.n., p. 1-24, 2018. <https://doi.org/10.1080/17535069.2018.1539512>
- ALNUSAIRAT, Saba; QADOURAH, Jenan Abu; KHATTAB, Rawan. Assessing the future city post Covid-19: Linking the SDGs, health, resilience, and psychological impact. *Sustainability*, v. 15, n. 1(811), p. 1-24, 2023. <https://doi.org/10.3390/su15010811>
- ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 18, n. 4, p. 1057-1071, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000400006>
- ARABINDOO, Pushpa. Pandemic cities: Between mimicry and trickery. *City & Society*, n. 32, p. 1-14, 2020. <https://doi.org/10.1111/ciso.12263>
- BABKIN, Igor V.; BABKINA, Irina N. The origin of the variola virus. *Viruses*, n. 7, p. 1100-1112, 2015. <https://doi.org/10.3390/v7031100>
- BELLEI, Nancy; MELCHIOR, Thaís Boim. H1N1: pandemia e perspectiva atual. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*, v. 47, n. 6, p. 611-617, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1676-24442011000600007>
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019[1982].
- BRAIL, Shauna; KLEINMAN, Mark. Impacts and implications for the post-Covid city: The case of Toronto. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 15, n. 3, p. 495-513, 2022. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsac022>
- CACCIAPAGLIA, Giacomo; COT, Corentin; SANNINO, Francesco. Second wave Covid-19 pandemics in Europe: A temporal playbook. *Scientific Reports*, v. 10, n. 15514, p. 188, 2020. <https://doi.org/10.1038/s41598-020-72611-5>
- CASTRO-SANTOS, Luiz Antonio de. Uma história brasileira das doenças. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 6, p. 1350-1354, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000600025>
- CHOAY, Françoise. *L’Urbanisme, utopies et réalités : une anthologie*. 7. ed. Paris: Seuil, 2014[1965].
- CHASLES, Virginie. Saúde urbana e higienismo, o exemplo da França. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, p. 65-74, 2016. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p65-74>
- COOKE, Alison; SMITH, Debbie; BOOTH, Andrew. Beyond PICO: the SPIDER tool for qualitative evidence synthesis. *Qualitative Health Research*, v. 22, n. 10, p. 1435-1443, 2012. <https://doi.org/10.1177/1049732312452938>

CORBURN, Jason; VLAHOV, David; MBERU, Blessing; RILEY, Lee; CAIAFFA, Waleska T.; RASHID Sabina F.; KO, Albert; PATEL, Sheela; JUKUR, Smurti; MARTÍNEZ-HERRERA, Eliana; JAYASINGHE, Saroj; AGARWAL, Siddharth; NGUENDO-YONGSI, Blaise; WERU, Jane; OUMA, Smith; EDMUNDO, Katia; ONI, Tolu; AYAD, Hany. Slum health: arresting Covid-19 and improving well-being in urban informal settlements. *Journal of Urban Health*, n. 97, p. 348-357, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11524-020-00438-6>

COSTA, Isadora Novaes Scheffler Barbosa. As *gran vías* espanholas e as grandes avenidas brasileiras: estudo da influência haussmanniana no urbanismo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – ENANPARQ, 3., São Paulo, 2014. *Anais eletrônicos* [...]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM, 2014, p. 1-11. Disponível em: <https://anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-CDR-077_COSTA.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.

DAVIS, Hannah E.; MCCORKELL, Lisa; VOGEL, Julia Moore; TOPOL, Eric J. Long Covid: major findings, mechanisms, and recommendations. *Nature Reviews Microbiology*, n. 21, p. 133-146, 2023. <https://doi.org/10.1038/s41579-022-00846-2>

DÍAZ-LÓPEZ, Carmen; MARTÍN-BLANCO, Cathaysa; DE LA TORRE BAYO, Juan Jesús; RUBIO-RIVERA, Benito; ZAMORANO, Montserrat. Analyzing the scientific evolution of the sustainable development goals. *Applied Sciences*, v. 11, n. 8286, p. 1-17, 2021. <https://doi.org/10.3390/app11188286>

DIETZ, Leslie; HORVE, Patrick F.; COIL, David A.; FRETZ, Mark; EISEN, Jonathan A.; VAN DEN WYMELENBERG, Kevin. 2019 Novel Coronavirus (Covid-19) Pandemic: built environment considerations to reduce transmission. *MSystems*, v. 5, n. 2(e00245-20), p. 1-13, 2020. <https://10.1128/mSystems.00245-20>

DONATO, Helena; DONATO, Mariana. Etapas na condução de uma revisão sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019. <https://doi.org/10.20344/amp.11923>

DRAEGER, Andréa Coelho Farias. Para além do lógos: a peste de Atenas na obra de Tucídides. *História Ciência Saúde-Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 225-228, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100015>

DRUBIN, David G.; KELLOGG, Douglas R. English as the universal language of science: opportunities and challenges. *Molecular Biology of the Cell*, v. 23, n. 8, Editorial, p. 1399, 2012. <https://doi.org/10.1091/mbc.e12-02-0108>

DURRHEIM, David N.; BAKER, Michael G. Covid-19 – a very visible pandemic. *The Lancet*, v. 396, n. 10248(e17), p.1, 2020. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31675-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31675-5)

FERREIRA, Luiz Fernando; JANSEN, Ana Maria; ARAÚJO, Adauto. Chagas disease in prehistory. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 83, n. 3, p. 1041-1044, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0001-37652011005000013>

FIRMINO, Rodrigo José. Território viral. *In Vitro* [online], Dossiê Covid-19, s.p., 2020. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.10535.98726>

FREEDMAN, Tanya S.; HEADLEY, Mark B.; SERWAS, Nina; RUHLAND, Megan; CASTELLANOS, Carlos A.; COMBES, Alexis J.; KRUMMEL, Matthew F. I. Covid-19: A roadmap for post-pandemic science. *Journal of Experimental Medicine*, v. 217, n. 9(e20201276), p. 1-4, 2020. <https://doi.org/10.1084/jem.20201276>

GALVAO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>

GEROLOMO, Moacir; PENNA, Maria Lucia Fernandes. Cólera e condições de vida da população. *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 4, p. 342-347, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000400005>

- GLAESER, Edward. L. Cities and pandemics have a long history. *City Journal* [online], 22 Apr, s.p., 2020. Disponível em: <<https://www.city-journal.org/cities-and-pandemics-have-long-history>>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- GÓMEZ, José M.; VERDÚ, Miguel. Network theory may explain the vulnerability of medieval human settlements to the Black Death pandemic. *Scientific Reports*, v. 7, n. 43467, p. 1-7, 2017. <https://doi.org/10.1038/srep43467>
- GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História Ciência Saúde-Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101-142, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>
- GOUVEIA, Nelson; SILVA, Lia Giraldo da, CARNEIRO, Fernando Ferreira; FRANCO NETTO, Guilherme; KUHN, Marla; MIRANDA, Ary; CASTRO, Hermano; CÂMARA, Volney de Magalhães; TAMBELLINI, Anamaria Testa. A saúde e ambiente nos 25 anos da Ciência & Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4737-44, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.30692020>
- HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. *Paisagem e Ambiente*, n. 23, p. 101-107, 2007. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i23p101-107>
- HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Desenvolvimento, cultura e cidade: uma trilogia (re) visitada. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio César Cabrera (Org.). *Desenvolvimento territorial, cultura e turismo: uma abordagem multidisciplinar*. Campina Grande: EdUEPB, 2015, p. 45-73.
- HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos; HARDT, Marlos. Cidades e pandemias: uma história sem fim? *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 1, n. 1-2 esp., p. 1-6, 2020. <https://doi.org/10.23900/2359-1552v1n1-2-2020>
- HAYS, Jo N. *Epidemics and pandemics. Their impacts on Human History*. Austin: Fundação Kahle, 2005.
- KELLY, Heath. The classical definition of a pandemic is not elusive. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 89, n. 7, p. 540-541, 2011. <https://doi.org/10.2471/BLT.11.088815>
- KHOSE, Swapnil; MOORE, Justin X.; WANG, Henry E. Epidemiology of the 2020 pandemic of Covid-19 in the State of Texas: The first month of community spread. *Journal of Community Health*, n. 45, p. 696-701, 2020. <https://doi.org/10.1007/s10900-020-00854-4>
- KOOLI, Chokri. Covid-19: Public health issues and ethical dilemmas. *Ethics Medicine and Public Health*, v. 17, n. 100635, p. 1-9, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.jemep.2021.100635>
- LATOURE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: EdUFBA, 2012[2005].
- LEACH, Melissa; MACGREGOR, Hayley; SCOONES, Ian; WILKINSON, Annie. Post-pandemic transformations: How and why Covid-19 requires us to rethink development. *World Development*, v. 138, n. 105233, p. 1-11, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105233>
- LIU, Jiangtao; ZHOU, Ji; YAO, Jinxi; ZHANG, Xiuxia; LI, Lanyu; XU, Xiaocheng; HE, Xiaotao; WANG, Bo; FU, Shihua; NIU, Tingting; YAN, Jun; SHI, Yanjun; REN, Xiaowei; NIU, Jingping; ZHU, Weihao; LI, Sheng; LUO, Bin; ZHANG, Kai. Impact of meteorological factors on the Covid-19 transmission: A multi-city study in China. *Science of the Total Environment*, n. 726, p. 13851, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.138513>
- LUO, Wenting; BALDWIN, Edwin; JIANG, Anna Yi; LI, Shujuan; YANG, Bo; LI, Haiquan. Effects of housing environments on Covid-19 transmission and mental health revealed by Covid-19 participant experience data from the All of Us Research Program in the USA: A case-control study. *British Medical Journal Open*, v. 12, n. 12(e063714), 2022. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2022-063714>

- MAS-COMA, Santiago; JONES, Malcolm K.; MARTY, Aileen M. Covid-19 and globalization. *One Health*, v. 9, n. 100132, p. 1-4, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.onehlt.2020.100132>
- MENDENHALL, Emily. Syndemics: a new path for global health research. *The Lancet*, v. 389, n. 10072, p. 889-891, 2017. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)30602-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)30602-5)
- MEISNER, Tatiana N.; KOVALEV, Nikolay A.; LYASHENKO, Nadezhda V.; LEPIKHOVA, Victoriya A. The ecologization and humanization concept of a modern city in the transition of society from industrialism to humanism. *EurAsian Journal of BioScience*, online, v. 13, n. 2, p. 1659-1665, 2019. Disponível em: <<http://www.ejobios.org/download/the-ecologization-and-humanization-concept-of-a-modern-city-in-the-transition-of-society-from-7320.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- MONCAN, Patrice de. *Le Paris d'Hausman*. Paris: Mécène, 2009.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008[1961].
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As pestes do século XX: tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- OECD – Organization for Economic Co-Operation and Development. *Trackling coronavirus (Covid-19): contributing to a global effort – cities policy responses*. Paris: OECD, 2020. Disponível em: <<https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/cities-policy-responses-fd1053ff/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- OLEA, Ricardo A; CHRISTAKOS, George. Duration of urban mortality for the 14th Century Black Death epidemic. *Human Biology*, v. 77, n. 3, p. 291-303, 2005. <https://doi.org/10.1353/hub.2005.0051>
- OLIVEIRA, André Luiz de. História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS. *Encontros Teológicos*, v. 27, n. 1, p. 31-42, 2012. <https://doi.org/10.46525/ret.v27i1.198>
- PEQUENO, Pedro; MENDEL, Bruna; ROSA, Clarissa; BOSHOLN, Mariane; SOUZA, Jorge Luiz; BACCARO, Fabricio; BARBOSA, Reinaldo; MAGNUSSON, William. Air transportation, population density and temperature predict the spread of Covid-19 in Brazil. *PeerJ*, n. 8(e9322), p. 1-15, 2020. <https://doi.org/10.7717/peerj.9322>
- PINEDA, Victor S.; CORBURN, Jason (2020) Disability, urban health equity, and the coronavirus pandemic: Promoting cities for all. *Journal of Urban Health*, n. 97, p. 336-341, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11524-020-00437-7>
- PIROUZ, Behrouz; HAGSHENAS, Sina Shaffiee; PIROUZ, Behzad; HAGSHENAS, Sami Shaffiee; PIRO, Patrizia. Development of an assessment method for investigating the impact of climate and urban parameters in confirmed cases of Covid-19: A new challenge in sustainable development. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 8-2801, p. 1-17, 2020. <https://doi.org/10.3390/ijerph17082801>
- PORTA, Miquel (Ed.). *A dictionary of epidemiology*. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016[1983].
- PRATA, David N.; RODRIGUES, Waldecy; BERMEJO, Paulo H. Temperature significantly changes Covid-19 transmission in (sub)tropical cities of Brazil. *Science of the Total Environment*, n. 729(e138862), p. 1-7, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.138862>
- PREM, Kiesha; LIU, Yang; RUSSELL, Timothy W.; KUCHARSKI, Adam J.; EGGO, Rosalind M.; DAVIES, Nicholas; JIT, Mark; KLEPAC, Petra. The effect of control strategies to reduce social mixing on outcomes of the Covid-19 epidemic in Wuhan, China: A modelling study. *The Lancet Public Health*, n. 5, p. 261-270, 2020. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30073-6](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30073-6)
- REZENDE, Joffre Marcondes de. *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: EdUnifesp, 2008.

- SCUDELLARI, Megan. The pandemic's future. *Nature*, v. 584, n. 7819, p. 22-25, 2020. <https://doi.org/10.1038/d41586-020-02278-5>
- SHI, Qiuji; LIU, Tao. Should internal migrants be held accountable for spreading Covid-19? *Environment and Planning A-Economy and Space*, v. 52, n. 4, p. 695-697, 2020. <https://doi.org/10.1177/0308518X20916764>
- SKEGG, David C. G.; HILL, Philip C. Defining Covid-19 elimination. *The British Medical Journal*, v. 374, n. 1794, p. 1-2, 2021. <https://doi.org/10.1136/bmj.n1794>
- SOFO, Adriano; SOFO, Antonino. Converting home spaces into food gardens at the time of Covid-19 quarantine: all the benefits of plants in this difficult and unprecedented period. *Human Ecology*, n. 48, p. 131-139, 2020. <https://doi.org/10.1007/s10745-020-00147-3>
- STECKEL, Richard H. New light on the "Dark Ages": The remarkably tall stature of Northern European men during the Medieval Era. *Social Science History*, v. 28, n. 2, p. 211-229, 2004. <https://doi.org/10.1017/S0145553200013134>
- STEVANO, Sara; FRANZ, Tobias; DAFERMOS, Yannis; VAN WAEYENBERGE, Elisa. Covid-19 and crises of capitalism: intensifying inequalities and global responses. *Canadian Journal of Development Studies/Revue Canadienne d'Études du Développement*, v. 42, n. 1-2, p. 1-17, 2021. <https://doi.org/10.1080/02255189.2021.1892606>
- SU, Longxiang; HONG, Na; ZHOU, Xiang; HE, Jie; MA, Yingying; JIANG, Huizhen; HAN, Lin; CHANG, Fengxiang; SHAN, Guangliang; ZHU, Weiguo; LONG, Yun. Evaluation of the secondary transmission pattern and epidemic prediction of Covid-19 in the four metropolitan areas of China. *Frontiers in Medicine*, v. 7, n. 171, p. 1-9, 2020. <https://doi.org/10.3389/fmed.2020.00171>
- TELENTI, Amalio; ARVIN, Ann; COREY, Lawrence; CORTI, Davide; DIAMOND, Michael S. GARCÍA-SATRE, Adolfo; GARRY, Robert F.; HOLMES, Edward C.; PANG, Phillip S.; VIRGIN, Herbert W. After the pandemic: perspectives on the future trajectory of Covid-19. *Nature*, n. 596, p. 495-504, 2021. <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03792-w>
- TIAN, Huaiyu; LIU, Yonghong; LI, Yidan; WU, Chieh-Hsi; CHEN, Bin; KRAEMER, Moritz U. G.; LI, Bingying; CAI, Jun; XU, Bo; YANG, Qiqi; WANG, Ben; YANG, Peng; CUI, Yujun; SONG, Yimeng; ZHENG, Pai; WANG, Quanyi; BJORNSTAD, Ottar N.; YANG, Ruifu; GRENFELL, Bryan T.; PYBUS, Oliver G.; DYE, Christopher. An investigation of transmission control measures during the first 50 days of the Covid-19 epidemic in China. *Science*, v. 368, n. 6491, p. 638-642, 2020. <https://doi.org/10.1126/science.abb6105>
- TING, Daniel Shu Wei; SARIN, Lawrence; DZAU, Victor; WONG, Tien Y. Digital technology and Covid-19. *Nature Medicine*, n. 26, p. 459-461, 2020. <https://doi.org/10.1038/s41591-020-0824-5>
- UJVARI, Stefan Cunha. *História das epidemias*. São Paulo: Contexto, 2021.
- ULTRAMARI, Clovis. Desenvolvimento regional após pandemia Covid-19: editorial. *Revista Brasileira de Gestão e Planejamento Regional* [online], v. 16, n. 4, p. 1-2, 2020. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5974/1010>>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- UN-DESA – United Nations – Department of Economic and Social Affairs. *The 17 goals*. 2015. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/goals>>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Urban solutions: learning from cities' responses to Covid-19*. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/sites/default/files/ucp_meeting_report_.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- UNRV – United Nations of Roma Victrix. *Roman Empire population*. 2023. Disponível em: <<https://www.unrv.com/empire/roman-population.php>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

- VEIGA NETO, Alfredo. Mais uma lição: sindemia covídica e educação. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 4, p. 1-20, 2021. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109337>
- VENTURA, Deisy de Freitas Lima; RIBEIRO, Helena; GIULIO, Gabriela Marques di; JAIME, Patrícia Constante; NUNES, João; BÓGUS, Cláudia Maria; ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; WALDMAN, Eliseu Alves. Desafios da pandemia de Covid-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 4(e00040620), p. 15, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00040620>
- VINODRAI, Tara; BRAIL, Shauna. Cities, Covid-19, and counting. *Big Data & Society*, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2023. <https://doi.org/10.1177/20539517231188724>
- WASDANI, Kishinchand P.; PRASAD, Ajnesh. The impossibility of social distancing among the urban poor: The case of an Indian slum in the times of Covid-19. *Local Environment*, v. 25, n. 5, p. 414-418, 2020. <https://doi.org/10.1080/13549839.2020.1754375>
- WHO – World Health Organization. *Healthy Cities: Effective approach to a rapidly changing world*. Geneva: WHO, 2020.
- WILKINSON, Annie. Local response in health emergencies: Key considerations for addressing the Covid-19 pandemic in informal urban settlements. *Environment and Urbanization*, v. 32, n. 2, p. 503-522, 2020. <https://doi.org/10.1177/0956247820922843>
- WOLFE, Nathan. *The viral storm: The dawn of a new pandemic age*. London: Allen Lane, Penguin, 2011.
- WOM – Worldometer. *Data: Coronavirus by countries*. 2023. Disponível em: <<https://www.worldometers.info/coronavirus/#countries>>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- WPR – World Population Review. *World City Populations*. 2023. Disponível em: <<https://worldpopulationreview.com/world-cities>>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ZHOU, Jiangping; YANG, Yuling. Fighting coronavirus at home: Visualizing “slammers” for the extended Spring Festival break in China, *Environment and Planning A-Economy and Space*, v. 52, n. 4, p. 688-690, 2020. <https://doi.org/10.1177/0308518X20922236>
- ZULFIQAR, Muhammad Umar; KAUSAR, Maria. Historical development of urban planning theory: Review and comparison of theories in urban planning. *International Journal of Innovations in Science & Technology*, v. 5, n. 1, p. 37-55, 2023. <https://doi.org/10.33411/IJIST/2023050103>

O ESPAÇO PÚBLICO SOB A LÓGICA FRAGMENTÁRIA: PRÁTICAS ESPACIAIS, NOVAS DISTINÇÕES E INSURGÊNCIAS

RAFAEL ROXO

Universidade Federal de São João Del Rei

rafaelroxo@hotmail.com

EDA MARIA GÓES

Universidade Estadual Paulista

eda.goes@unesp.br

RESUMO

O objetivo do artigo é compreender como o processo de fragmentação socioespacial se relaciona com as novas distinções sociais e as práticas realizadas nos espaços públicos das cidades brasileiras. Nas praças, as barreiras simbólicas entre os distintos grupos (quando em copresença) e a segmentação temporal das atividades (e usuários) são identificadas como indícios da sociabilidade fragmentária, tanto no sentido da afirmação, como de negação do direito à cidade. Discutimos também a produção de novos espaços públicos efêmeros, os chamados “picos”. Neles pode-se identificar a força política das insurgências na realização de festas clandestinas no contexto das restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Como estudo de caso empírico, o foco recai em espaços públicos da cidade de Maringá (PR), nos quais foram aplicadas enquetes, realizadas observações de campo, além de levantamento na mídia digital e de entrevistas com moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Fragmentação socioespacial; Espaços públicos; Práticas espaciais; Maringá.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

PUBLIC SPACE UNDER A FRAGMENTARY LOGIC: SPATIAL PRACTICES, NEW DISTINCTIONS, AND INSURGENCIES

ABSTRACT

The objective of the article is to understand how the process of socio-spatial fragmentation is related to new social distinctions and practices carried out in the public spaces of Brazilian cities. In public squares, the symbolic barriers between the different groups (in co-presence) and the temporal segmentation of activities (and users) are indications of a fragmentary sociability, both in the sense of affirming and denying the right to the city. We also discuss the production of new ephemeral public spaces, the so-called “peaks”. They have revealed the political strength of the insurgencies in holding clandestine parties in the context of restrictions imposed by the Covid-19 pandemic. As an empirical case study, the focus falls upon public spaces in the city of Maringá (in the state of Paraná), in which we applied surveys, and carried out field observations, in addition to surveys in the digital media platforms and interviews with residents.

KEYWORDS: Socio-spatial fragmentation; Public spaces; Spatial practices; Maringá.

ESPACIO PÚBLICO BAJO LÓGICAS FRAGMENTARIAS: PRÁCTICAS ESPACIALES, NUEVAS DISTINCCIONES E INSURGENCIAS

RESUMEN

El objetivo del artículo es comprender cómo el proceso de fragmentación socioespacial se relaciona con las nuevas distinciones y prácticas sociales realizadas en los espacios públicos de las ciudades brasileñas. En las plazas, las barreras simbólicas entre los diferentes colectivos (cuando están en copresencia) y la segmentación temporal de actividades (y usuarios) se identifican como evidencia de una sociabilidad fragmentada, tanto en el sentido de afirmación como de negación del derecho a la ciudad. También discutimos la producción de nuevos espacios públicos efímeros, los llamados “picos”, que resultaron ser fuerzas políticas de insurgencia, con la realización de fiestas clandestinas en el contexto de restricciones impuestas por la pandemia de Covid-19. Como estudio de caso empírico, el foco está en los espacios públicos de la ciudad de Maringá (estado de Paraná), en los que se aplicaron encuestas y se hicieron observaciones de campo, además de encuestas en medios digitales y entrevistas a habitantes.

PALABRAS CLAVE: Fragmentación Socioespacial; Espacios públicos; Prácticas espaciales; Maringá.

1 | INTRODUÇÃO

As transformações da cidade e do urbano – com a produção de novas centralidades, o crescimento dos espaços privados de uso coletivo, como *shopping centers*, parques temáticos e clubes, das novas formas de habitats, como espaços residenciais fechados, estão relacionadas com as alterações nas relações público-privadas, afetando usos, funções e práticas nos espaços públicos. Tais aspectos apresentam-se como problemática implicada no processo de fragmentação socioespacial, que vem sendo observado na cidade contemporânea nas últimas décadas (Salgueiro, 1998; Prévôt-Schapira, 2001; Navez-Bouchanine, 2002; Sposito; Sposito, 2020).

A fragmentação socioespacial pode ser compreendida como um processo que condiciona “rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios” (Salgueiro, 1998, p. 39-43), realizando-se de modo desigual e diferenciado, temporal e espacialmente, nos territórios nacionais, nas regiões, nos espaços urbanos e nas estruturas sociais¹. Ele condiciona segmentações no mercado de trabalho, na mobilidade, habitação, lazer e no consumo (Prévôt-Schapira, 2001), promovendo o surgimento de

1 O processo de fragmentação socioespacial ocorre em diferentes escalas e dimensões. De modo estrutural, está associado aos processos de reestruturação produtiva e da cidade, à globalização e ao neoliberalismo. Na escala global, combina os processos de realocação das atividades produtivas, a abertura e a desregulamentação dos mercados, a disseminação de novas formas de produção (flexíveis, híbridas) e o consumo (cultural, turístico, novos habitats etc.), com a reestruturação dos Estados, por meio da substituição do modelo de bem-estar social e da atribuição de novas funções às entidades subnacionais (Navez-Bouchanine, 2002).

novas barreiras materiais, simbólicas e o aprofundamento da segregação socioespacial (Sposito; Góes 2013) e culminando em novos modos de vida, polarizações e redes (Navez-Bouchanine, 2002).

Desse modo, o aumento das desigualdades e da diferenciação socioespacial assume o sentido de negação do outro e do direito à cidade, alterando o tecido urbano, as práticas espaciais e o imaginário social (Magrini; Catalão, 2019). Entretanto, é possível encontrar evidências de intensidades variadas, e mesmo processos combinados e contraditórios à fragmentação socioespacial, como demonstramos neste artigo. O surgimento de novas distinções entre as classes sociais (Bourdieu, 2007)², em muitos casos com a recriação de identidades sociais, étnico-culturais, de modas, de movimentos juvenis, de tribos urbanas (Maffesoli, 2005), que significam novas segmentações sociais³, com efeitos na produção

2 Sobre a distinção social, Bourdieu (2007) afirma que as pessoas buscam se diferenciar a partir da aquisição de bens e valores culturais que são considerados prestigiosos dentro de uma determinada sociedade. Para ele, a aquisição de capital cultural, composto por conhecimentos, habilidades e valores culturais, é uma das formas pelas quais as pessoas se distinguem socialmente. Outras formas de distinção têm como base as identidades culturais, como é o caso das tribos urbanas pós-modernas (Maffesoli, 2005), representativas da segmentação social contemporânea. É importante compreender como essas distinções e *habitus* se manifestam na cidade, no espaço público e se relacionam com o processo de fragmentação socioespacial, como analisamos em seguida. Sobre o tema, ver Giglia (2012) e Góes *et al.* (2019).

3 Segmentações sociais que ocorrem para além da divisão entre classes sociais.

cotidiana da cidade, seus espaços públicos e privados, sempre de acordo com possibilidades desiguais (Roxo; Góes, 2021), também podem ser relacionados ao processo de fragmentação socioespacial.

Inicialmente, para discutir essa problemática, é necessário considerar que o espaço público é composto por locais de livre acesso na cidade, que podem ser entendidos como lugares da ação política e da comunicação pública (Duhau; Giglia, 2010; Arendt, 1991; Habermas, 2014). Ele abrange quase todo o espaço urbano, com exceção das residências e outras propriedades privadas. As interações sociais no espaço público são organizadas por funções, como lazer, esporte e consumo, sendo os seus usos relacionados com a diversidade de espaços privados de acesso público, como bares, cafés, restaurantes e mercados (Sennett, 1999; Jacobs, 2011; Duhau; Giglia, 2016). Os espaços públicos funcionam como um sistema hierárquico, no qual o centro e as centralidades, as praças e os parques possuem diferentes áreas de influência e se caracterizam por diversas formas de interação social (Duhau; Giglia, 2010; Gomes; Ribeiro, 2018; Souza, 2020).

Nesse sentido, importa levar em conta os diferentes ritmos da cidade e como eles influenciam o cotidiano dos habitantes. De acordo com Lefebvre (2000), a cidade é um espaço complexo e heterogêneo, composto por múltiplas temporalidades que se interconectam. Seus ritmos podem ser entendidos como fluxos e movimentos, como o tráfego de veículos, o ir e vir das pessoas nas ruas, o horário de funcionamento das lojas e empresas, entre outros aspectos, que criam uma dinâmica própria para cada bairro e localização, influenciando diretamente no

cotidiano dos habitantes⁴ e, conforme Duhau e Giglia (2010), nas ordens urbanas da cidade⁵.

Nas cidades contemporâneas, estudiosos evidenciaram que o espaço público é cada vez mais controlado para proporcionar segurança aos consumidores, limitando as possibilidades de encontro com as diferenças (Cortés, 2008; Delgado; Malet, 2007). Isso implica a redução de sua capacidade de promover a cidadania e os efeitos dessas transformações já foram interpretados como “destruição” (Davis, 1993), “morte” (Sennett, 1999) e “crise” (Caldeira, 2000), principalmente em função do crescimento do uso dos automóveis e da transformação das ruas e passeios em espaços de fluxos e/ou passagem, o que leva à redução da sua função política, aspecto fundamental para a realização do ideário da cidadania a que seria destinado. Vários fatores contribuem para isso, incluindo a

4 Um exemplo claro disso é o horário de funcionamento das empresas e estabelecimentos comerciais. Em uma região de escritórios, por exemplo, o ritmo é fortemente influenciado pelo horário de trabalho, que costuma ser das 8h às 18h. Já em uma área mais boêmia, os horários de abertura e fechamento dos bares e restaurantes podem ser mais flexíveis, acompanhando o ritmo dos clientes e da vida noturna. Nesse sentido, é importante que a cidade mantenha espaços e serviços que se adaptem aos diferentes ritmos dos habitantes e grupos, para que todos possam usufruir do espaço urbano. Isso envolve desde a oferta de transporte público em horários alternativos até a criação de espaços de convivência que se adaptem a diferentes públicos.

5 De acordo com Duhau e Giglia (2010), a ordem urbana refere-se ao conjunto de normativas e regras (formais ou jurídicas e informais ou convencionais dos habitantes), das funções (usos e formas de apropriação dos espaços ou bens públicos ou de uso coletivo) e das representações simbólicas acerca do espaço público.

fragmentação dos usos e funções da cidade, a segmentação social, a dispersão da centralidade do espaço público, a insegurança e a privatização da gestão pública (Carrión, 2016).

Esses aspectos fazem do espaço público o *locus* das disputas políticas e ideológicas contemporâneas, características do projeto neoliberal de gestão das cidades, objetivando a atração de investimentos e a valorização imobiliária, como o *city marketing*, os projetos turísticos e culturais de renovação urbana etc., com consequentes conflitos nas áreas atingidas (Duhau; Giglia, 2016). Para esses autores, como decorrência destas intervenções, identificam-se dois processos paralelos e complementares: privatização e especialização do espaço público. Nesse sentido, na escala da cidade e do urbano, a produção do público e do privado se desenvolve no contexto de crescimento acelerado da valorização do solo e das novas formas urbanas (de produção, consumo e hábitos), que intensificam e recriam as distinções sociais, concretizadas nas práticas espaciais, vividas no cotidiano (Sposito; Sposito, 2020; Legroux, 2021).

Há evidências de que essas dimensões do processo de fragmentação socioespacial e sua influência nas relações público-privadas estão presentes nas cidades brasileiras, não se limitando às metrópoles, como tem sido demonstrado pela equipe do Projeto Temático FragUrb⁶. Assim, considerando os aspectos

6 Os resultados apresentados neste artigo baseiam-se em pesquisa de pós-doutorado do primeiro autor, inserida no Projeto Temático FragUrb (Fapesp). Além de Maringá, também pesquisamos Ribeirão Preto – SP, Dourados – MS e Ituiutaba – MG.

elencados, o objetivo do artigo é compreender como os processos de produção do espaço urbano, especialmente de fragmentação socioespacial, se relacionam com as mudanças nas relações público-privadas, evidenciadas pelas práticas espaciais, regidas pelas novas formas de distinção social e realizadas nos espaços públicos. Para atingir tal objetivo, reconhecendo a importância das relações entre teórico e empírico, partimos de um estudo de caso, a cidade de Maringá – PR.

Nossa pesquisa sobre espaços públicos na cidade de Maringá evidenciou, além dos processos destacados acima, a multiplicidade de novos usos e finalidades atribuídas a ele, ampliando os significados e se contrapondo às referidas teses de “morte”, “destruição” e “crise” do espaço público. Como discutimos nos tópicos seguintes, apesar da vivacidade de muitos espaços públicos nas cidades médias por nós analisadas, novas segmentações espaço-temporais vêm emergindo, principalmente naqueles com maior centralidade. Também encontramos evidências da ação política de jovens, que se organizam com vistas às suas práticas espaciais de lazer, como o uso do *skate* e a realização de festas consideradas clandestinas, em espaços denominados “picos”, no contexto da pandemia da covid-19 e do isolamento social, que interpretamos como práticas espaciais insurgentes (Souza, 2020)⁷.

7 Ainda que o Estado tenha um papel relevante na produção e gestão dos espaços públicos, influenciando nos seus usos, funções e formas de apropriação (Cortés, 2008; Jacobs, 2011; Duhau; Giglia, 2016; Delgado; Malet, 2007), como analisamos sobretudo nas seções 2 e 3, procuramos descrever também as práticas espaciais para além daquelas realizadas ou influenciadas pelo Estado, incluindo as realizadas nos

A partir da revisão bibliográfica, o estudo do caso da cidade de Maringá foi realizado com base em entrevistas, enquetes aplicadas em espaços públicos, observações de campo e levantamento na mídia digital. Foram aplicadas 79 enquetes num sábado, dia 27/10/2019, na Praça da Catedral, durante o trabalho de campo de reconhecimento. A enquete contou com 12 perguntas que visavam, principalmente, uma caracterização inicial dos frequentadores (idade, escolaridade, renda, local de moradia, meio de transporte), além de suas práticas no espaço, opiniões sobre os mesmos e eventual uso de outros espaços públicos⁸ (Santos, 2020). Realizamos dois outros trabalhos de campo, um primeiro entre 18/11 e 24/11/2020, e outro de 10/06 a 13/06/2022, nos quais foi possível observar os principais usos e ritmos de alguns espaços públicos. Nesses períodos, entrevistamos cidadãos moradores de diferentes habitats, desde espaços residenciais fechados e elitizados até conjuntos habitacionais populares⁹. No caso de Maringá, foram realizadas

33 entrevistas como moradores¹⁰. Elas versam sobre habitação, lazer, trabalho, consumo e mobilidade, dando destaque aos espaços públicos no cotidiano dos cidadãos. Por último, também recorreremos às redes sociais (*Instagram, Facebook*) e notícias de jornais que versam sobre os espaços públicos de Maringá, em especial àquelas que fazem menção aos usos e eventuais conflitos envolvendo praças e parques¹¹.

espaços que não são juridicamente públicos ou que não foram produzidos com essa finalidade, analisados na seção 4 deste texto.

8 Esse procedimento metodológico objetiva uma aproximação em relação aos frequentadores do espaço público pesquisado, em especial no que se refere aos aspectos mencionados nas perguntas: caracterização, práticas nesse espaço e opiniões sobre ele.

9 Parte das entrevistas foi realizada em modo *online* (em função do isolamento imposto pela pandemia de Covid-19), pelos pesquisadores do Projeto Temático FragUrb. Todas elas, presenciais ou não, foram gravadas, com autorização do/a entrevistado/a, e transcritas por bolsistas de apoio técnico.

10 Esse procedimento metodológico é qualitativo e objetiva uma aproximação com o cotidiano e as opiniões de cidadãos residentes em Maringá no que se refere às dimensões citadas. Para este artigo, as relações com os espaços públicos são especialmente importantes. Para um maior detalhamento deste procedimento, ver Góes *et al.* (2022).

11 As praças e parques analisados foram selecionados em função da sua centralidade no espaço urbano. Neste artigo, demos ênfase para a Praça da Catedral e a Praça da Patinação. Além dos outros procedimentos utilizados, recorreremos às notícias de jornais acerca de seus usos, funções e eventuais conflitos. Para a Praça da Patinação ou *Banks*, em função do uso, apropriação e transformação realizados por skatistas, recorreremos também à análise das publicações no *Facebook* e *Instagram* da Associação dos Skatistas de Maringá – ASKM.

2 | MARINGÁ – ELEMENTOS PARA APREENSÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Maringá é um município localizado no norte do Paraná, possui aproximadamente 430 mil habitantes com elevada renda média, R\$44.442, e IDHM 0,808 (IBGE, 2020). Nos últimos anos, muitas teses e dissertações tem contribuído para compreendermos o processo de produção do espaço urbano dessa cidade (Rodrigues, 2004; Bovo, 2009; Cordovil, 2010; Tows, 2015; Leonardo, 2017).

O povoamento do que é hoje o município de Maringá se iniciou por volta de 1938, pelo planejamento e ação de colonização realizados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa de capital britânico que deu origem a um povoado de seis quadras, denominado hoje de Maringá Velho. O projeto da cidade é datado de 1943, assinado pelo urbanista paulista Jorge de Macedo Vieira, inspirado no ideal da “cidade-jardim” elaborado pelo britânico Ebenezer Howard (Bovo, 2009; Meneguetti *et al.*, 2009)¹². O plano original estabelecia a demarcação de zonas conforme as funções e a segmentação socioeconômica, o que favoreceu a separação entre as classes médias e altas e os trabalhadores. O paisagismo (arborização, parques e praças) e o sistema viário, caracterizado por largas avenidas e calçadas, exerceu papel na estruturação urbana. Desse modo, a valorização dos espaços públicos, como parques, praças e passeios, foi combinada com a segregação socioespacial (Rodrigues, 2004; Cordovil, 2010; Tows, 2015; Leonardo, 2017).

O plano urbanístico original organizou os bairros operários afastados a leste e oeste do centro, que experimentam intensas mudanças atualmente¹³. Mas o centro ainda é local de moradia dos segmentos de alta renda de Maringá, como evidenciado pelos edifícios residenciais de alto padrão, habitados e em construção. Isso ajuda a entender por que parte considerável das características do plano urbanístico original e de seus espaços públicos foram mantidas, inclusive são recriadas ao longo do tempo, vinculadas à projeção de certas imagens de cidade “moderna”, “jardim”, “planejada”, “verde”, “sustentável”, “tecnópole” etc. (Bovo, 2009)¹⁴. Esses aspectos favorecem a valorização imobiliária e condicionam a produção das centralidades do lazer e do consumo e as práticas espaciais que são condição e produto da lógica fragmentária.

12 A cidade-jardim é um conceito urbanístico que surgiu entre o final do século XIX e início do século XX. Essa ideia foi divulgada pelo arquiteto britânico Ebenezer Howard que, em 1898, publicou o livro *Garden Cities of To-morrow*, no qual detalha a criação de cidades projetadas para resolver os problemas relacionados ao rápido crescimento urbano-industrial. As características da cidade-jardim incluem a integração com a natureza, pela presença de espaços verdes, mas também a promoção de comunidades autossuficientes, com habitação, comércio e serviços integrados, vias arborizadas e calmas, que privilegiam o deslocamento a pé ou de bicicleta. Essa ideia influenciou a criação de diversas cidades-jardim ao redor do mundo, mesmo que muitas diferenças em relação ao projeto inicial sejam evidentes.

13 É exemplar o caso da Vila Operária, antes destinada aos trabalhadores e separada do centro pelo Parque do Ingá, que vem passando por intenso processo de valorização imobiliária, evidenciado pelos edifícios residenciais de alto padrão.

14 Em Maringá, um aspecto que chama a atenção é a arborização presente nos espaços públicos. De acordo com o plano urbanístico original, em cada rua ou avenida uma espécie de árvore devia ser utilizada para o embelezamento paisagístico das vias e canteiros (Bovo, 2009). As ruas, avenidas e calçadas largas criam um ambiente agradável à circulação de pedestres e ciclistas, sobretudo com as novas ciclovias, mesmo que a prioridade conferida aos automóveis tenha estado sempre presente.

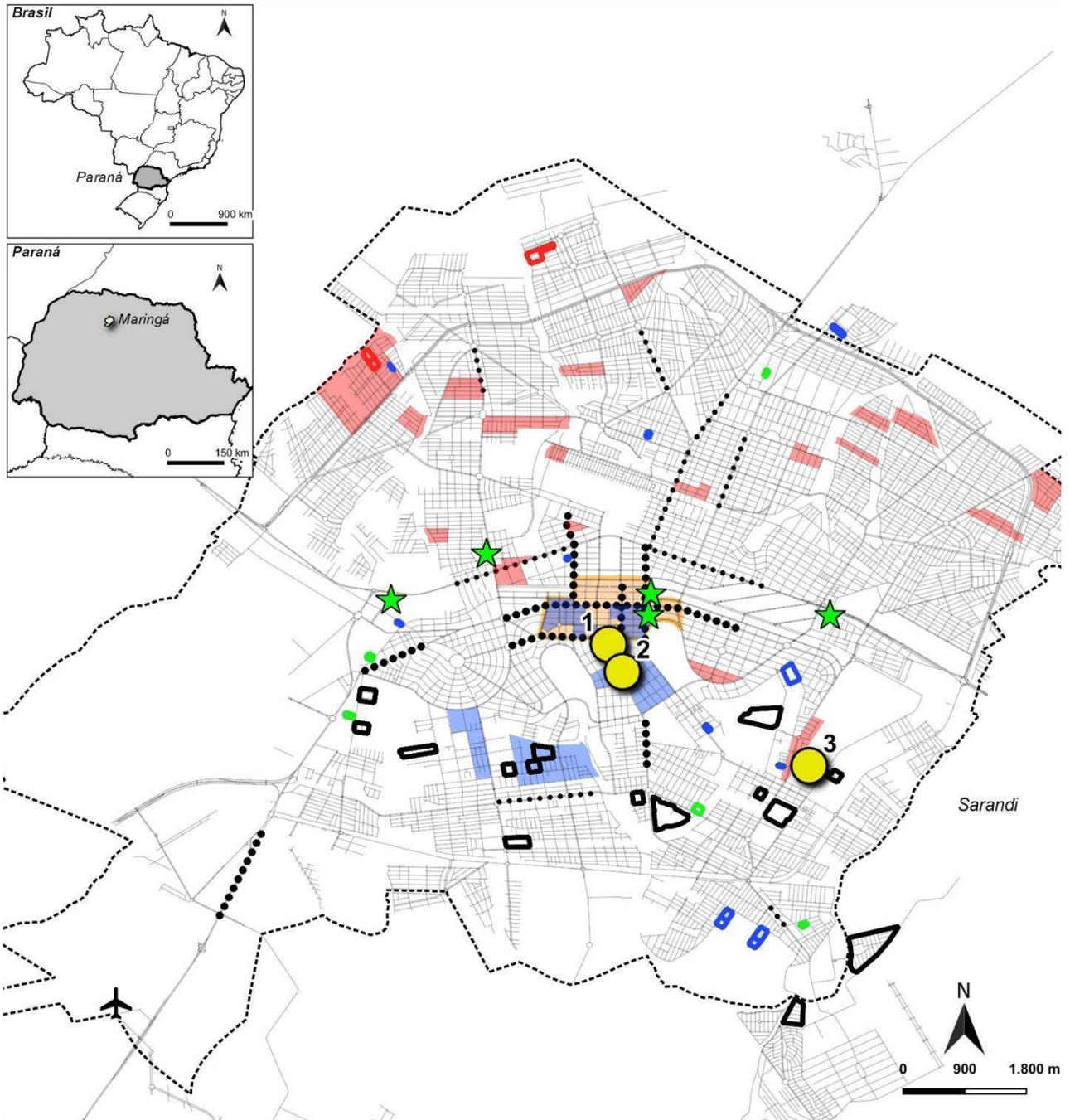
A configuração atual guarda semelhanças com o projeto original, inclusive mantendo afastados os trabalhadores e pobres do centro e de outras áreas privilegiadas, até mesmo realocando-os para outras cidades, como Sarandi e Paiçandu, que desempenham papel de periferias da aglomeração urbana (Rodrigues *et al.*, 2015). A exemplo disso, nos anos 1970, os projetos de extensão da Avenida Brasil e de criação do centro cívico, além da expansão dos conjuntos habitacionais na periferia da cidade e da construção da via expressa denominada contorno sul, para implantação de um distrito industrial e do aeroporto, foram fatores que favoreceram a dispersão urbana, a especulação imobiliária e a aglomeração com os municípios de Mandaguaçu, Marialva, Paiçandu e Sarandi (Cordovil, 2010; Leonardo, 2017; Tows, 2018).

Segundo Leonardo (2017), aspectos históricos, políticos e econômicos de Maringá podem ser mais bem compreendidos pelo termo *path dependence*, ou seja, pelo reconhecimento da trajetória relativamente estável das características institucionais, redes e hábitos associados ao planejamento e à gestão do território. Merece destaque a participação ao longo do tempo dos grandes comerciantes, proprietários fundiários e donos de empreiteiras locais, responsáveis por criar planos e projetos urbanos para a cidade e que, desde 1997, se articulam por meio do Conselho de Desenvolvimento de Maringá – CODEM. Tais ações e planos favoreceram historicamente as empreiteiras locais, a valorização do solo e a segregação socioespacial na aglomeração urbana (Cordovil, 2010; Rodrigues *et al.*, 2015; Leonardo, 2017; Tows, 2018).

Houve a complexificação das relações entre centro e periferia, constituídas histórico-espacialmente com a produção de novos espaços de consumo, lazer e moradia, como espaços residenciais fechados e conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (Mapa 1)¹⁵. Atrelado a isso, a intensificação da insegurança (real e imaginária) e a busca por distinção via consumo, por parte dos segmentos de média e alta renda, resulta no seu distanciamento, numa tentativa de evitar o convívio com as diferenças (Giglia, 2012) e na busca por viver entre iguais (Sposito; Góes, 2013), mesmo que em Maringá se observe que a importância do centro, inclusive expressa na sua valorização imobiliária, seja simultânea ao surgimento de novos eixos de expansão e valorização. Isso implica na continuidade da conservação de espaços públicos centrais, como a Praça da Catedral e o Parque do Ingá, e próximos, como a Praça da Patinação. Dessa maneira, combinam-se antigos e novos usos e significados dos espaços públicos e privados, redefinindo e condicionando as práticas espaciais no sentido de novas segmentações no uso do tempo e do espaço.

15 Por um lado, a produção de espaços residenciais fechados, em Maringá, teve início nos anos 1980. Nos anos 2000, há a acentuação da lógica de gestão empresarial do espaço urbano, com a implementação de projetos e parcerias público-privadas que buscam articular capitais locais com as lógicas globais de valorização imobiliária, a exemplo dos projetos Novo Centro (antigo Ágora), Cidade Industrial, Zona 10 e Eurogarden (Tows, 2015). Por outro lado, a maior parte das unidades habitacionais implantadas pelo PMCMV – Faixa 1 foi implantada fora do perímetro urbano, nos distritos de Floriano e Iguatemi.

Mapa 1 – Maringá: diferenciação socioespacial e espaços públicos analisados



LEGENDA

- Localização de espaços públicos analisados
- 1 - Praça da Catedral.
- 2 - Praça da Patinação (Praça Pedro Álvares Cabral).
- 3 - Pico.
- Aeroporto
- Shopping center

- Espaços residenciais fechados
- Área central
- Perímetro urbano
- Áreas com rendimento por chefes de família**
- De 1/2 a 3 salários mínimos
- Acima de 20 salários mínimos

- Empreendimentos MCMV**
- Faixa 1
- Faixa 2
- Faixa 3
- Eixos com elevada concentração de comércio e serviços
- Eixos com média concentração de comércio e serviços
- Eixos de ruas



Organizador: Rafael Roxo dos Santos
 Projeto Cartográfico: Geógrafo Vitor Augusto L. Camacho, 2023.

Projeto Temático Financiado pela FAPESP:
 "FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: ESCALAS, VETORES, RITMOS, FORMAS E CONTEÚDOS (FRAGURB)"
 Fonte: CNEFE, 2010 / Censo IBGE, 2010 / Wikimapia, 2022 / OpenStreetMaps, 2023.



Recentemente, nas duas gestões do prefeito Ulisses Maia (de 2017 até o presente), ocorreu o desestímulo à implantação de novos espaços residenciais fechados horizontais, como comentado em entrevistas com o então presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá – IPPLAM e com o Diretor de Habitação¹⁶. As políticas de valorização dos espaços públicos têm continuidade nessas gestões municipais, com dezenas de reformas de praças e a criação de novas, como é o caso do projeto Meu Campinho¹⁷.

Os investimentos públicos realizados nos espaços públicos centrais, como na Praça Rocha Pombo, Praça da Patinação e no entorno do Parque do Ingá (pistas de caminhada, academias ao ar livre, fechamento da avenida nos finais de semana etc.), dentre outros, são fatores que ajudam na compreensão da sua atual dinâmica. Entretanto, os interesses de diferentes grupos e as contradições precisam ser explicitados.

Com base no estudo de duas praças e um “pico” em Maringá (Mapa 1), demonstramos que o espaço público vem assumindo novas funções e usos, tanto para o lazer e o consumo como para a valorização imobiliária, a exemplo dos projetos voltados ao turismo (Serpa, 2013). Por um lado, há a tendência de substituição de formas de interações sociais heterogêneas por relações segmentadas e homogêneas, características dos espaços privados (Duhau; Giglia, 2010; Serpa, 2013; Souza, 2020). Por outro lado, como lugares de livre acesso/democráticos, os espaços públicos analisados se caracterizam pelas disputas, concessões e acordos, com potencial para novas sociabilidades públicas (Gomes; Ribeiro, 2018), imprevisibilidades, alteridades e práticas espaciais insurgentes (Souza, 2020).

3 | A PRAÇA DA CATEDRAL: CENTRALIDADE, DIVERSIDADE E SEGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

A Praça da Catedral é um espaço público que exerce grande centralidade em Maringá, tanto nas proximidades, como na cidade e na aglomeração urbana, atraindo público de lugares e segmentos sociais distintos. Apesar de ser um espaço sem equipamentos e mobiliário, seu amplo gramado é usado para lazer, descanso, recreação e atividades esportivas. A primeira constatação, baseada em observações, aplicação de enquetes e entrevistas, é que há públicos e usos diversos de acordo com o dia e horário, indicando uma segmentação temporal das atividades e a especialização do espaço público.

Para a contextualização dessas constatações, importa levar em conta a relação entre espaço público e centralidade, uma vez que nenhuma área é ou não centro, torna-se centro pelos processos sociais. Portanto, podemos entender a centralidade como o processo que produz o centro e subcentros no espaço urbano. “Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. Todo

16 Entrevistas realizadas pela equipe do Projeto FragUrb, em 2020 e 2022 respectivamente.

17 Criado pelo Governo do Estado e executado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, o projeto Meu Campinho foi implantado com investimentos do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM). Eles custaram, em média, entre R\$ 470 mil e R\$ 500 mil (cada), e 17 foram implantados entre 2019 e 2020 em Maringá. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/19-unidades-do-Meu-Campinho-geram-entretenimento-em-Maringa>. Consultado em: 01 fev. 2022.

o espaço urbano foi, é e será, concentrado e poli(multi)cêntrico” (Lefebvre, 1999, p. 46), seja a partir de um mercado, da concentração de estabelecimentos, a partir de multidões de pessoas caminhando, jogos ou eventos culturais etc.

A Praça da Catedral também é o principal ponto turístico de Maringá, o que ajuda a entender a sua centralidade. Um estudo classificou a praça devido a sua “significação visual”. Isso se deve à edificação que se destaca por sua arquitetura, a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória (Angelis; Angelis Neto, 2000, p. 1447). Os gestores municipais anualmente realizam uma série eventos festivos na praça para promover o turismo¹⁸, como “Maringá Encantada”, associada ao Natal, a encenação da Paixão de Cristo, na Sexta-feira Santa e *shows*. Além disso, na praça contígua, ocorre o “Festival da Canção”, “Festival Gastronômico”, dentre outros, que são estratégicos para ampliar a inserção da cidade nos circuitos do capital. A associação do consumo turístico e cultural ao espaço público é um aspecto que favorece sua atratividade, porém pode significar maior controle sobre os usos e também usuários considerados indesejados para as classes médias e altas (Cortés, 2008; Delgado; Malet, 2007). Além disso, os espetáculos nos espaços públicos (como o teatro e os *shows*) podem ser despolitizantes, porque reduzem a oportunidade de participação ativa e interação com outros cidadãos, transformando-os em meros espectadores (Khon, 2008).

Esses aspectos por si serviriam para confirmar as teses de “morte” ou “destruição” das funções políticas dos espaços públicos, relacionadas ao consumo e à espetacularização. Entretanto, num contexto que remete à fragmentação socioespacial, nos parece mais adequado pensar em novas distinções sociais (Bourdieu, 2007) e em diferentes formas de interação social, que incluem a segmentação de públicos e usuários, em presença ou conforme dias e horários da semana, mas também de realização política, mediadas pelos espaços públicos (Gomes; Ribeiro, 2018; Castro, 2018; Souza, 2020). Em outros termos, aspectos contraditórios do acesso à urbanidade e à cidadania estão implicados nas relações público-privadas e no processo de fragmentação socioespacial.

Assim, é claro que tais “eventos culturais” interferem nos ritmos e usos cotidianos, alterando o público e as funções dos espaços públicos. No contexto cotidiano, a atratividade da Praça da Catedral e sua centralidade podem ser explicadas pela acessibilidade que favorece seu uso, o que é evidenciado tanto pela presença de linhas de ônibus, como pelas muitas vagas de estacionamento disponíveis. O monumento-igreja certamente é um fator de atratividade para turistas e fiéis, reforçado pela iluminação. A praça está próxima a grandes eixos comerciais e de serviços e, além disso, nas adjacências há um posto de gasolina com uma loja de conveniência 24 horas e uma lanchonete McDonalds. Todos esses elementos estão relacionados com a combinação de funções (comerciais, de serviços e lazer, religiosa, estética, simbólica) que favorecem os distintos usos e a vivacidade desse espaço público (Sennett, 1999; Duhau; Giglia, 2016; Jacobs, 2011).

Observamos que, durante a semana, no período da manhã, o número de usuários é reduzido em função das rotinas de trabalho, estudo etc. O público aumenta a partir do entardecer. Há presença de grupos de jovens, alguns casais e seus filhos, que também utilizam o espaço para caminhar com carrinho ou brincar

18 Por exemplo, *outdoors* com propaganda da “Maringá Encantada” foram vistos em diferentes localizações do estado do Paraná em 2019.

em família, mas em número menor ao de praticantes de atividades esportivas, público predominante, sobretudo, entre segundas e quintas-feiras. O reduzido número de carros no estacionamento indica que o público, nesses dias, reside nas proximidades, diferenciando-se dos demais dias da semana. Nas sextas-feiras, o público de praticantes de atividades esportivas é menor que nos outros dias, destacando-se o número elevado de jovens e adolescentes, assim como de famílias com crianças e mesmo bebês. Nos finais de semana, essa inversão, iniciada sexta-feira, se acentua, pois o número de jovens, famílias e crianças é bem maior que o de esportistas.

A necessidade de uma negociação maior do espaço com outros tipos de usuários pode explicar a redução do número de esportistas nos finais de semana. Nesses dias, há presença intensa de públicos provenientes de outras áreas da cidade e da aglomeração, diferente do que ocorre durante a semana. De acordo com os resultados das enquetes aplicadas no sábado (27/10/2019), a maioria (71%) é proveniente ou de áreas distantes (41%), ou do município vizinho (30%), Sarandi, enquanto uma minoria (29%) é moradora de bairros próximos (até 2 km). Uma informação relevante é que 78% afirmaram acessar a praça de carro, o que é um forte indício de que moradores da periferia (e de outras cidades da aglomeração, a exemplo de Sarandi) que não possuem carro, não frequentam a praça (Santos, 2020). A carência de espaços públicos e lazer nas demais cidades da aglomeração é notória e ajuda a compreender a atração exercida pelos espaços públicos de Maringá, como é o caso da Praça da Catedral, especialmente para quem dispõe de veículo próprio. A mobilidade restrita de usuários de transporte coletivo e sua ausência na referida praça relaciona-se às novas desigualdades regidas pelo processo de fragmentação socioespacial.

Nos finais de semana ocorre ainda o crescimento do comércio ambulante e de alimentos, que combina, contraditoriamente, atração e apropriação privada do espaço público, como argumentaremos mais adiante. O estacionamento também é usado por alguns dos grupos de jovens, no entorno de carros com som alto, onde bebem, fumam, conversam e dançam, próximos ao comércio ambulante que se concentra nas extremidades da praça. Em relação aos jovens, as diferenças nas roupas, gostos e idade foram notadas, indicando distintos grupos, lugares de origem e segmentos sociais distintos. Jovens skatistas e *bikers*, roqueiros, *hip-hopers* ou “manos e minas”, consumidores de narguilé, pessoas LGBTQIAPN+, estudantes, famílias, casais e grupos de igreja dividem o gramado da praça. Apesar da visibilidade mútua, a interação reduzida entre os distintos grupos é evidência de uma sociabilidade fragmentária. Como analisamos em seguida, ela pode ser associada a novas distinções e identidades sociais, a exemplo das tribos urbanas¹⁹.

As tribos urbanas pós-modernas podem ser definidas pelo fato de repartir e de viver um gosto particular, sexual, musical, religioso, esportivo, dentre outros, como aponta Maffesoli (2005). Para este autor, elas apresentam-se como uma forma alternativa ao político, na qual, mais do que a classe social ou a categoria profissional, o estilo, a moda ou certos *habitus* desempenham papel fundamental

19 Outros autores preferem tratar essas formas de sociabilidade como circuitos de jovens (Magnani, 2005) e mesmo movimentos sociais, como é o caso dos *punks* e do *hip-hop* (Turra Neto, 2009). Adotamos a noção de tribo urbana, no sentido dado por Maffesoli (2005), para quem a sociedade contemporânea está passando por uma transformação, na qual as pessoas estão se reunindo em grupos menores e mais informais. Alguns desses grupos podem (ou não) caminhar para movimentos políticos organizados, no sentido de, além de expressar sua identidade coletiva, resistir às normas sociais dominantes. É o caso dos *skatistas* que analisaremos no tópico seguinte.

na constituição das sociabilidades, alicerçadas no sentimento partilhado com base numa identificação estética de um “vivido emocional comum”. Suas práticas espaciais podem ser interpretadas como “formas de apresentação, comportamentos, atitudes que tem potencial reivindicativo, transgressor e de questionamento de valores e de regras”, que produzem formas de adesão, conflito, tensão e adaptação socioespaciais derivadas (Gomes; Ribeiro, 2018, p. 11).

As tribos urbanas frequentemente se apropriam dos espaços públicos para expressar sua identidade coletiva. Em alguns casos, isso envolve resistência às normas sociais dominantes, como é o caso dos *punks*, por exemplo. Em outros casos, apenas reproduzem valores associados ao consumo ou à religião. Além das tribos urbanas, em Maringá, grupos políticos tradicionais (à direita e à esquerda) continuam a usar a praça para manifestações organizadas²⁰. Este último aspecto, ainda comum e reproduzido nos espaços públicos de muitas cidades brasileiras, confirma a continuidade do sentido político do espaço público. É, portanto, a partir de disputas e acordos concretos, muitas vezes não explícitos, que eles são produzidos. Esses aspectos são evidências da continuidade de sua importância política e pedagógica, no que se refere ao aprendizado do convívio social, mas também indicam as novas segmentações, com implicações no tempo e no espaço.

Não é casual o emprego do verbo dividir, conforme destacado anteriormente, para caracterizar a presença dos distintos grupos no gramado da praça, simultaneamente, durante os finais de semana. Nesse sentido, nossa segunda constatação importante baseia-se na identificação de barreiras simbólicas e microterritorialidades na praça, tal como observado por Serpa (2013) em parques públicos de Paris e Salvador. O uso dos espaços públicos pelas tribos urbanas, grupos culturais, coletivos etc. e sua relativa homogeneidade interna, implica mais na reprodução de um ideal de comunidade do que de civismo público²¹, segundo Gomes e Ribeiro (2018) apontam. Conforme estes autores, a localização e a territorialidade dos sujeitos nas ruas, bares, praças, parques e praias estabelecem fronteiras de convívio (simbólicas, materiais e corporais). Ocorrem desencaixes espaço-temporais em que o ver e o ser visto depende da hora e da localização, do modo de circulação e dos transportes, do estilo e dos gostos musicais, nos quais os (des)encontros, os comportamentos, as apresentações e atitudes distintas se processam mediante a maior ou menor presença de outros grupos, sujeitos e coletividades.

Assim, a visibilidade e a negociação entre sujeitos e grupos distintos, mas também, no limite, as disputas, são características da sociabilidade na Praça da Catedral e noutros espaços públicos, envolvendo estratégias e negociações. Lindón (2017) permite avançar nessa análise, ao observar que no espaço público se realizam práticas individuais ou coletivas, nas quais se põem em jogo saberes acerca do que fazer, como interpretar os outros e como se comportar, estabelecendo aproximações e distanciamentos. São encontros marcados pelas performatividades de proteção/autoproteção, atitudes e gestos que buscam

20 É exemplar a manifestação organizada por grupos da direita pró-governo Bolsonaro em 25 de agosto de 2019.

21 Um exemplo claro disso foi o desrespeito por parte de jovens e adultos às normas sanitárias, durante a pandemia de Covid-19 entre 2020 e 2021. Muitos descumpriram a proibição do uso das praças e parques, não usavam máscaras, mesmo em aglomerações, realizaram festas clandestinas, dentre outros fatos, que indicam a sobreposição de interesses do grupo de pertencimento sobre a sociedade.

diminuir a visibilidade e/ou a exposição do próprio corpo, por meio de objetos, outros corpos ou formas espaciais do lugar ou da mesma corporeidade (Lindón, 2017, p. 116-119).

Na Praça da Catedral de Maringá, os grupos de adolescentes e/ou jovens tendem a ficar em roda, voltados para si, aparentando estar fechados em si mesmos. A não ser pela interação visual, parece não haver maiores aproximações entre grupos. A presença de crianças tende a favorecer maior abertura, pois suas brincadeiras exigem mais espaço e não respeitam barreiras simbólicas. Muitas vezes, a bola aproxima as crianças com outros grupos, gerando algum tipo de interação, olhares, sorrisos e comentários, mesmo que fortuitos. Em diversos momentos, notamos a presença dos skatistas, *bikers* e observadores que se apropriam do espaço em frente à catedral, utilizando os largos degraus que ganham nova função pelas suas práticas²².

Na praça e na cidade, as barreiras simbólicas entre os distintos grupos, quando em presença, são indícios da sociabilidade fragmentária, ao mesmo tempo em que relativizam as distinções entre espaços públicos e privados, com novas formas de privatização, tal como interpretado por Duhau e Giglia (2010)²³. Esses aspectos são cada vez mais comuns nos espaços públicos de maior centralidade. Nos finais de semana, sobretudo, a presença de *food trucks*, que ocupam o passeio com suas mesas e cadeiras, vendedores ambulantes, *personal trainers* e seus equipamentos de ginástica, professores de yoga e de artes marciais, inclusive de grupos religiosos, indica a transferência de atividades que normalmente são realizadas em academias, escolas ou outros espaços privados para o espaço público. Trata-se da apropriação de porções do espaço público e a prevalência dos interesses de certos grupos e agentes sobre as coletividades, ainda que de modo predominantemente efêmero. Considerando que as restrições impostas pela pandemia de Covid-19 devem ter intensificado tal condição, pois houve a proibição de muitas das atividades antes realizadas em espaços privados, esse quadro evidencia o processo de privatização do espaço público que está em curso, mas sem gerar disputas evidentes.

22 Durante o último trabalho de campo, em 06/2022, constatamos que uma reforma da área externa da igreja transformou o local utilizado pelos skatistas, com a instalação de espelhos d'água, denotando disputas nem sempre evidentes.

23 Conforme Duhau e Giglia (2010), a privatização do espaço público refere-se ao processo de disseminação de equipamentos estatutariamente de propriedade privada, porém destinados ao uso público, como os parques temáticos, *shopping centers* e clubes que selecionam o público e definem as regras de comportamento. Um outro modo de privatização se refere aos espaços públicos submetidos a grupos de segurança e controle privados, culminando na restrição do acesso e/ou fechamento de praças, parques e ruas, por exemplo. Outro tipo de privatização é decorrente da apropriação e controle por grupos específicos, como traficantes e organizações criminosas em ruas ou favelas de espaços periféricos. Um último processo de privatização está relacionado com a expansão dos espaços residenciais fechados. Todas elas indicam restrições à acessibilidade e inclusividade, a substituição da regulação do espaço público por corporações privadas ou grupos sociais e o retrocesso do caráter público e do livre acesso a tais espaços.

Imagem 1: Microterritorialidades e privatização do espaço público na Praça da Catedral



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá

No limite, o espaço público analisado se apresenta como a justaposição de espaços apropriados de modo privado, divididos entre grupos e agentes, ocorrendo o “estranhamento mútuo de territórios privados”, nos quais a indiferença e o isolamento frente ao outro predomina (Serpa, 2013). As performatividades de proteção ou autoproteção (Lindón, 2017) e as fronteiras de convívio (Gomes; Ribeiro, 2018) implicam limitações da visibilidade e interações entre os distintos grupos no espaço público. Assim, as negociações, as disputas e os conflitos entre diferentes e desiguais, conforme o contexto, conduzem a distintas formas de convivência, assimétricas e arriscadas, nos limites de classe, gênero, raça ou etnia (Appadurai, 2018; Segura, 2019). Sobretudo, entendemos que a segmentação temporal das atividades e usuários, bem como a sociabilidade restrita entre distintos grupos e usuários, estão relacionadas com as novas desigualdades e diferenciações que caracterizam o processo de fragmentação socioespacial em curso, expressas nos espaços públicos de maior centralidade, evidenciando também relações com processos globais ligados ao consumo e as novas distinções sociais, dos quais as tribos urbanas são protagonistas.

4 | ESPAÇOS PÚBLICOS E PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES

O primeiro caso de práticas espaciais insurgentes que observamos em Maringá está diretamente relacionado com a Praça Pedro Álvares Cabral, conhecida como Praça da Patinação ou *Banks*²⁴ (Mapa 1). É um dos muitos casos de praça implantada nas dezenas de rotatórias que perfazem o plano viário original da cidade. Até os anos 1970, era um espaço gramado e com árvores, no início dos anos 1980, foi reformada para a prática de patinação. Localiza-se na Avenida Cerro Azul, em prolongamento da área central, portanto, de fácil acessibilidade, com a presença de diversas linhas de ônibus. Além disso, a praça está próxima de diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, como lojas, supermercado, lanchonetes e restaurantes. Como observamos, sobretudo o supermercado é utilizado pelos skatistas, pois chegam em distintos momentos

24 Palavra em inglês que se refere à construção em geral de concreto, no formato de concha com a parte convexa para cima usada na prática do skate.

com sacolas de compras, cujo logotipo é visível, o que pode ser evidência de que não há correspondência entre seu perfil socioeconômico e o padrão elevado dos estabelecimentos comerciais que ali predominam.

A apropriação da praça remete à década de 1980, quando ocorreu a sua refuncionalização pelos skatistas que instalaram equipamentos para o esporte, com materiais e recursos próprios, transformando-a em referência da atividade na cidade. Segundo Monteiro (2019), a praça já tinha se esvaziado quando foi notada pelos skatistas e praticantes de BMX. Em 1982, “os atletas constroem, sem a permissão da prefeitura, um *halfpipe*²⁵, a fim de potencializar suas manobras e atribuindo nova função àquele espaço”. Entre 1980 e 2016, todas as alterações da praça foram realizadas pelos principais frequentadores, skatistas (majoritários) e *bikers*.

Como já argumentamos, as tribos urbanas se apropriam do espaço público para a prática de atividades culturais, esportivas e de lazer, enfatizando a importância desses espaços para a formação de identidade coletiva. Esses grupos produzem circuitos de jovens que envolvem a apropriação de pedaços, manchas, trajetos da cidade, a partir de escolhas precisas, com base em normas e valores (Magnani, 2005). Em termos geográficos, a partir da articulação dos chamados terminais de conexão – praças, quadras, ruas, calçadas, bares e lanchonetes, terminais de ônibus, estações de trem ou metrô, dentre outros –, ocorre a formação de um território-rede no qual a sociabilidade do grupo é realizada (Turra Neto, 2009).

De acordo com Dias (2011, p. 120-122), assim como outras práticas juvenis, a do *skate* pode ser entendida como um estilo de vida, uma identidade cultural marcada pela contestação das normas e condutas homogeneizadoras, pois “detém um potencial simbólico de subversão social e apresenta-se como um modo de reverter os conteúdos de sujeição e dominação.” Ela propicia ampliação dos “circuitos e redes de trocas, sendo o meio privilegiado pelo qual o jovem se introduz na esfera pública.” É uma atividade que pode ser desenvolvida de diferentes modos e finalidades, para o alívio das tensões, diversão, exploração dos medos e limites do corpo, inclusive para competição. Em uma de suas modalidades, o *street*, é praticado por meio da “ocupação e ressignificação da arquitetura urbana” das ruas, largos, praças, passeio público etc., exigindo estratégias dos praticantes, considerando os acordos, as disputas e os conflitos envolvidos com proprietários, moradores e a polícia, que hoje se observam em diferentes países e continentes, a despeito da evidente influência estadunidense.

No caso de Maringá, identificamos a apropriação da referida praça como uma manifestação de insurgência e organização política desses jovens. As práticas espaciais insurgentes remetem a um “conjunto estruturado de ações” referenciadas à ideia de *práxis*, ou seja, é uma ação política que, em maior ou menor grau, questiona e busca “influenciar ou transformar as relações de poder” (Souza, 2020), assim, as práticas espaciais insurgentes dos *skatistas* combinam e utilizam estratégias socioespaciais complexas, as quais também foram identificadas por Souza (2020). A primeira delas é a territorialização no sentido restrito, ou seja, a presença física constante, a exemplo das ocupações, mais ou menos duradouras, que tendem a ser “ruidosas”. A segunda, é a territorialização no sentido amplo,

25 “Estrutura em formato de U, geralmente construído em madeira e que possibilita outras modalidades de *skate* e BMX” (Monteiro, 2019, p. 104).

na qual se questionam as regras do Estado ou dos proprietários privados, “sem a presença física dos transgressores/desafiadores”, normalmente feitas de modo silencioso e às escondidas, a exemplo do grafite. A terceira, a refuncionalização do espaço, ocorre a partir da apropriação e de modificações no espaço construído, a fim de possibilitar funções e usos, promovendo a ressignificação dos lugares. No caso analisado, ocorreram disputas entre agentes hegemônicos (poder público) e não hegemônicos (*skatistas* organizados).

A quarta estratégia é a formação de uma ONG e o uso das redes sociais virtuais para a organização das práticas ligadas ao *skate*, não só na referida praça, mas em outros espaços, além do *Banks*²⁶. A ONG foi fundada em 2001, como Associação dos *Skatistas* de Maringá – ASKM, e reúne, além dos *skatistas*, voluntários e empresários com o objetivo de viabilizar condições para a prática do esporte nesta cidade. Trata-se de circuitos econômicos alternativos baseados na construção de redes espaciais que possibilitem práticas multiescalares a partir dos territórios dissidentes.

Todavia, entre 2014 e 2016, em Maringá, uma série de batidas policiais objetivava afastar e criminalizar o principal público da praça. A prefeitura se baseou nos pedidos realizados pela Associação dos Moradores da Zona 02, área onde se localiza a praça e caracteriza-se pelo alto padrão das residências (Mapa 1). À época, o prefeito sugeriu a criação de três novas pistas de *skate* em áreas periféricas da cidade. Um dos frequentadores “ressaltou a irredutibilidade dos *skatistas* e ciclistas de BMX em desocupar a área, histórica para eles” (Monteiro, 2019, p. 106). Devido à organização política e resistência, em 2018, a praça foi reformada pelo poder público, com participação dos *skatistas*, por meio da ASKM, na orientação das obras²⁷. Tal ação se insere num contexto mais amplo de investimentos feitos pela atual gestão municipal (governo Ulisses Maia desde 2017), na revalorização dos espaços públicos localizados na área central, que evidencia seu papel, tanto no sentido do favorecimento de interesses imobiliários²⁸, como na contenção e amortecimento de conflitos. Como sugerem Delgado e Malet (2007), são ações que expressam uma “modalidade pastoral do poder”, que tenta dissuadir e persuadir qualquer dissidência, capacidade de resistir ou apropriação considerada inadequada da rua ou da praça, por meio da violência, se necessário, mas sobretudo pelos princípios abstratos de “coexistência de bons cidadãos”.

O caso analisado demonstra a capacidade de organização e luta política dos *skatistas* e *bikers*, com suas formas alternativas de fazer política, protagonizadas pelas tribos urbanas, com conquistas frente à tentativa de remoção pelo poder público e por moradores próximos à praça. Assim como no caso analisado, os estudos de Böes (2016) e Dias (2011) mostraram que as ações institucionais,

26 Já nos referimos à Praça da Catedral, onde a prática do *skate* está presente. Na Vila Olímpica, contígua ao Novo Centro, há uma pista de *skate* profissional. Além dessas, há, ao menos, quatro pistas em Maringá, porém distantes do centro.

27 A reforma envolveu uma série de melhorias na praça, como a instalação de dois superpostes com iluminação em LED, Academia da Terceira Idade (ATI), parque infantil, lixeiras e um complexo trabalho de jardinagem e paisagismo. A pista de patinação foi repaginada, teve as rampas recuperadas e ganhou novos obstáculos, além da instalação do “*bowl*” – uma rampa em formato de piscina, que vinha sendo solicitada há tempos e teve a participação de praticantes de *skate* em sua construção (Prefeitura Municipal de Maringá, Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=8d271427fb558d&id=32523>. Acesso em: 10 dez. 2023).

28 O lançamento de empreendimentos verticais de alto padrão, que se vale da presença da praça e dos parques em sua campanha de *marketing*, é revelador de tais interesses.

sobretudo da polícia, mas também as proibições e a criação de obstáculos às práticas dos skatistas, tiveram efeitos contrários, fortalecendo suas identidades e práticas por meio da adoção de novas estratégias, que incluem o uso das redes sociais virtuais para a mobilização.

Conforme já mencionamos, durante o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19, em 2020, os skatistas continuaram a usar a praça, sem máscara, mesmo quando houve a interdição de todos os espaços públicos, decretada pela Prefeitura Municipal de Maringá. As observações que fizemos indicam que a Praça da Patinação possui uso cotidiano, principalmente pelos skatistas, seu público majoritário, sobretudo no entardecer e início da noite. Ela é utilizada como local de encontro deste público, uma vez que muitos dos praticantes chegam apenas para conversar com membros do grupo. Inclusive, segundo alguns deles nos disseram, a maior parte vem das proximidades, mas outros vêm de bairros distantes e até de outras cidades, nos finais de semana, principalmente, indicando que a praça exerce atração ampla que se estende a toda a aglomeração urbana²⁹.

A presença de *skatistas*, o público majoritário da praça, além de casais e crianças, outros adultos e idosos (em menor número, que usam a ATI, ficam a descansar ou observar o movimento) confirma que é uma praça utilizada por sujeitos distintos. Essa condição favorece a visibilidade, os imprevistos e as novidades lá observadas; entretanto, as poucas interações entre os distintos sujeitos sociais, as disputas e os conflitos explicitados evidenciam as limitações e dificuldades de convívio entre os diferentes e desiguais no espaço público (Cortés, 2008; Delgado; Malet, 2007; Appadurai, 2018; Segura, 2019).

Um segundo caso de prática espacial insurgente foi identificado em meio às restrições e ao isolamento social impostos pela pandemia de Covid-19. Ele decorreu da proibição do funcionamento de bares, *shows* e outros lazeres noturnos, quando muitos jovens de Maringá se organizaram para realização de festas, criando centralidades e, assim, espaços públicos, que afrontam o poder público, ao mesmo tempo em que ocupam vazios urbanos, chamados “picos”³⁰. Os “picos” são espaços, normalmente em área de expansão urbana, como áreas verdes ou terrenos ainda vazios, apropriados geralmente por jovens, mas também por outros perfis etários da população, para atividades diversas, incluindo caminhadas e esportes, festas e baladas, que ocorrem em torno de automóveis equipados com aparelhos de som potentes. No caso analisado, trata-se de uma ampla área que envolve o antigo aeroporto e as áreas externas do chamado Eurogarden, que assumiram a função de espaço público.

Para compreendermos a produção dos espaços públicos, é importante reafirmar que não é apenas o estatuto jurídico que o define enquanto tal, mas, sobretudo, seus usos, funções e significados. O espaço público é o local da ação política, assim como a *ágora grega* (Arendt, 1991), é a dimensão social da ação comunicativa ou a chamada esfera pública (Habermas, 2014). De acordo com o enfoque geográfico, o espaço público caracteriza-se pela combinação entre as duas dimensões, a filosófica/política e a material/jurídica (Gomes, 2002). É fundamental reconhecer a *“pluralidad de usos, significados y funciones de un*

29 Além de Maringá, a aglomeração urbana é composta por Sarandi e Paiçandu.

30 Conforme relatado em entrevistas e observado em trabalho de campo, os encontros e usos dos “picos” já eram comuns, sobretudo pelos jovens, mas se intensificaram durante a pandemia.

espacio de y para los encuentros y las intersecciones”, que transcende a acepção jurídica e a distinção básica entre público e privado, limitada à ideia de encontro e visibilidade generalizada (Delgado; Malet, 2007, p. 1). Para estes autores, é o espaço produzido para um tipo específico de sociabilidade entre estranhos: a praça, o mercado, a estação, o parque, a praia etc.

Sennett (1999) apontou para mudanças no sentido de espaço público sob a generalização do consumo e do espetáculo, quando esses espaços se tornam derivação do movimento, esvaziando seu sentido político. Davis (1993) mostrou como a substituição de usos e práticas espaciais, a partir da implementação de projetos de reabilitação urbana, agravaram inclusive a segregação social e racial nas cidades dos EUA. Entretanto, nossos resultados de pesquisa permitem reinterpretar o sentido de “destruição” (Davis, 1993) ou “morte” (Sennett, 1999) como devir, ou seja, como processo que abre caminho para o novo, com a modificação e/ou adaptação dos conteúdos e dos significados do espaço público de caráter contraditório, assim como apontam alguns estudos já citados (Duhau; Giglia, 2010; Gomes; Ribeiro, 2018; Castro, 2018; Souza, 2020).

A dicotomia entre público e privado não dá conta da complexidade das relações sociais na cidade. Os espaços coletivos são construídos a partir de práticas sociais, ou seja, são resultados de interações entre as pessoas e não apenas de uma definição jurídica. A criação de espaços coletivos por grupos de moradores é uma forma de construir espaços públicos, a partir de uma lógica diferente daquela imposta pelo poder público. Esses espaços são importantes porque permitem que os moradores se apropriem e os produzam a partir de suas necessidades e desejos. Esses novos espaços públicos podem ser definidos como aqueles que são utilizados coletivamente, mas que não são de propriedade ou controle do governo. Os centros culturais autônomos, praças e parques comunitários são exemplos. Mas destacamos também os espaços coletivos temporários, que são criados para eventos específicos, como festivais, ocupações culturais e manifestações (Hou, 2010). Esses são geralmente criados em locais abandonados ou subutilizados e buscam proporcionar o encontro e a mobilização para diferentes grupos e coletivos.

Nesse sentido, o espaço é um produto social e sua produção é moldada por relações sociais de poder e cultura que interferem nos espaços públicos e privados (Lefebvre, 2000). Devemos considerar que atualmente os usos e as funções dos espaços públicos ainda são muitas vezes mediados pelas redes sociais virtuais, *locus* em que os debates públicos são mobilizados, seja acerca das questões de classe, seja em relação aos novos *habitus* de lazer e consumo, e as práticas espaciais dos movimentos sociais, coletivos e tribos urbanas, como estamos argumentando. Portanto, torna-se questionável o esvaziamento do sentido político, inclusive pela possibilidade de produção de novas modalidades de espaço público para além do sentido jurídico do termo.

Dentre as cidades que pesquisamos, além de Ribeirão Preto, também no caso de Maringá³¹, a partir de entrevistas e trabalhos de campo, observamos um número considerável de jovens que fazem uso de espaços coletivos, os chamados “picos”, para atividades de lazer, encontros com amigos, atividades esportivas e culturais, como batalhas de *rap* (Roxo; Góes, 2021). Pensamos esses “picos”

31 No âmbito da equipe do Projeto Temático FragUrb, também são pesquisadas as cidades de Presidente Prudente e São Paulo (SP), Chapecó (SC), Mossoró (RN) e Marabá (PA).

e as práticas espaciais que neles ocorrem, inclusive as festas, como produtoras de novas centralidades decorrentes de espaços públicos efêmeros, como já afirmamos. Primeiro, centralidade porque “não existem lugares de lazer, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade” (Lefebvre, 1999, p. 93). Segundo, por concentrar os fluxos do não trabalho e do lazer em determinadas localizações, em dias e horários específicos, conforme a renda e os grupos sociais, expressam uma centralidade cambiante (Sposito, 2001). Por último, espaços públicos, porque, como já mencionamos, são as práticas espaciais, ainda que efêmeras e com distintos ritmos, que definem seu caráter, não apenas o seu *status* jurídico. De fato, é a possibilidade concreta e realizada do uso coletivo, conforme a proximidade e/ou a acessibilidade, que define a centralidade e o seu caráter público, apesar de, muitas vezes, ocorrer nos interstícios do espaço urbano. São terrenos vazios, becos e vielas, campos de futebol improvisados, feiras livres, dentre outros locais, apropriados para o lazer, o jogo, o encontro, a diversão, expressando as centralidades lúdicas (Serpa, 2007)³².

A distribuição dos equipamentos de lazer e consumo é um poderoso organizador das ditas práticas, pois gera possibilidades relativamente limitadas, que muitas vezes reproduzem as desigualdades socioespaciais. No entanto, a modernidade (diferente, periférica, inconclusa, múltipla) dos espaços urbanos, principalmente os periféricos, conduz à produção de distintas formas de espaço público e de consumo, em relação aos centros comerciais e de serviços, evidenciando as (des)ordens urbanas (Duhau; Giglia, 2010), inclusive as produzidas pelas práticas espaciais insurgentes, como estamos argumentando.

No caso analisado, segundo informações veiculadas na mídia e corroboradas por jovens entrevistados, foi pelo *WhatsApp*, mesmo durante a pandemia de Covid-19, que os organizadores enviavam mensagens sobre o local da festa e em poucos minutos a ocupação ocorria, podendo reunir até mil jovens, muitos dos quais não usavam máscaras e ignoravam recomendações de distanciamento físico. Ainda que possamos questionar a atitude desses jovens, mais preocupados com a realização de seu lazer e seus desejos do que com a saúde pública, o caso mostra sua capacidade de organização para fazer frente a interesses determinados. Durante a pandemia, a Polícia Militar, a partir de denúncias de moradores, tentou conter as aglomerações, sobretudo no período noturno, porém muitas vezes não obteve êxito, pois os participantes, depois de dispersos, retornavam ou iam para outro lugar de encontro, que podia ser desde lojas de conveniência até outros “picos”, inclusive em áreas rurais, o que reitera a efemeridade a que já nos referimos.

O hedonismo contemporâneo mobiliza, nesse sentido, práticas espaciais e novas ações políticas de caráter efêmero. Essas novas coletividades e suas ações se baseiam no que possuem de particular, libertário, imaginário e afetual, aspectos que favorecem a fusão, efervescências pontuais de forte carga hedonista

32 O termo “centralidade lúdica” é empregado por Serpa (2007), tendo como base a obra de Henri Lefebvre. Segundo Serpa, Lefebvre defende o jogo lúdico como valor supremo, superando os valores de uso e troca, destacando que o espaço urbano proporciona encontros, possibilidades, imprevistos e movimento para as pessoas da cidade. Essa dinâmica pode resultar na formação de novas centralidades urbanas, renovadas e baseadas nas experiências cotidianas dos moradores, que são os principais agentes transformadores desses espaços (Serpa, 2007).

e presenteísta. Pouco importa o objetivo a atingir, o sentido está no momento “oportuno”, partilhado aqui e agora, no ato, não se projetando no futuro (Maffesoli, 2005, p. 209-211).

O caso analisado se caracteriza como uma sociabilidade fragmentária pouco afeita às regras e normativas sociais, ainda mais evidente na condição excepcional de crise de saúde pública causada pela Covid-19. Essa (des)ordem espacial produzida pelas festas clandestinas nos “picos” indica uma prática espacial insurgente, menos afeita ao social e mais aos desejos compartilhados entre os jovens. Em outros termos, o hedonismo contemporâneo reproduz mais o ideal de grupo ou comunidade do que de civismo (Gomes; Ribeiro, 2018), que expressa as novas divisões socioespaciais sob a lógica fragmentária. Ainda assim, são manifestações coletivas, mediadas pelas redes sociais virtuais, que se realizam em novos espaços públicos produzidos a partir da refuncionalização de terrenos vagos em áreas de expansão urbana.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos analisados em Maringá indicam uma complexificação das relações público-privado, bem como das diversas formas de produção e apropriação do espaço público sob a lógica fragmentária. Os usos dos espaços públicos são reveladores dos ritmos e das diversas ordens urbanas da cidade (Duhau; Giglia, 2016), bem como das novas distinções entre as classes e grupos sociais (Bourdieu, 2007), a exemplo das tribos urbanas, que se apropriam do espaço de acordo com possibilidades desiguais (Roxo; Góes, 2021). São aspectos que articulam lógicas globais e que adquirem especificidades nos lugares.

Os projetos pontuais do poder público, como eventos culturais e turísticos na Praça da Catedral, as reformas e a refuncionalização de praças do centro, expressam uma visão compartimentada da cidade, mais preocupada em promover determinada imagem, alinhada com processos globais de valorização do capital imobiliário, mas também no sentido de administrar os usos e eventuais conflitos no/pelo espaço público, corroborando com outros autores (Cortés, 2008; Carrión, 2016; Duhau; Giglia, 2016; Delgado; Malet, 2007). Grandes projetos, como Novo Centro, Eurogarden, Zona 10 (Tows, 2015), os novos *shopping centers*, dentre outros, nas áreas mais valorizadas da cidade, mas também a periferação das habitações populares, são representativos da lógica territorial imposta pelo poder público, em parceria com a iniciativa privada, que reproduz a lógica fragmentária do capital e do espaço urbano (Prévôt-Schapira, 2001; Navez-Bouchanine, 2002).

Nesse contexto, a análise das práticas espaciais em duas praças centrais da cidade permitiu evidenciar especificidades dos usos e funções dos espaços públicos, para além do debate sobre sua “morte” ou “destruição”. Na praça com maior centralidade, a Praça da Catedral, foram caracterizados processos contraditórios, que envolvem a presença de grupos e cidadãos de segmentos socioeconômicos e tribos urbanas diversas, revelando, a um só tempo, as novas distinções sociais, os limites das possibilidades de encontro entre os diferentes (Cortés, 2008; Delgado; Malet, 2007), a conformação de microterritorialidades (Serpa, 2013), mas também a possibilidade de negociação e visibilidades mútuas, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da cidadania (Gomes; Ribeiro, 2018; Castro, 2018; Souza, 2020).

Nesse sentido, também observamos a segmentação temporal dos usos e públicos, conforme os dias e horários da semana, evidenciando ritmos que estão relacionados às desigualdades socioespaciais no acesso ao lazer, a partir das dificuldades de usuários oriundos das periferias urbanas de acessar os espaços públicos centrais, sobretudo aqueles que não possuem veículo próprio. Além disso, na mesma praça, a presença de *food trucks*, vendedores ambulantes, treinadores e seus alunos, grupos religiosos etc. caracterizam a justaposição de microterritorialidades, o que é revelador do processo de privatização do espaço público, ou seja, os interesses de grupos e agentes se sobrepõem aos demais, tal como constatado por Duhau e Giglia (2010) na Cidade do México, ainda que de modo predominantemente efêmero, como observamos em Maringá³³.

Em outra praça, analisamos a tentativa do poder público e de moradores para afastar os skatistas, que a refuncionalizaram para suas práticas desde os anos 1980. Nesse caso, são significativas as mobilizações de caráter antagônico que expressam a tentativa de negação de certos usos, a partir da repressão policial e, posteriormente, dos investimentos realizados pelo poder público como mecanismo de controle ideológico e dos usos dos espaços públicos (Delgado; Malet, 2007). Entretanto, a força dos coletivos reafirma a fundamental importância do espaço público como *locus* da ação política (Gomes; Ribeiro, 2018; Castro, 2018) e as modificações da esfera pública. Mediada pelas redes sociais virtuais, essas ações evidenciam principalmente as características das disputas políticas que refletem a lógica socioespacial fragmentária, não apenas atrelada às questões de classe, mas também às disputas identitárias de coletivos e tribos urbanas (Roxo; Góes, 2021).

Por fim, verificamos a produção de novos espaços públicos, os chamados “picos”. São espaços de uso coletivo para o lazer cotidiano, tal como sugere Hou (2010), cuja força política das práticas espaciais insurgentes se evidencia na realização de festas clandestinas, em contexto de restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Essa insurgência, ao mesmo tempo em que confronta ações e normativas do poder público, reflete a negação do social em favor da realização imediata dos desejos de caráter hedonista e presenteísta de parcela da juventude (Maffesoli, 2005), além de expressar a produção das (des)ordens urbanas sob a lógica fragmentária ■

33 Reiteramos que, conforme Duhau e Giglia (2010), a privatização do espaço público refere-se ao processo de disseminação de equipamentos estatutariamente de propriedade privada, porém destinados ao uso público, como os parques temáticos, *shopping centers* e clubes que selecionam o público e definem as regras de comportamento. Um outro modo de privatização se refere aos espaços públicos submetidos a grupos de segurança e controle privados, culminando na restrição do acesso e/ou fechamento de praças, parques e ruas, por exemplo. Outro tipo de privatização é decorrente da apropriação e controle por grupos específicos, como traficantes e organizações criminosas em ruas ou favelas de espaços periféricos. Um último processo de privatização está relacionado com a expansão dos espaços residenciais fechados. Todas elas indicam restrições à acessibilidade e inclusividade, a substituição da regulação do espaço público por corporações privadas ou grupos sociais e o retrocesso do caráter público e do livre acesso a tais espaços.

Recebido em: 01-02-2023

Aceito em: 04-04-2024

REFERÊNCIAS

- ANGELIS, Breno Luiz Domingos de; ANGELIS NETO, Generoso de. Os elementos de desenho das praças de Maringá – PR. *Acta Scientiarum*, v. 5, n. 22, p. 1445-1454, 2000.
- APPADURAI, Arjun. The risks of dialogue. *Mecila Working Paper Series No. 5*, São Paulo: The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, 2018.
- ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BOCATO JR, Francisco Carlos. *As inter-relações entre uso público, os danos ambientais e a gestão do Parque do Ingá, Maringá-PR*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.
- BÖES, Guilherme Michelotto. Além Das ruas: imaginação e espaços da cidade pelo skate. *Gestão e Desenvolvimento*, v. 13, n. 1, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria prática: precedido de três estudos de etnologia kabila*. Oeiras: Celta, 2012.
- BOVO, Marcos Clair. *Áreas verdes urbanas, imagem e usos: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR*. 2009. 324 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.
- CASTRO, Iná Elias de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? *Geografares*, n. 26, p. 12-33, 2018.
- CARRIÓN, Fernando. El espacio público es una relación, no un espacio. In: KURI, Patricia Ramírez (Org.). *La reinención del espacio público en la ciudad fragmentada*. Ciudad de México: UNAM, 2016, p. 13-47.
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. *A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR – 1947-1982*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- CORTÉS, José Miguel Garcia. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta, 1993.
- DELGADO, Manuel; MALET, Daniel. El espacio público como ideología. In: JORNADAS MARX SIGLO XXI, Logroño, 2007. *Actas...* Logroño: Universidad de la Rioja, 2007.
- DIAS, Giuslaine de Oliveira. *Skateboard para além do esporte: manifestação social e movimento cultural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- DUHAU, Emilio; GIGLIA, Angela. El espacio público en la ciudad de México: de las teorías a las prácticas. In: GARZA, Gustavo; SCHTEINGART, Martha (Org.). *Los grandes problemas de México II: desarrollo urbano y regional*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2010.
- DUHAU, Emilio; GIGLIA, Angela. *Metrópolis, espacio público y consumo*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2016.
- GIGLIA, Angela. *Habitar, orden cultural y tipos de habitats*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2012.
- GÓES, Eda Maria et al. *Consumo, crédito e direito à cidade*. Curitiba: Appris, 2019.

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Habitus consumidor: a casa, o carro e a dívida*. In: GÓES, Eda Maria; CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica; FURINI, Luciano Antonio; CATELAN, Márcio José; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Consumo, crédito e direito à cidade*. Curitiba: Appris, 2019, p. 47-76.

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MILANI, Patricia Helena; CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica; ROXO, Rafael; SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. *Entrevistas com cidadãos: perspectiva para análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária*. In: GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos (Org.). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, p. 71-122.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de Geopolítica da Cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa; RIBEIRO, Letícia Parente. *Espaços públicos como lugares da política*. *Geografares*, n. 26, p. 5-11, 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

HOU, Jeffrey. *Insurgent public space: guerrilla urbanism and the remaking of contemporary cities*. London: Routledge, 2010.

JACOBS, Janes. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KOHN, Margaret. *Homo spectator: public space in the age of the spectacle*. *Philosophy & Social Criticism*, v. 34, n. 5, p. 467-486, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

LEGROUX, Jean. *A lógica espacial fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial*. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 235-248, jun. 2021.

LEONARDO, Vera Sirlene. *Do desenho nacional à dinâmica local: a implementação do PMCMV em Maringá (PR)*. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

LINDÓN, Alicia. *La ciudad en movimiento: cotidianidades, afectividades corporizadas y redes topológicas*. *Revista Inmediaciones de la Comunicación*, v. 12, n. 1, p. 107-126, 2017.

MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político, a tribalização do mundo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Os circuitos dos jovens urbanos*. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, 2005.

MAGRINI, Maria Angélica; CATALÃO, Igor. *Direito à cidade e consumo: contradições e convergências*. In: GÓES, Eda Maria et al. *Consumo, crédito e direito à cidade*. Curitiba, Appris, 2019.

MENEGUETTI, Karin Schwabe; REGO, Renato Leão; BELOTO, Gislaíne Elizete. *Maringá – a paisagem urbana e o sistema de espaços livres*. *Paisagem e Ambiente*, n. 26, p. 29-50, 2009.

MONTEIRO, Felipe Violi. *Cartografias em trânsito: a mobilidade de bicicleta pela cidade*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. *La fragmentation: sources et definitions*. In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise (Org.). *La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale*. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 45-103.

- PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 19, p. 33-56, dez. 2001.
- RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.
- RODRIGUES, Ana Lúcia *et al.* Estrutura e organização social do território da Região Metropolitana de Maringá. In: RODRIGUES, Ana Lúcia (Org.). *Maringá: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 147-184.
- ROXO, Rafael; GÓES, Eda Maria. Hip-hop, espaço público e o processo de fragmentação socioespacial em Ribeirão Preto/SP. *Caderno de Geografia*, v. 31, n. 66, p. 889-917, 2021.
- SANTOS, Jackeline Helen Gonçalves dos. *Desdobramentos da lógica socioespacial fragmentária sobre o par espaço público-espaço privado em Maringá – PR e Ribeirão Preto – SP*. Relatório de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº 2019/09945-4. 2020.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna, espaço fragmentado. *Inforgo*, n. 12-13, p. 225-236, dez. 1998.
- SEGURA, Ramiro. Convivialidad en ciudades latinoamericanas: un ensayo bibliográfico desde la antropología. *Mecila Working Paper No. 11*, São Paulo: The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, 2019.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SERPA, Angelo. A cidade e o urbano: discutindo o conceito de centralidades lúdicas. *Espaço e Geografia*, v. 10, n. 1, p. 265-278, 2007.
- SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 169-188.
- SILVA, William Ribeiro da. A redefinição da centralidade em cidades médias. Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 26-30 maio 2008. *Actas [...]*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008.
- SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial. *Mercator*, v. 19, p. 1-13, 2020.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: Programa de Pós-graduação em Geografia; FCT; UNESP, 2001, p. 235-254.
- SOUZA, André Felix de. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. *Geografares*, n. 26, p. 182-213, 2018.
- SOUZA, André Felix de. *Sociabilidade pública nas praças tijucanas: uma reflexão geográfica sobre a importância dos espaços públicos para a existência das sociedades republicanas e democráticas*. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- TOWS, Ricardo Luiz. *Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- TURRA NETO, Nécio. Punk e hip-hop na cidade: territórios e redes de sociabilidade. *Cidades*, v. 6, n. 9, p. 121-154, 2009.

CONSUMIDORES DAS FEIRAS LIVRES URBANAS: PERCEPÇÕES ACERCA DA SEGURANÇA DOS ALIMENTOS EM CHAPECÓ, SC¹

MARCIA ORTH RIPKE

Universidade Comunitária da
Região de Chapecó

marciaripke@unochapeco.edu.br

CARLA ROZANE PAZ ARRUDA TEO

Universidade Comunitária da
Região de Chapecó

carlateo@unochapeco.edu.br

VANESSA DA SILVA CORRALO

Universidade Comunitária da
Região de Chapecó

vcorralo@unochapeco.edu.br

MARIA ASSUNTA BUSATO

Universidade Comunitária da
Região de Chapecó

assunta@unochapeco.edu.br

JUNIR ANTÔNIO LUTINSKI

Universidade Comunitária da
Região de Chapecó

junir@unochapeco.edu.br

RESUMO

O estudo visa caracterizar a segurança dos alimentos comercializados em feiras livres na perspectiva dos consumidores. A pesquisa foi realizada nas sete feiras livres do município de Chapecó-SC, em funcionamento no segundo semestre de 2021. O estudo contou com uma amostra de 374 consumidores maiores de 18 anos que responderam a um questionário semiestruturado. A maioria dos participantes (91,4%) se preocupa com a presença de agrotóxicos nos alimentos comercializados nas feiras livres e menos da metade (45,7%) dos consumidores confia na autenticidade dos alimentos orgânicos que adquirem nas feiras livres. Percebe-se que há a necessidade em estabelecer a confiança entre produtores e consumidores das feiras livres. Nesse sentido, o selo de acreditação de produto orgânico tem o potencial de aumentar a confiança dos consumidores nos alimentos que adquirem. Conhecer as percepções e expectativas dos consumidores das feiras livres sobre a qualidade e segurança dos alimentos é de fundamental importância para a oferta de alimentos promotores da saúde fornecidos pela agricultura familiar e para a sustentabilidade das feiras livres nas cidades. Destaca-se que políticas públicas municipais precisam contemplar os produtores e os consumidores, reconhecendo as feiras livres como indispensáveis equipamentos de segurança alimentar e nutricional.

PALAVRAS-CHAVE: Chapecó. Consumo. Feiras livres. Segurança alimentar.

1 Agradecemos o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

**CONSUMERS OF URBAN STREET MARKETS:
PERCEPTIONS ABOUT FOOD SAFETY IN CHAPECÓ,
STATE OF SANTA CATARINA**

**CONSUMIDORES DE MERCADILLOS
URBANOS: PERCEPCIONES SOBRE LA SEGURIDAD
ALIMENTARIA EN CHAPECÓ, SC**

ABSTRACT

This study aims to characterize the safety of food sold at open-air markets from the perspective of consumers. The research was carried out in the seven open-air markets in the municipality of Chapecó-SC, in operation in the second half of 2021. The study included a sample of 374 consumers over the age of 18 who answered a semi-structured questionnaire. The majority of participants (91.4%) are concerned about the presence of pesticides in the food sold at street markets and less than half (45.7%) of consumers trust the authenticity of the organic food they buy at street markets. It is clear that there is a need to establish trust between producers and consumers at open-air markets. In this sense, the organic product accreditation label has the potential to increase consumer confidence in the food they buy. Knowing the perceptions and expectations of consumers at open-air markets about food quality and safety is of fundamental importance for the supply of health-promoting food provided by family farming and for the sustainability of open-air markets in cities. It should be noted that municipal public policies need to take producers and consumers into account, recognizing free markets as indispensable food and nutritional security facilities.

KEYWORDS: Chapecó. Consumption. Free markets. Food security.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo caracterizar la seguridad de los alimentos vendidos en mercados al aire libre desde la perspectiva de los consumidores. La investigación se realizó en los siete mercados al aire libre del municipio de Chapecó-SC, en funcionamiento en el segundo semestre de 2021. El estudio incluyó una muestra de 374 consumidores mayores de 18 años que respondieron a un cuestionario semiestructurado. La mayoría de los participantes (91,4%) están preocupados por la presencia de pesticidas en los alimentos vendidos en los mercados al aire libre y menos de la mitad (45,7%) de los consumidores confían en la autenticidad de los alimentos orgánicos que compran en los mercados al aire libre. Está claro que es necesario establecer una relación de confianza entre productores y consumidores en los mercados al aire libre. En este sentido, la etiqueta de acreditación de producto ecológico tiene el potencial de aumentar la confianza de los consumidores en los alimentos que compran. Conocer las percepciones y expectativas de los consumidores de los mercados al aire libre sobre la calidad y seguridad de los alimentos tiene una importancia fundamental para el suministro de alimentos beneficiosos para la salud proporcionados por la agricultura familiar y para la sostenibilidad de los mercados al aire libre en las ciudades. Es necesario que las políticas públicas municipales tengan en cuenta a productores y consumidores, reconociendo a los mercados al aire libre como espacios indispensables para la seguridad alimentaria y nutricional.

PALABRAS CLAVE: Chapecó. Consumo. Mercados libres. Seguridad alimentaria.

1 | INTRODUÇÃO

O consumidor, constitucionalmente, tem garantido o direito humano à alimentação adequada (DHAA) imbricado na segurança alimentar e nutricional (SAN), que se refere ao acesso regular e permanente aos alimentos em qualidade e quantidade suficiente (Brasil, 2006b; Maluf; Reis, 2013). No que tange à qualidade dos alimentos, o desejável é que estejam livres de contaminantes de natureza microbiológica, química sintética ou física e que não causem danos à saúde do consumidor (Embrapa, 2005). Por isso, a segurança dos alimentos perpassa pela cadeia produtiva desde o cultivo até o armazenamento, o transporte e a comercialização.

Novas redes de comercialização, com respaldo em valores relacionados à agricultura familiar na produção de alimentos tradicionais e sustentáveis, têm sido valorizadas pelo consumidor urbano, que busca alimentos saudáveis e de procedência garantida (Silva *et al.*, 2017). Nesse contexto, as feiras livres são espaços de segurança alimentar e nutricional das cidades que promovem o acesso aos alimentos de qualidade, sazonais, sustentados pela agricultura familiar e que são culturalmente apreciados pela população (Brasil, 2014; Jaime, 2019).

As feiras livres disponibilizam alimentos promotores da saúde e incentivam o seu consumo pela população que acessa estes espaços em todas as regiões brasileiras (Brasil, 2014; Jaime, 2019). Assim, estimulam-se hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados considerados protetores contra as principais doenças crônicas não transmissíveis, tais como obesidade,

diabetes tipo 2, hipertensão, doenças cardiovasculares e câncer (WHO, 2003). Estes males estão presentes em populações que mantêm uma alimentação baseada em produtos ultraprocessados, desmedidos em calorias, desprovidos em nutrientes e excedidos em sal, gorduras prejudiciais, açúcares e aditivos químicos sintéticos, como conservantes, corantes e aromatizantes (Brasil, 2014).

Na perspectiva dos sistemas alimentares e circuitos de comercialização, o consumo responsável surge na tentativa de aproximar quem consome de quem produz (Gonçalves; Mascarenhas, 2018). As cadeias curtas de abastecimento de alimentos referem-se a qualquer forma de venda direta dos produtores aos consumidores, como é o caso das feiras livres, que possibilitam uma relação de confiança com os agricultores, estabelecendo uma interdependência saudável entre os ambientes rural e urbano (Schneider; Gazolla, 2017). O encurtamento das cadeias alimentares permite transparência de forma que o cidadão que consome o alimento possa ter informações exatas da procedência, de como ele foi produzido e, idealmente, do preço pago ao produtor (EPIAGRI, 2015). As cadeias curtas implicam a redução ou eliminação dos intermediários, encurtando o percurso de um alimento dentro do sistema agroalimentar (Giuca, 2012). Esta expressão é frequentemente usada em oposição aos sistemas de suprimento global de alimentos tradicionais baseados na produção em grande escala e padronização do produto (Bimbo *et al.*, 2015).

Neste cenário, o consumidor, quando decide o que comprar e onde comprar, pode apoiar cadeias mais solidárias. O apoio à produção e comércio local de alimentos fomenta a agricultura familiar com reflexos positivos na esfera econômica, ambiental, cultural e social (Gonçalves; Mascarenhas, 2018). Nesta perspectiva, a propriedade familiar produz alimentos diversificados nos modelos de produção, nomeadamente orgânico, agroecológico ou convencional pelo agricultor e sua família, especialmente legislada em módulos fiscais (Brasil, 2006a). Já o abastecimento de alimentos da maioria dos grandes supermercados é de produção convencional e concentra-se na monocultura, que ocupa grandes extensões de terra, utiliza quantidade excessiva de agrotóxicos e não se configura como uma opção saudável ao binômio saúde e ambiente (Maluf, 2021).

As discussões relacionadas à segurança, ao consumo e à origem dos alimentos têm se multiplicado (Carneiro *et al.*, 2015; Brasil, 2018; FAO, 2022). Dessa forma, o consumidor consciente está disposto a questionar acerca da qualidade dos alimentos sobre os benefícios à saúde, preços, procedência, meio de produção e cuidados ambientais envolvidos (Radomsky; Ávila, 2018). Esse consumidor pode reconhecer a importância de meios que comprovem a qualidade dos alimentos, como é o caso da certificação e que eles são necessários para que realmente possam optar por alimentos mais seguros, não só do ponto de vista nutricional e dietético, mas que também assegurem a soberania e segurança alimentar e nutricional (Maluf, 2017). Nesse contexto, o presente estudo visou caracterizar

a segurança dos alimentos comercializados em feiras livres da cidade de Chapecó, SC, na perspectiva dos consumidores. O estudo é relevante para a sustentabilidade das feiras livres, para a disponibilização de alimentos seguros, saudáveis e culturalmente apreciados pelos consumidores regionais.

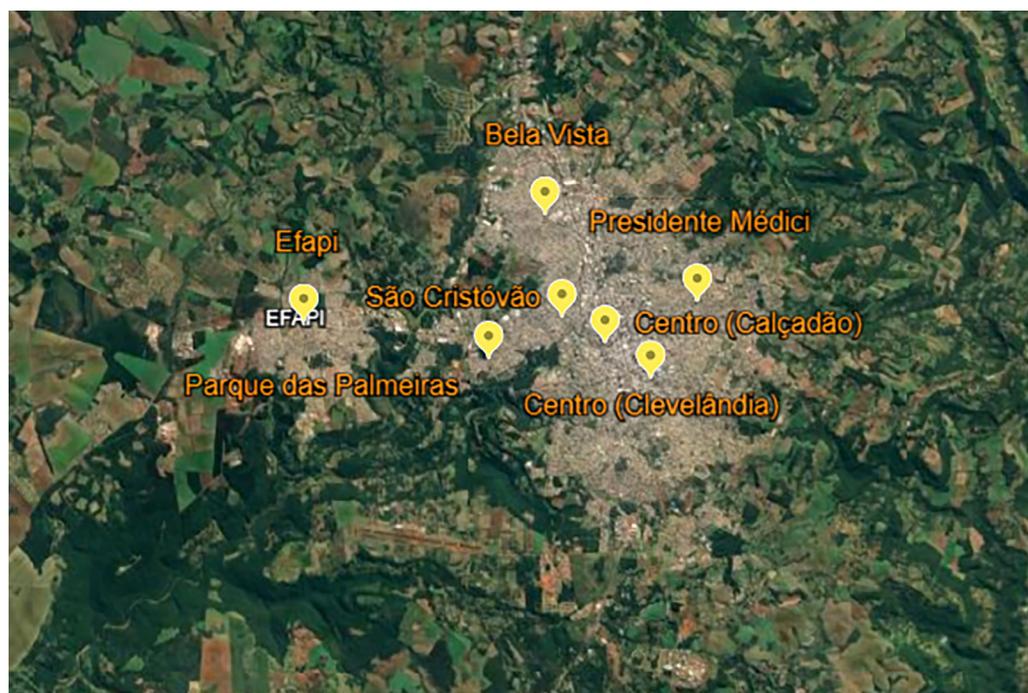
2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo, exploratório e transversal. Teve como *locus* as sete feiras livres de Chapecó (Mapa 1) em funcionamento no segundo semestre de 2021. O estudo foi realizado com uma amostra de 374 consumidores, maiores de 18 anos, durante o mês de agosto de 2021, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, presencialmente pelos próprios pesquisadores.

Os consumidores foram abordados de forma aleatória e direta nos próprios espaços das sete feiras livres. Para investigar as percepções e as expectativas acerca da segurança dos alimentos que podem ser adquiridos nas feiras livres, os consumidores responderam questões relativas às condições sociodemográficas, motivação para adquirir os alimentos nas feiras livres, o vegetal *in natura* que mais compram, o que buscam em termos de qualidade e segurança dos alimentos assim como confiança, preço, frequência de aquisição nas feiras livres e se há preocupação com a presença de resíduos de agrotóxicos nos alimentos que adquirem.

Os dados coletados foram tabulados em um banco de dados gerado automaticamente para o *software Excel for Windows*. Para explorar os dados, utilizaram-se estatísticas descritivas de frequência (média e desvio padrão). As variáveis de natureza quantitativa foram submetidas à análise de distribuição empregando o teste de Shapiro-Wilk e comparadas em subgrupos aplicando-se os testes não paramétricos Mann-Whitney e Kruskal-Wallis. Foi utilizado o teste de associação de Chi-quadrado para testar a relação entre as variáveis de natureza qualitativa. Para estas análises, foram utilizados os softwares Past (Hammer *et al.*, 2001) e o *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)* (IBM, 2013).

Mapa 1. Localização do Município de Chapecó (Latitude: - 27° 08' 15,23669"; Longitude: - 52° 35' 58,22430") com a localização das feiras.



Fonte: Google Earth, 2024. Editado pelos autores.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra de consumidores das feiras livres do município de Chapecó contemplada na pesquisa (n= 374) se constituiu majoritariamente pelo sexo feminino (59,4%) (Tabela 1).

O predomínio do sexo feminino em feiras livres também foi constatado por Ribeiro *et al.* (2022), em Juíz de Fora, MG, em que 65% dos consumidores eram do sexo feminino. Ainda que a análise situacional do panorama demográfico exposto no Plano Municipal de Saúde de Chapecó, gestão 2018-2021, demonstra que o número de mulheres (52,4%) residentes no município supera o número de homens (47,6%) (Chapecó, 2017), o estudo reforça que as compras em feiras livres são realizadas predominantemente por mulheres.

A média de idade das consumidoras (51,8 anos) foi menor do que no caso dos consumidores (57,5 anos) (Tabela 1). Esta constatação reflete as características específicas do público que frequenta as feiras livres e não a faixa etária da maioria dos habitantes, que se encontra entre 20 e 29 anos, tendência também observada no estado de Santa Catarina e no Brasil (Chapecó, 2017; Santa Catarina, 2019).

O público que habitualmente adquire alimentos em feiras livres é constituído por indivíduos que experienciaram o contato com a agricultura e a produção de alimentos anteriormente e se estabeleceram na cidade, já que a transição demográfica ocorreu mais acentuadamente a partir da década de 1980 (Chapecó, 2017). Esta conexão com a agricultura persiste, refletindo na busca por alimentos comercializados em feiras livres advindos da agricultura familiar e que atendem aos seus hábitos culturais. Esta tendência não é observada com a geração subsequente, que não teve esta conexão e que não constitui a maioria dos consumidores destes espaços, embora indiretamente seja beneficiada, pois os alimentos adquiridos nas feiras servem à mesa da família.

Quanto à cor, a maioria dos consumidores se autodeclarou branca (87,2%) (Tabela 1). Justifica-se este resultado pelo histórico de colonização da região com predomínio de descendentes de imigrantes europeus. Embora Chapecó e a região circunvizinha tenham tido em seu processo de formação histórica a presença de povos indígenas e caboclos, essas populações são hoje pouco frequentes em alguns espaços regionais (Renk, 1991), em especial nas feiras livres. Ressalta-se que a cidade recebe constantemente imigrantes, a exemplo de venezuelanos e haitianos (Antoniolli *et al.*, 2022), mas ainda não se observa nitidamente estas populações frequentando as feiras livres.

A maioria dos participantes relatou viver com companheiro/a (68,4%) (Tabela 1). Situação semelhante foi verificada em feiras livres na microrregião de Formiga, MG, em que a maioria dos consumidores eram casados ou estavam em regime de união estável (Costa; Andrade; Felipe, 2016; Cruz *et al.*, 2022). Os resultados encontrados, associados à literatura, corroboram a tendência desses consumidores em comprar não somente para o consumo próprio, mas também para outras pessoas que constituem a família. Pondera-se assim que, no mínimo, mais uma pessoa por família está sendo beneficiada pelos alimentos oriundos das feiras livres.

A maioria dos consumidores (97,9%) das feiras livres reside em Chapecó (Tabela 1). Esta constatação pode ser explicada pelo tamanho populacional e pela distribuição das feiras livres, localizadas em diferentes zonas da área urbana,

contemplando os bairros e o centro da cidade, para atender os habitantes. Nesse sentido, destaca-se que os alimentos produzidos são consumidos na própria cidade, atendendo ao gosto regional e encurtando as distâncias entre quem produz e quem consome (Cruz *et al.*, 2022).

Quanto à escolaridade, aproximadamente 2/3 da amostra relataram ter ensino médio completo ou mais (Tabela 1). No estado de Santa Catarina, a proporção de pessoas entre 25 e 34 anos com ensino superior completo em 2017 era de 19,7% (Santa Catarina, 2019). Os resultados desta pesquisa apontam que a escolaridade é um fator favorável aos consumidores na busca por alimentos mais saudáveis e seguros. O conhecimento é a interface entre o consumidor e a escolha em adquirir alimentos nas feiras livres.

Neves e Rodrigues (2021) apontam a importância de se identificar o perfil dos participantes da pesquisa nas feiras livres em relação à escolaridade e, com isso, inferir sobre o acesso à informação. Pessoas com menor grau de escolaridade têm menos acesso a informações confiáveis cientificamente embasadas, o que pode interferir na hora da escolha entre um produto orgânico certificado ou convencional ou ainda em relação ao aspecto nutricional.

Aproximadamente 3/4 da amostra declararam renda familiar mensal de até seis salários mínimos (Tabela 1). Esta constatação concorda com Costa, Andrade e Felipe (2016) que verificaram, em Minas Gerais, que 45% dos consumidores de feiras livres recebiam entre um e três salários mínimos, enquanto 10% possuíam renda de sete salários mínimos mensais ou mais. Em 2019, o salário médio dos trabalhadores formais em Chapecó era de 2,8 salários mínimos (IBGE, 2020).

Níveis de renda maiores, como os constatados na pesquisa, podem estar relacionados com o grau de escolaridade refletindo positivamente na renda. O estado de Santa Catarina tem a menor desigualdade de renda entre os estados brasileiros. No estado catarinense, a renda média é 25,9% maior do que a média brasileira e observa-se a menor proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza (8,5%) (Santa Catarina, 2019; IBGE, 2020). A renda autodeclarada dos consumidores reflete uma realidade na distribuição de renda do país, portanto as proporções de consumidores no estudo estão dentro do esperado.

A maioria dos participantes (92,4%) relatou que adquire alimentos nas feiras livres pelo menos uma vez por semana (Tabela 1). Esta informação se assemelha ao que verificaram Mazaro e Dalbianco (2017) em que 65% dos consumidores de feiras livres em Dom Pedrito, RS, as frequentavam semanalmente e 23,3% visitavam a feira em períodos quinzenais. Verona *et al.* (2009) verificaram que 60% dos consumidores de alimentos orgânicos das feiras livres de Chapecó realizavam compras uma vez por semana e 33%, duas vezes na semana. A frequência de compra reflete o hábito do consumidor, porque os vegetais *in natura* são perecíveis e, especialmente no caso das hortaliças folhosas, dificilmente perduram em condições de consumo por mais de uma semana, mesmo quando adequadamente armazenadas. Assim, a procura por alimentos frescos está atrelada à frequência de compra, ao poder aquisitivo do consumidor e à sazonalidade do alimento.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico, idade e número de pessoas no domicílio dos consumidores das feiras livres de Chapecó/SC, 2021

Variável	n	%	Idade	p	Número de pessoas no domicílio	P
Sexo						
Feminino	222	59,4	51,8	U = 13156; p < 0,001	2,7	U = 16478; p < 0,69
Masculino	152	40,6	57,5		2,8	
Cor autodeclarada						
Branca	326	87,2	54,9	H = 8,08; p = 0,018	2,7	H = 2,83; p = 0,24
Parda	28	7,5	50,3		3	
Preta	20	5,3	45,7		2,6	
Situação conjugal						
Com companheiro(a)	256	68,4	54,6	U = 14846; p = 0,79	2,8	U = 8720; p < 0,001
Sem companheiro(a)	118	31,6	53,1		2,2	
Local de residência						
Chapecó	366	97,9	54,3	U = 912; p = 0,07	2,7	U = 1095; p = 0,20
Outras localidades	8	2,1	45,4		3,1	
Escolaridade						
Nunca frequentou escola	6	1,6	57,3	H = 58,01; p < 0,001	2,8	H = 6,48; p = 0,48
EF incompleto	64	17,1	65,1		2,4	
EF completo	30	8,0	58,6		2,9	
EM incompleto	25	6,7	51,2		3	
EM completo	102	27,3	52,3		2,7	
ES incompleto	9	2,4	37,2		2,8	
ES completo	90	24,1	51,6		2,9	
Pós-graduação	48	12,8	49,4		2,7	
Renda familiar mensal (salários mínimos 2021)						
Até três	166	44,4	56,1	H = 10,04; p = 0,04	2,5	H = 22,58; p < 0,001
Entre três e seis	111	29,7	53,7		2,9	
Entre seis e nove	51	13,6	51,4		2,9	
Entre nove e doze	19	5,1	50,9		3,1	
Mais de doze	27	7,2	50,9		3	
Frequência de compras nas feiras livres						
Duas a três vezes ao mês	28	7,5	48,7	H = 5,57; p = 0,14	2,8	H = 4,91; p = 0,018
Uma vez por semana	250	66,8	53,9		2,7	
Duas vezes por semana	94	25,1	56,1		2,9	
Três vezes por semana	2	0,5	58,5		2	

Fonte: os autores (2021). n: amostra (374); p: significância estatística; U: Teste de Mann-Whitney; H: teste de Kruskal-Wallis.

Foram identificados 10 grupos de alimentos de preferência do consumidor nas feiras livres, com destaque ao vegetal *in natura* alface (*Lactuca sativa* L.), mais frequentemente relatado nas compras pelos consumidores (58%), seguido das brássicas, tais como rúcula, couve folha, brócolis, repolho e agrião (13,9%) e a fruta banana (10,7%). Esta preferência corrobora com a afirmação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de que a alface é a principal hortaliça folhosa cultivada em todos os estados brasileiros e a mais consumida no Brasil (Embrapa, 2009).

Ao todo, 95,2% dos consumidores das feiras livres consideravam importante consumir alimentos livres de agrotóxicos e 91,4% se preocupavam com a presença de agrotóxicos nos alimentos (Tabela 2). Esta constatação concorda com Nascimento *et al.* (2020), que verificaram em feira livre de Dom Pedrito que a maioria dos consumidores apresentou maior preocupação com relação ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos e, da mesma forma, se preocupava mais com os desdobramentos do uso dessas substâncias na saúde. Nesse sentido, a proteção à saúde deve ser prioridade e a produção e o consumo de alimentos são centrais para qualquer sociedade com consequências econômicas, sociais e ambientais (EUR-LEX, 2000). O acesso à informação dos consumidores acerca de danos causados por agrotóxicos pode estar associado ao padrão encontrado. À medida que se populariza a relação entre agrotóxicos e os danos à saúde, os indivíduos tendem a mudar ou, ao menos, questionar seu padrão de consumo alimentar (Pignati, 2012; Carneiro *et al.*, 2015; Inca, 2015).

Aproximadamente a metade dos consumidores (50,8%) afirmou confiar na qualidade dos alimentos convencionais, isto é, acredita que os alimentos produzidos no manejo convencional estejam dentro dos limites de segurança da legislação de resíduos de agrotóxicos e apenas 45,7% confiavam que os alimentos comercializados como orgânicos realmente são orgânicos (Tabela 2). Estes resultados sugerem que o consumidor ainda carece de evidências mais contundentes que confirmem a qualidade dos alimentos para fortalecer a confiança no sistema de cultivo e nos alimentos que adquire nas feiras. Estes achados apontam uma relação de desconfiança em relação à segurança dos alimentos convencionais e orgânicos comercializados nas feiras livres de Chapecó. Emerge a necessidade de se fortalecer a identidade destes espaços como equipamentos de segurança alimentar e nutricional que oferecem alimentos seguros. Salienta-se que independente das percepções apontadas pelos consumidores, ainda assim elegem as feiras como uma opção assertiva para adquirir alimentos que compõe sua dieta. Destaca-se que na pesquisa foram contabilizados 67 feirantes em atividade nas sete feiras livres, sendo 30 produtores de hortaliças e frutas e destes 17 eram produtores convencionais e 13 orgânicos (Ripke *et al.*, 2022).

Cruz *et al.* (2022) constataram que o produtor feirante é também o primeiro consumidor do que produz. Assim, pode-se inferir um cuidado com o padrão de qualidade que deve ter o produto levado à feira. Ressaltam ainda que, para chegar à excelência, os produtos dependem de fatores como procedência, sistema de cultivo e sanidade. Verona *et al.* (2009) conduziram um estudo nas feiras livres de Chapecó e constataram que 73% dos consumidores de alimentos orgânicos demonstraram confiança no sistema de cultivo orgânico. Ainda assim, a confiança nos alimentos orgânicos comercializados nas feiras livres de Chapecó diminuiu ao longo da última década.

A ascensão do mercado de alimentos orgânicos segue uma tendência mundial associada a um nível maior de segurança e saúde ao consumidor e menor impacto ambiental sobre organismos não alvo dos agrotóxicos (IPEA, 2020). Em todos os aspectos relacionados à segurança dos alimentos, é essencial que o consumidor seja uma parte interessada plenamente reconhecida e que as preocupações do consumidor sejam levadas em consideração. O acesso à informação fundamentada sobre a segurança dos alimentos e sobre os riscos da ingestão de alimentos contaminados com agrotóxicos devem fazer parte das políticas de proteção da vida do consumidor (Anvisa, 2019).

Para 70,9% dos consumidores, os preços dos alimentos in natura praticados nas feiras livres são equivalentes ou menores que os praticados nos supermercados (Tabela 2). Outros estudos demonstraram que os preços dos alimentos nas feiras livres flutuam, variam entre cidades, ao longo das estações, relacionam-se com variações do clima e com a oferta e demanda de alimentos (Oliveira; Lima, 2017; Watanabe; Luiz; Abreu, 2018; Cruz et al., 2022). Fante et al. (2020) constataram que, segundo os consumidores de alimentos das feiras livres, os preços diferem pouco dos praticados nos supermercados. Um estudo realizado em Nova Andradina, MS, demonstrou que os consumidores que frequentam a feira livre não reclamam do preço, pois acreditam que o preço estabelecido pelo produtor é um valor acessível para um produto com melhor qualidade do que os encontrados nos supermercados (SILVEIRA et al., 2017).

Segundo a percepção de 80,2% dos consumidores, a rotulagem e a certificação são importantes e, para 81%, as embalagens e apresentação dos alimentos in natura nas feiras livres são adequadas. Estas percepções dos consumidores não diferiram na amostra quanto à idade ou quanto ao número de pessoas por domicílio (Tabela 2).

Quanto à rotulagem, dentre as informações que os consumidores consideram necessárias estarem contidas nos rótulos das embalagens dos alimentos vegetais in natura comercializados em feiras livres, contabilizou-se a procedência dos alimentos (77,5%), se foram utilizados agrotóxicos no cultivo, armazenamento e transportes (63,4%), se é de produção da agricultura familiar (59,1%) e se o modo de cultivo é orgânico ou não (58,5%) (Quadro 1). Estas são informações importantes que poderiam estar expostas nos rótulos dos alimentos comercializados em feiras livres. Assim, os consumidores conseguiriam, cada vez mais, fazer suas escolhas de maneira consciente. Hupffer e Pol (2017) alertam para o direito à informação suficiente, adequada e verdadeira, inferindo a informação como uma das pilastras do direito do consumidor.

Quanto ao selo de certificação de produto orgânico, Verona *et al.* (2009) identificaram que somente 10% dos consumidores de feiras livres considerava indispensável o selo. Por outro lado, Kiyota *et al.* (2021) observaram, em Pato Branco, PR, que os consumidores atribuem credibilidade ao selo de certificação de orgânicos, pois não conseguem naturalmente distinguir um alimento orgânico de um não orgânico.

Silva, Melo e Melo (2016) verificaram que mais de 80% dos consumidores estão dispostos a pagar mais por produtos que têm o selo de certificação orgânica, pois eles tendem a valorizar o produto na presença do selo. Segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária

e Abastecimento (MAPA), em 2018, havia mais de 22 mil unidades de produção orgânica certificadas no Brasil, frente a pouco mais de 5 mil em 2010 (Ipea, 2020), o que demonstra um crescimento na oferta de alimentos orgânicos no país.

As hortaliças e frutas comercializadas nas feiras livres de Chapecó nem sempre estão acondicionadas em embalagens, mas quando utilizadas são de polietileno. Esta constatação corrobora o que Lopes (2014) identificou em feiras livres de Florianópolis, SC, onde 100% dos espaços acondicionavam os vegetais *in natura* em embalagens plásticas. Além disso, disponibilizavam aos consumidores sacolas plásticas para acomodar as compras. Diante do exposto, tipos diferentes de embalagens com impacto ambiental positivo como sacolas retornáveis, cestas confeccionadas com materiais sustentáveis, caixas de papelão e embalagem de papel reciclável poderiam substituir as embalagens atuais, menos sustentáveis.

Tabela 2. Percepções dos consumidores acerca dos alimentos comercializados nas feiras livres de Chapecó/SC, comparando idade e número de pessoas residentes no domicílio, 2021

Variável	n	%	Idade	p	Número de pessoas no domicílio	p
Alimentos sem agrotóxicos são importantes						
Sim	356	95,2	53,4	U = 2641; p = 0,21	2,7	U = 2840; p = 0,40
Não faz diferença	18	4,8	58,4		2,9	
Confia na qualidade dos alimentos convencionais						
Confia	190	50,8	54,1	H = 1,04; p = 0,59	2,7	H = 1,89; p = 0,39
Não confia	84	22,5	55		2,6	
Não sabe	100	26,7	53,3		2,8	
Se preocupa com a presença de agrotóxicos nos alimentos						
Sim	342	91,4	54,3	H = 1,96; p = 0,38	2,7	H = 1,99; p = 0,37
Não	10	2,7	57		2,7	
Não faz diferença	22	5,9	49,6		3,1	
Confia na qualidade dos alimentos orgânicos						
Sim	171	45,7	53,3	H = 2,16; p = 0,34	2,8	H = 1,18; p = 0,55
Não	92	24,6	56,1		2,6	
Não sabe	111	29,7	53,6		2,7	
Avaliação de preços						
Menor que o supermercado	93	24,9	51,1	H = 6,90; p = 0,14	2,9	H = 2,57; p = 0,63
Iguais ao supermercado	172	46	54,4		2,6	
Maior que o supermercado	92	24,6	57,2		2,8	
Muito maior que o supermercado	7	1,9	51,2		2,4	
Não sabe avaliar	10	2,7	50,2		2,6	

Rotulagem e certificação são importantes						
Sim	300	80,2	50,6	H = 1,34; p = 0,51	2,7	H = 2,06; p = 0,36
Não	69	18,4	52,2		2,7	
Não sabe avaliar	5	1,3	51		3,4	
Embalagem e apresentação são adequados						
Sim	303	81	54,3	H = 0,42; p = 0,80	2,7	H = 0,83; p = 0,66
Não	10	2,7	51,3		3	
Em parte	61	16,3	53,4		2,6	

Fonte: os autores (2021). n: amostra (374); p: significância estatística; U: Teste de Mann-Whitney; H: teste de Kruskal-Wallis.

Observou-se correlação positiva e significativa entre a idade dos consumidores e a frequência de compra nas feiras livres ($r_s = 0,11$; $p = 0,04$). O total de pessoas residentes no domicílio e o total de menores no domicílio não apresentaram correlação com a frequência de compras nas feiras livres ($p > 0,05$).

As variáveis sexo, cor autodeclarada, estado civil, município de residência, escolaridade, renda familiar mensal e frequência de compras nas feiras livres não apresentaram associações significativas ($p > 0,05$) com a percepção de que alimentos sem agrotóxicos são importantes, confiança na qualidade dos alimentos adquiridos nas feiras livres, preocupação com a presença de agrotóxicos nos alimentos, confiança de que os alimentos orgânicos são realmente orgânicos, avaliação de preços, importância da rotulagem e certificação dos alimentos e adequação e apresentação das embalagens dos alimentos. A única exceção verificada foi a associação significativa entre a renda familiar mensal com a percepção de adequação e apresentação das embalagens dos alimentos em feiras livres ($X^2 = 19,3$; $p = 0,01$).

Verificou-se associação significativa ($X^2 = 9,9$; $p = 0,07$) entre a importância de alimentos sem agrotóxicos e a preocupação com a presença de agrotóxicos nos alimentos. Também foi verificada associação significativa ($X^2 = 100,2$; $p < 0,001$) entre a confiança na qualidade dos alimentos comercializados nas feiras livres e a confiança de que os alimentos orgânicos são realmente orgânicos. Ainda, a confiança na qualidade dos alimentos comercializados nas feiras livres apresentou associação significativa ($X^2 = 16,3$; $p = 0,003$) com a adequação e apresentação das embalagens dos alimentos.

A preocupação com a presença dos agrotóxicos nos alimentos apresentou associação significativa ($X^2 = 11,3$; $p = 0,02$) com a percepção de importância de rotulagem e certificação dos alimentos. A percepção de importância de rotulagem e certificação dos alimentos apresentou associação significativa ($X^2 = 10,5$; $p = 0,003$) com a percepção de adequação e apresentação das embalagens dos alimentos.

As feiras livres localizadas na área central da cidade são as mais frequentadas, segundo o relato dos consumidores, sendo que as duas feiras livres situadas nesta área são maiores e têm melhor estrutura física se comparadas com as outras cinco feiras livres distribuídas nos bairros. Nas feiras centrais circulam mensalmente maior número de pessoas e a oferta de produtos é maior se comparada às dos bairros (Chapecó, 2021). Radomsky e Ávila (2018) destacam que a localização central das feiras livres contribui para o vasto volume de consumidores por estarem próximas

às grandes avenidas e por ter maior fluxo de transporte coletivo. Corona, Vasques e Godoy (2018) já apontavam que as feiras livres centrais de Chapecó são as mais antigas e dispõem de melhor estrutura para atendimento aos consumidores. Por outro lado, a centralização das feiras colabora para a formação dos chamados desertos alimentares em que a periferia fica desassistida pela oferta e acesso aos alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar (Larsen; Gilliland, 2008).

Michelam *et al.* (2020) ponderam que as cidades inteligentes e sustentáveis são atualmente vistas como o futuro e que o modelo de desenvolvimento urbano baseado no conhecimento (DUBC) pode contribuir ao oferecer uma abordagem multidimensional e integrada para o planejamento urbano estratégico que inclui a implementação de tecnologias urbanas, desenvolvidas para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a eficiência dos serviços. Nesse sentido, a aproximação das feiras livres aos consumidores poderia passar por transformações estratégicas de planejamento urbano.

Quanto aos motivos que levam os consumidores a adquirirem os alimentos em feiras livres, destacam-se: qualidade dos alimentos (71,9%), alimentos frescos (63,4%), alimentos orgânicos (43,8%) e confiança na origem dos alimentos (43,3%) (Quadro 1).

Estes resultados concordam com Fante *et al.* (2020) que verificaram semelhantes razões que levam os consumidores a comprar em feiras livres, destacando os alimentos orgânicos e frescos, tradição e preços, assim como Brandão *et al.* (2015) que identificaram que a qualidade dos vegetais e a tradição de comprar em feiras eram os principais motivos. Os motivos para comprar em feiras livres são diversos, mas a qualidade do alimento atrelada à saúde se destaca. Kiyota *et al.* (2021) verificaram, em Pato Branco, PR, que os consumidores adquirem alimentos orgânicos em feiras livres pela saúde que estes alimentos podem propiciar à família. Verifica-se no estudo que os consumidores, embora não confiem plenamente na qualidade dos alimentos, ainda assim inferem qualidade maior daqueles das feiras em relação aos adquiridos em outros lugares.

Para 38,5% dos consumidores, resíduos de agrotóxicos nos alimentos “são prejudiciais à saúde”, 16% relataram que, “com o passar do tempo, os agrotóxicos causam doenças” e, para 9,1%, “é preocupante, errado e ruim” (Quadro 1). Para a maioria dos consumidores, as percepções foram negativas em relação aos agrotóxicos nos alimentos. As percepções dos consumidores são únicas e expõem que a maioria tem conhecimento de que agrotóxicos em alimentos prejudicam a saúde. De maneira mais aprofundada, a literatura científica aponta que os agrotóxicos estão relacionados com doenças como câncer, infertilidade, autismo, mal de Parkinson, doença de Alzheimer, agem como disruptores endócrinos e provocam alteração da microbiota intestinal (Pignati, 2012; Samsel; Sanneff, 2013; Carneiro *et al.*, 2015; Inca, 2015; Hess, 2017; Iarc, 2017).

Sobre as sugestões de melhorias nas feiras livres, para 48,9% dos participantes “está bom assim”, para 14,2% “precisa haver maior variedade de alimentos” e para 13,9% é necessário “melhorar o acesso, estacionamento e estrutura física, tornar as feiras livres um espaço de convivência social e acesso aos alimentos saudáveis”. Outras categorias menos frequentes foram relatadas (Quadro 1). Os participantes se dividem quanto às percepções acerca da estrutura das feiras livres. Vasques (2016) identificou que a variedade e a dinâmica de cada feira estão diretamente ligadas à estrutura física e à demanda por parte dos consumidores. Enfatiza ainda

que, enquanto nas feiras do centro da cidade a estrutura é adequada, as feiras dos bairros, em geral, estão significativamente fragilizadas, refletindo na demanda e, conseqüentemente, na variedade dos produtos comercializados.

Michelon, Molina e Costa (2009) verificaram que uma das principais falhas detectadas por consumidores de feiras livres de Paçandu, PR, estava relacionada à irregularidade de oferta de produtos diferenciados, principalmente no que tange à oferta de produtos orgânicos. A pouca variedade de alimentos oferecida é uma realidade que atinge todas as feiras livres, pois depende da produção sazonal, fato que limita a variedade de alimentos para a comercialização. A escassez de variedade de alimentos orgânicos em uma região pode ser suprida por outra região que esteja produzindo, desta forma a troca de produtos entre os produtores com certificação pode superar esta lacuna.

Quadro 1. Expectativa, preços e sugestões dos consumidores acerca dos alimentos vegetais *in natura* (hortaliças e frutas) comercializados em feiras livres de Chapecó/SC, 2021

<p>Motivo pelo qual adquire alimentos em feiras livres (n= 374; 100%):</p> <p>Qualidade (n= 269; 71,9%); Alimentos frescos (n= 237; 63,4%); Orgânicos (n= 164; 43,8%); Confiança (n= 162; 43,3%); Preço (n= 87; 23,5%); Proximidade do local em que reside e comodidade (n=4; 1,1%); Apoio ao agricultor familiar e valorização da feira (n=3; 0,8%).</p>
<p>Percepções sobre resíduos de agrotóxico em alimentos vegetais <i>in natura</i> (n=374; 100%): “Agrotóxicos são prejudiciais à saúde” (n= 144; 38,5%); “Com o passar do tempo os agrotóxicos causam doenças” (n= 60; 16,0%); “É preocupante, errado e ruim” (n= 34; 9,1%); “É um mal necessário para melhorar a produção, mas faz mal à saúde” (n= 28; 7,5%); “Não deveria existir” (n= 26; 6,9%); “Os alimentos deveriam ser livres de agrotóxicos” (n= 15; 4,0%); “Causam câncer” (n= 11; 3,0%); “É importante fiscalizarem a quantidade de agrotóxicos que utilizam na produção dos alimentos” (n= 9; 2,4%); “Deveria existir outra maneira de produzir” (n= 9; 2,4 %); “O excesso de agrotóxicos prejudica à saúde” (n= 9; 2,4%); “São venenos e podem fazer mal à saúde” (n= 8; 2,1%); “Não faz diferença se utilizam” (n= 8; 2,1%); “Não se sabe a quantidade que tem nos alimentos” (n=6; 1,6%); “Má qualidade de vida” (n=5; 1,3%); Não opinaram (n= 5; 1,3%).</p>
<p>Sugestões para melhorias das feiras livres (n=374; 100%):</p> <p>“Está bom assim” (n= 183; 48,9%); “Precisa maior variedade de alimentos” (n= 53; 14,2%); “Melhorar o acesso, estacionamento e estrutura física, tornar as feiras livres em um espaço de convivência social e acesso a alimentos saudáveis” (n= 52; 13,9%); “Usar embalagens recicláveis e especificar no rótulo a procedência do alimento” (n= 28; 7,5%); “Preços mais acessíveis” (n= 25; 6,7%); “Certificação, maior frequência de funcionamento das feiras livres, aceitar cartão de crédito, fiscalização e balanças calibradas” (n= 20; 5,3%); “Melhorar a exposição dos alimentos, protegê-los do sol” (n= 16; 4,3%); “Mais feirantes e melhor atendimento” (n= 14; 3,7%); “As feiras deveriam vender somente alimentos orgânicos produzidos pela agricultura familiar” (n= 12; 3,2%); “Aumentar a divulgação” (n= 9; 2,4%); “Padronização e identificação visual das barracas, deixar claro quem são de produção orgânicas e quem não é” (n= 8; 2,1%).</p>
<p>Considera importante estar explícito no rótulo da embalagem dos vegetais <i>in natura</i> que adquire nas feiras livres (n= 374; 100%):</p> <p>Procedência dos alimentos, localidade onde foi produzido (n= 290; 77,5%); Se foi utilizado agrotóxicos no cultivo, armazenamento e transporte e quais agrotóxicos foram utilizados (n= 237; 63,4%); Se é de produção da agricultura familiar (n= 221; 59,1%); Modo de cultivo orgânico ou não (n= 219; 58,5%); Se é de produção sustentável com cuidados ao meio ambiente (n= 195; 52,1%); Se é produto transgênico (n= 119; 31,8%).</p>

Fonte: os autores (2021).

4 | CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou que considerável parcela dos consumidores das feiras livres de Chapecó não confia totalmente na qualidade dos alimentos convencionais quanto aos níveis de agrotóxicos que possam estar presentes e nem nos orgânicos como autênticos. Salienta-se a necessidade em estabelecer a confiança entre produtores e consumidores, pois os consumidores se dividem quanto à percepção de segurança dos alimentos comercializados nas feiras. Nesse sentido, o selo de acreditação de produto orgânico tem o potencial de aumentar a confiança dos consumidores nos alimentos que adquirem nas feiras livres.

Por outro lado, os consumidores das feiras livres chapecoenses preferem adquirir alimentos nesses espaços, ainda que não haja a garantia formal de segurança dos alimentos quanto ao modo de produção e uso de agrotóxicos. Buscam nas feiras livres alimentos *in natura*, que remonta sua conexão com a agricultura e o modo simples de viver e de se nutrir. Nesse sentido, a agricultura familiar tem a missão de manter a sustentabilidade das feiras livres com a oferta de alimentos que culturalmente o consumidor busca consumir.

As feiras livres são espaços tradicionais e, sobretudo, movimentam a economia urbana com a oferta de alimentos promotores da saúde. Dessa forma, políticas públicas municipais precisam contemplar os produtores e os consumidores, reconhecendo as feiras livres como equipamentos de segurança alimentar e nutricional que ofertam alimentos de qualidade. ■

Recebido em: 24-05-2023

Aceito em: 18-07-2023

REFERÊNCIAS

- ANTONIOLLI, Marines Amábile; COPATTI, Anieli da Costa; RIPKE, Marcia Orth; RADUNZ, Amanda Fabres Oliveira; LUTINSKI, Junir Antonio; BUSATO, Maria Assunta; CORRALO, Vanessa da Silva. Comunicação entre profissionais de saúde e imigrantes haitianos: uma experiência de aproximação ensino-serviço para redução de vulnerabilidades em tempos de pandemia. In: BUSATO, Maria Assunta; LUTINSKI, Junir Antonio (Org.). *Epidemiologia Socioambiental em Tempos de Covid-19*. Chapecó: Argos, 2022.
- ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos –PARA*. Relatório das amostras analisadas no período de 2017-2018, Primeiro ciclo do plano plurianual 2017-2020. Brasília: Agência Geral de Toxicologia, 2019.
- BIMBO, Francesco; BONANNO, Alessandro; NARDONE, Gianluca; VISCECCHIAD, Rosaria. *The Hidden benefits of short food supply chains: Farmers' markets density and body mass index in Italy*. *International Food and Agribusiness Management Review*(IFAMA), v. 18, n. 1, p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://www.ifama.org/resources/Documents/v18i1/Bimbo-Bonanno-Nardone.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.
- BRANDÃO, Antonio de Amorim; COSTA, Cândido Alves da; GALIZONI, Flávia Maria; CAVALCANTE, Thâmara Figueredo Menezes; NEVES, Agatha Corrêa. Perfil socioeconômico dos consumidores de hortaliças em feiras livres na microrregião de Januária. *Revista Horticultura Brasileira*, v. 33, n. 1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/hb.v33i01.126>
- BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2006a.
- BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional*. Diário Oficial da União, Brasília, 2006b.
- BRASIL. *Guia Alimentar Para a População Brasileira*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2.ed. Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Segurança dos alimentos, responsabilidade de todos! Dia mundial da segurança dos alimentos*. Assembleia geral das Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/07-6-seguranca-dos-alimentos-responsabilidade-de-todos-dia-mundial-da-seguranca-dos-alimentos/#nav>. Acesso em: 17 de abr. 2023.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira; RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos. *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015.
- CHAPECÓ. Prefeitura municipal de Chapecó. *Plano Municipal de Saúde*. Gestão 2018-2021, 2017.
- CHAPECÓ. *Prefeitura Municipal de Chapecó*. Sedema. 2021.
- CORONA, Hieda Maria Pagliosa; VASQUES, Samuel Tafernaberri Vasques; GODOY, Wilson Itamar. Dinâmicas socioeconômicas dos feirantes agricultores familiares de Chapecó (SC). *Revista Redes*, v. 23, n. 1, p. 237-261, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.10532>
- COSTA, Danielle Martins Duarte; ANDRADE, Diego César Terra de; FELIPE, Samara Luis. Análise do comportamento dos consumidores de feiras livres na microrregião de Formiga (MG). *Revista Agrogeoambiental*, v. 8, n. 4, p. 33-45, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18406/2316-1817v8n42016870>
- CRUZ, Maria Sirlene da; RIBEIRO Eduardo Magalhães; PERONDI, Miguel Angelo; ARAUJO, Alexandre Moura; MALTEZ, Marcos Antonio Pereira da Fonseca. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Valo do Jequitinhonha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, n. Especial, e245926, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245926>

- EIPAGRI. *Focus Group Innovative Short Food Supply Chain Management*. Final Report. Nov. 2015. Disponível em: https://ec.europa.eu/eip/agriculture/sites/default/files/eip-agri_fg_innovative_food_supply_chain_management_final_report_2015_en.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Embrapa Hortaliças. Comunicado Técnico. *Tipos de alfaces cultivados no Brasil*. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/783588/1/cot75.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Boas práticas agrícolas na produção de alimentos*. Brasília: Embrapa transferência de tecnologia. Série qualidade e segurança dos alimentos, 2005. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/854892>. Acesso em 17 abr. 2023.
- EUR-LEX. *Livro Branco sobre segurança alimentar*. Documento 51999DC0719, 2000. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:51999DC0719&from=ES>. Acesso em 17 abr. 2023.
- FANTE, Camila; GALLINA, Luciana Souza; CONFORTIN, Fernanda Grison; LUTINSKI, Junir Antonio. Perfil e preferências dos consumidores de produtos em feiras livres na cidade de Chapecó (SC). *Revista Saúde*, v. 46, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236583441701>
- FAO. *The Estate of Food Security and Nutrition in the World*. Food and Agriculture Organization of the United Nations Chapter I, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639en/online/sofi-2022/introduction.html>. Acesso em 15 ago. 2023.
- GIUCA, Sabrina. *Conoscere la filiera corta*. In: GIARÉ, Francesca.; GIUCA, Sabrina (Org.). *Agricoltori e filiera corta: profili giuridici e dinamiche socioeconomiche*. Roma: INEA, p. 1130, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263297732_Agricoltori_e_filiera_corta_Profili_giuridici_e_dinamiche_socio-economiche. Acesso em: 22 set. 2023.
- GONÇALVES, Juliana; MASCARENHAS, Thais. Grupo de consumo responsável no Brasil: aproximando consumidores e produtores em redes agroecológicas e solidárias. In: PEREZ-CASSARINO, J; TRICHES, R. M; BACCARIN, J. G; TEO, C. R. P. A. (Org.). *Abastecimento Alimentar Redes alternativas e Mercados Institucionais*. Chapecó: Editora UFFS, edições Uni-CV, 2018.
- HAMMER, Ø.; HARPER, D. T. A.; RYAN, P. D. *Past*: Paleontological statistics software package for education and data analysis. Versão 1.37, 2001.
- HESS, Sonia Corina. *Ensaio sobre poluição e doenças no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões, 2018.
- HUPFFER, Haide Maria; POL, Jeferson Jeldoci. O direito de escolha do consumidor e a necessária informação sobre alimentos com agrotóxicos. *Revista NOMOS*, v. 37, n. 2, p. 41-67, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30501/1/2017_art_hmhupffer.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.
- IARC. International Agency for Research on Cancer. World Health Organization. IARC monographs on the evaluation of carcinogenic risks to humans. *Some organophosphate insecticides and herbicides*, v. 112, 2017. Disponível em: <https://www.iarc.who.int/wp-content/uploads/2018/07/MonographVolume112-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Brasil em Síntese. Cidades*, 2020.
- IBM CORP. *IBM SPSS® Statistics for Windows, Version 22.0*. Armonk, NY: IBM Corp, 2013.
- INCA. Instituto Nacional do Câncer. *Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos agrotóxicos*. Brasília, nota técnica n. 010, 2015. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/notas-tecnicas/posicionamento-do-inca-acerca-dos-agrotoxicos>. Acesso em: 03 fev. 2023

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Demanda crescente estimula a produção orgânica no Brasil e no mundo*, 2020. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/noticia/ipea-producao-global-de-organicos-aumentou-11-entre-2000-e-2017/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

JAIME, Patrícia Constante. *Políticas públicas de alimentação e nutrição*. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

KIYOTA, Norma; TOMAZINI, Cecília Eduarda Gnoatto; QUINAGLIA, Giovana Diniz Pinto; PILATTI, Gabriela. Relações de confiança nas feiras livres de produtos orgânicos e artesanais dos bairros de Pato Branco-PR. *Revista Grifos-Unochapecó*, v. 30, n. 54, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5914>.

LARSEN, Kristian; GILLILAND, Jason. Mapping the evolution of 'food deserts' in a Canadian city: Supermarket accessibility in London, Ontario, 1961–2005. *International Journal of Health Geography*, v. 7, n. 18, 2008. DOI: [10.1186/1476-072X-7-16](https://doi.org/10.1186/1476-072X-7-16)

LOPES. Lariane Hartmann. *Feiras livres em Florianópolis – SC: práticas sustentáveis na comercialização de frutas, legumes e verduras in natura*. 2014. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MALUF, Renato Sérgio. Abastecimento alimentar, inflação de alimentos e o contexto urbano no Brasil. In: MALUF, Renato Sérgio; FLEXOR, Georges (Org.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MALUF, Renato Sérgio. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 4, e238782. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238782>

MALUF, Renato Sérgio; REIS, Márcio Carneiro dos. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (Org.). *Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MAZARO, Bruna Dalcol; DALBIANCO, Vinicius Piccini. *Preferências do consumidor da feira livre de Dom Pedrito*. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão e Inovação do Agronegócio) – Universidade Federal do Pampa, Dom Pedrito, 2017. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/4437/1/BRUNA%20DALCOL%20MAZARO.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MICHELAM, Larissa Diana; CORTESE, Tatiana Tucunduva Philippi; YIGITCANLAR, Tan; VILS, Leonardo. Knowledge-based urban development as a strategy to promote smart and sustainable cities. *Journal of Environmental Management & Sust.*, v. 9, n. 1, p. 1-19, e18740, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5585/geas.v9i1.18740>

MICHELLON, Ednaldo; MOLINA, Simone Correa; COSTA, Thiago Ribeiro. Feira do produtor rural pela visão dos consumidores. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 6., Maringá, 27-30 de outubro de 2009. *Anais...* Maringá: Cesumar, 2009. Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2009/wp-content/uploads/sites/77/2016/07/simone_correia_molina.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023

NASCIMENTO, Shirley Grazielli da Silva; HANKE, Daniel; ÁVILA, Mariana Rockenbach de; ROSA, Manoel Alex Tâmara da; VARGAS, Damaris. Percepções sobre consumo e produção de alimentos: uma análise na feira livre de Dom Pedrito-RS. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável*, v. 10, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21206/rbas.v10i1.8164>

NEVES, Wânia dos Santos; RODRIGUES, Edvirges Conceição. Mercado e preferência de consumo de produtos sem agrotóxicos. In: SOUSA, Carla da Silva; LIMA, Francisco de Sousa; SABIONI, Sayonara Cotrim (Org.). *Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável*. Guarujá: Científica digital, 2021. DOI: [10.37885/978-65-87196-94-7](https://doi.org/10.37885/978-65-87196-94-7)

OLIVEIRA, Maurício Souza de; LIMA, José Raimundo de Oliveira. Feiras livres: uma manifestação natural e espontânea de economia popular e solidária. XV SEMANA DE ECONOMIA DA UESB – A conjuntura econômica atual e os desafios ao desenvolvimento, 15., Feira de Santana, 2017. *Anais...* Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/semana_economia/2016/?pagina=aprovados. Acesso em: 23 fev. 2023.

PIGNATI, Wanderlei. Os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 1., Curitiba, 2012. *Anais...* Curitiba: Fórum estadual de combate aos agrotóxicos do Paraná, 2012. Disponível em: https://meioambiente.mppr.mp.br/arquivos/File/EFEITO_DOS_AGROTOXICOS_PIGNATI.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; ÁVILA, Michele Leão de Lima. Riscos, qualidades e sociabilidades em feiras: a perspectiva de feirantes em dois espaços de comercialização em Porto Alegre, RS. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 17, n. 32, p. 80-99, 2018. DOI: <https://doi.org/10.48075/revistacsp.v17i32.16048>

RENK, Arlene. *A colonização do oeste catarinense: As representações dos brasileiros. Cadernos do CEOM*, v. 5, n. 7, 1991.

RIBEIRO, Natália Ruza; MARTINS, Brenda Xavier; MARQUES, Nadine Piller Albino; CAMPOS, Isabel Cristina Soares; FIGUEIREDO, Priscila Cintra; BINOTI, Mirella Lima. Satisfação e perfil socioeconômico e demográfico dos consumidores das feiras livres de Juiz de Fora-MG. *Caderno Saúde Coletiva*, v. 30, n. 3, p. 431-438, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230030046>

RIPKE, Marcia Orth; CORRALO, Vanessa da Silva; LUTINSKI, Junir Antonio. Safety of foods sold in street fairs: analysis of pesticide residues in lettuce (*Lactuca sativa* L.) *Brazilian Journal of Environmental Sciences*, v. 57, n. 3, p. 467-476, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z2176-94781376>

SAMSEL, Antoni; SANEFF, Stephanie. Glyphosate's suppression of Cytochrome P450 enzymes and amino acid biosynthesis by the gut microbiome: pathways to modern diseases. *Entropy*, v. 15, n. 4, p. 1416-1463, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3390/e15041416>

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. *Plano Estadual de Saúde 2020-2023*. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/planejamento-em-saude/instrumentos-de-gestao-estadual/plano-estadual-de-saude>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (Org.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SILVA, Juliana Sales; MELO, Vicente Francisco Sales; MELO, Sônia Rebouças da Silva. Selo de certificação de produto orgânico: o consumidor se importa? *Revista Alcance*, v. 23, n. 4, p. 513-528, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14210/alcance.v23n4>

SILVA, Monica Nardini da; CECCONELLO, Samanta Tolentino; ALTEMBURG, Shirley Grazieli Nascimento; SILVA, Fernanda Novo da; BECKER, Cláudio. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. *Revista Espacios*, v. 38, n. 47, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SILVEIRA, Vitor Cardoso; OLIVEIRA, Emilly Santi; MARIANI, Milton Augusto; SILVEIRA, Natália Fernandes. Avaliação da importância das feiras livres e a forma de comercialização adotada pelos feirantes na cidade de Nova Andradina – MS. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO – EIGEDIN, 1., Naviraí, MS, 2017. *Anais...* Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4288>. Acesso em: 17 abr. 2023.

VASQUES, Samuel Tafernaberi. *Dinâmicas socioeconômicas na prática dos feirantes agricultores familiares de Chapecó-SC*. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

VERONA, Luiz Augusto Ferreira; DIZ, Osmar Mosca; HEMP, Silmar; NESI, Cristiano Nesi. O perfil dos consumidores de produtos orgânicos da feira da cidade de Chapecó-SC. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/8644>. Acesso em: 15 abr. 2023.

WATANABE, Maria Aico; LUIZ, Alfredo José Barreto; ABREU, Lucimar Santiago de. Preços de hortifrutis convencionais e orgânicos em feiras livres e supermercado de Barão Geraldo, Campinas, SP, Brasil. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER: Transformações recentes na agropecuária brasileira. Desafios em gestão, Inovação, sustentabilidade e inclusão social*, 56., 2018. *Anais... Sober*, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/191905/1/2018AA49.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

WHO. World Health Organization. *Diet, Nutrition and the Prevention of Chronic Diseases*. Report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation. Geneva. (WHO Technical Report Series, 916). 2003. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42665/WHO_TRS_916.pdf;jsessionid=6CCC1360C36B7B69F4DEE700B14563E0?sequence=1. Acesso em: 17 abr. 2023.

A DANÇA-DO-LUGAR COMO PRÁTICA PARA UMA FENOMENOLOGIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

LUIZ TIAGO DE PAULA

Faculdade Sesi de Educação

luiz.tiago@faculdadesesi.edu.br

EDUARDO JOSÉ MARANDOLA JUNIOR

Universidade Estadual de Campinas

ejmjr@unicamp.br

RESUMO

O presente trabalho se trata de um ensaio metodológico em pesquisas sobre os espaços públicos urbanos em Geografia. Utilizamos o conceito de dança-do-lugar (*place-ballet*), proposto por David Seamon, a fim de explorar a potência da abordagem fenomenológica como instrumento de investigação. Essa perspectiva da fenomenologia se revela importante, especialmente, por colocar as experiências cotidianas destes lugares como elemento essencial à compreensão das mudanças ocorridas na urbe contemporânea. Para isso, fazemos uma discussão epistemológica sobre a relação entre os conceitos de território e lugar à luz do lastro teórico da Geografia Humanista Cultural, com intenção de sugerir uma possibilidade prático-metodológica em trabalhos de campo às pesquisas qualitativas que envolvem a Geografia e os espaços públicos urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia; Experiência; Corporeidade; Trabalho de Campo; Geografia Humanista Cultural.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

THE *PLACE-BALLET* AS PRACTICE FOR A PHENOMENOLOGY OF URBAN PUBLIC SPACES

ABSTRACT

This article is a methodological essay in urban public spaces research in Geography. We use the concept of *place-ballet*, proposed by David Seamon, in order to explore the potential of the phenomenological approach as an instrument of investigation. This perspective of phenomenology proves to be important, especially because it places the everyday experiences of these places as an essential element in understanding the changes that have occurred in the contemporary city. Therefore, we carry out an epistemological discussion on the relationship between the concepts of territory and place in light of the theoretical basis of Cultural Humanist Geography, intending to suggest a practical-methodological possibility in fieldwork and qualitative research involving geography and public urban spaces.

KEYWORDS: Methodology; Experience; Corporeity; Fieldwork; Cultural Humanist Geography.

EL BAILE-DEL-LUGAR COMO PRÁCTICA PARA UNA FENOMENOLOGÍA DE LOS ESPACIOS PÚBLICOS URBANOS

RESUMEN

Este trabajo es un ensayo metodológico en la investigación de los espacios públicos urbanos en Geografía. Utilizamos el concepto de baile del lugar, propuesto por David Seamon, para explorar el poder del enfoque fenomenológico como herramienta de investigación. Esta perspectiva de la fenomenología se muestra fundamental, sobre todo para dar cuenta de las vivencias cotidianas de estos lugares como elemento fundamental para comprender los cambios que se han producido en la ciudad contemporánea. Por lo tanto, realizamos una discusión epistemológica sobre la relación entre los conceptos de territorio y lugar, a partir del legado teórico de la Geografía Humanista Cultural, con la intención de sugerir una posibilidad metodológica en el trabajo de campo en la investigación cualitativa sobre espacios públicos urbanos en Geografía.

PALABRAS CLAVE: Metodología; Experiencia; Corporeidad; Trabajo de Campo; Geografía Humanista Cultural.

1 | INTRODUÇÃO

Há uma longa tradição de estudos em torno do conceito de espaço público, desde aqueles associados à Filosofia Política até as disciplinas que envolvem as áreas de Sociologia, Arquitetura, Urbanismo, Antropologia e Geografia. Os temas e perspectivas são polissêmicos e podem variar de análises que compreendem os espaços públicos como a própria extensão da esfera pública – incluindo o domínio dos processos propriamente políticos, das relações de poder e das formas assumidas por estas nas sociedades contemporâneas (Castro, 2013) – a concepções do espaço público como conjunto de lugares urbanos que, de modo associado a infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida cívica nas cidades.

Diante desse longo espectro que transversaliza muitas disciplinas, campos e acepções da ideia de espaço público, torna-se desafiador circunscrever em uma única definição “o que é” o espaço público.

Todavia, é necessário pontuar de qual acepção de espaço público buscamos nos aproximar, a fim de precisarmos conceitualmente os objetivos do presente artigo: utilizar o conceito de dança-do-lugar (*place-ballet*) como possibilidade para a construção de uma prática fenomenológica de investigação dos espaços públicos urbanos nas ciências humanas e, especialmente, na Geografia.

Portanto, colocamos em evidência três conceitos que se destacam: (i) espaço público, (ii) fenomenologia como *práxis* e (iii) dança-do-lugar. Visamos construir uma narrativa em várias etapas, que enfrentaremos sequencialmente, para, ao final, defender a potencialidade do conceito de dança-do-lugar como prática de investigação fenomenológica para as pesquisas geográficas dos espaços públicos.

2 | ESPAÇO PÚBLICO NA GEOGRAFIA: DO TERRITÓRIO AO LUGAR

Se assumirmos que não há consenso ou uma definição única que abarque todas as dimensões que podem ser expressas a partir do conceito de espaço público, é preciso reconhecer que isto parece não ter sido um obstáculo para que numerosos estudos fossem desenvolvidos na Geografia do Brasil.

Nas últimas duas décadas, os trabalhos que abordam direta ou indiretamente os espaços públicos em Geografia vêm aumentando substancialmente, portanto, torna-se uma tarefa quase impossível referenciá-los, em sua totalidade, tamanho o volume de artigos, capítulos de livros, projetos temáticos, teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidos. Porém, vale destacar alguns que têm, com frequência, sido utilizados como referências desta série de estudos no Brasil.

Serpa (2007) investigou as manifestações da cultura popular e as representações sociais em espaços públicos nas cidades de Salvador e Viena. O autor já havia analisado aspectos da gestão territorial de parques públicos e as lógicas e diretrizes de políticas públicas para requalificação de áreas urbanas em Salvador (Serpa, 2006), bem como as construções, conflitos e contradições dessas políticas urbanas e a necessidade de políticas públicas participativas.

Este tem sido um dos temas de estudo perenes do autor, na articulação da dialética lefebvriana e merleau-pontiana, porque tem oferecido contribuições significativas referentes às articulações escalares que envolvem as manifestações políticas e culturais no espaço público, da corporeidade à produção do espaço (Serpa, 2013a; 2013b).

Leite (2007) investigou como os processos de *gentrification* alteram os usos e contrausos dos espaços públicos pelas práticas do consumo, especificamente na cidade histórica de Recife, contribuindo para o fenômeno contemporâneo de esvaziamento e morte desses espaços.

Valverde (2007; 2009), a partir de outra ótica, avaliou como atores sociais e as políticas públicas tencionam-se ao disputar aqueles elementos que qualificam os espaços públicos e aquilo que chamou de “multiplicidade das representações sociais”. Seus estudos têm desdobrado diferentes contextos, nos quais a indústria cultural, as disputas políticas e simbólicas e os usos dos espaços públicos desvelam-se a partir da ideia de heterotopia (Valverde, 2015; 2017).

Sobarzo (2006), a partir de uma perspectiva lefebvriana, procurou explicitar como alguns espaços de uso coletivo podem se apresentar como “pseudopúblicos” diante dos processos de produção de uma nova lógica de cidade, associada aos produtos imobiliários como loteamentos fechados, shopping centers e centros empresariais – temas estes referenciados pela clássica obra de Caldeira (2000) sobre os “enclaves fortificados” na cidade de São Paulo.

Vale mencionar ainda o importante projeto de pesquisa de Spósito e Góes (2013), que culminou na publicação de um livro sobre a marginalização dos espaços públicos tradicionais, a insegurança urbana e a fragmentação socioespacial.

Esses trabalhos, bem como tantos outros que se inserem no campo da disciplina geográfica, costumam – pela própria natureza do tema – apresentar atravessamentos interdisciplinares, dialogando com autores e conceitos de outras

áreas do conhecimento. É neste ponto que nos detemos em precisar as implicações que esses diálogos produzem acerca da própria conceituação do espaço público para a disciplina geográfica.

Assim, reiteramos que as pontuações feitas aqui referem-se a estudos brasileiros de autores e referências específicas, as quais não representam a totalidade de abordagens existentes, mas são – ou foram – amplamente utilizados. Uma das discussões muito presentes nas pesquisas geográficas dos espaços públicos, nos últimos anos, partiu da necessidade de se colocar em evidência a dimensão espacial deste conceito frente às análises correntes do tema.

Essas discussões envolvem elementos multiescalares desde a produção dos espaços urbanos contemporâneos nas escalas global e regionais, marcadas pelas desigualdades sociais e econômicas, até suas repercussões à escala local e os problemas vinculados à democratização dos espaços urbanos e o direito à cidade (Lefebvre, 2001).

No Brasil, Gomes (2010), há mais de duas décadas, criticava estudos que compreendiam a noção de espaço público como uma mera metáfora das esferas pública e política, ao valorizar os aspectos formais e estruturais, ignorando a dimensão “concreta” e “espacial” que animam os usos cotidianos dos espaços públicos. Para ele, estudos geográficos devem contribuir para as análises mais ricas e detalhadas sobre a tentativa de colocar o “espaço” como elemento central da investigação.

Na mesma linha, Serpa (2004), ao buscar uma abordagem geográfica dos espaços públicos, procurou compreendê-los como forma e conteúdo, articulando os aspectos da concretude de seus usos àqueles outros relacionados a uma esfera pública urbana. O autor discute a acessibilidade pública dos espaços públicos para além de sua dimensão material, mas também simbólica, da apropriação social que ultrapassaria as questões propostas pelo *design* urbano e dos espaços abertos como ruas, praças, parques, shopping centers e prédios públicos.

Muitos outros trabalhos foram desenvolvidos no campo do conhecimento geográfico, como já citado, cada qual com sua especificidade teórica e epistemológica, procurando, de maneira geral, vincular as categorias analíticas da Geografia – tal como espaço, território, paisagem e lugar – às teorias já consolidadas pela Filosofia e Sociologia Política acerca das esferas social e pública. Essa relação de diálogo entre Geografia e Filosofia Política constitui-se como uma questão central, a qual não se limita aos estudos geográficos, mas norteia grande parte das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais sobre o tema dos espaços públicos.

Ao ter como principais pensadores Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Richard Sennett (Arendt, 2004; Habermas, 2003; Sennett, 2003), os quais possuem ideias muito diferentes entre si (que, contudo, não serão detalhadas neste texto¹),

1 Para Arendt (2000), a distinção entre a esfera da vida privada e a esfera da vida pública corresponderia à existência da esfera da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado grega. Porém, na modernidade, com o advento dos Estados nacionais e da esfera social, esta esfera, a qual, para a autora, não é nem pública e nem privada no sentido restrito do termo, encontra uma forma bem peculiar: a funcionalização da política e a sua transformação em um fato social, em que a ação, o discurso e o pensamento estão fundamentalmente assentados sobre superestruturas, externas ao indivíduo. A crise produzida por essa “funcionalização” da política se aprofundaria com o moderno individualismo. Sennett (1998) também criticou o moderno individualismo, especialmente das classes burguesas do século XIX, ao analisar a expansão da esfera

as análises dos espaços públicos em Geografia e em outras Ciências Humanas e Sociais comumente partem da crise da esfera pública e social como uma poderosa ideia central, ponto em comum entre esses autores.

Nesse ínterim, tornou-se frequente assinalar a decadência da vida pública na experiência social contemporânea. Killian (1998) classifica grande parte da literatura sobre o espaço público como uma *“literature of loss”* (literatura da perda), reproduzindo uma interpretação dos problemas associados à vida urbana e à perda dos valores tradicionais como crise urbana, crise da Modernidade, a qual produziria, em última análise, a impossibilidade da própria experiência, como discutido por Benjamin (Marandola Jr., 2020).

Para Goheen (1998), a partir dessa noção de crise, encontram-se duas interpretações que se destacam mais sobre a significância da vida pública nas cidades modernas. A primeira procederia da premissa já citada de como a esfera pública fora radicalmente desvalorizada, tendo como consequência a diminuição do interesse sobre cidadania em espaços públicos, uma vez que se tenha retirado a participação ativa da população em debates sobre as questões públicas. Para ele, isso expressaria o conflito entre o desenvolvimento do capitalismo (e do individualismo moderno) e a possibilidade dos avanços dos direitos coletivos de cidadania.

A outra interpretação enfatizaria a contínua significância dos espaços públicos como espaços de afirmação política, em que os diferentes grupos de características sociais poderiam alcançar visibilidade pública, buscando reconhecimento e reivindicando demandas sociais.

Essa condição dos espaços públicos como espaços imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida e da opinião pública, no qual deveriam estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade (acessibilidade, segurança, informação e circulação), tem claramente raízes no moderno conceito de democracia e suas imbricações com a vida urbana, um pano de fundo comum aos autores citados (Arendt, Habermas e Sennett). Ao reconhecermos os traços físicos e arquitetônicos que dão forma, por exemplo, a uma praça, um marco cívico ou um largo, atribuímos à materialidade desses espaços uma explícita referência às concepções sociopolíticas situadas no campo da Filosofia Política.

No entanto, para autores como Abrahão (2008), deve-se ressaltar que na esfera do urbanismo, e acrescentaríamos também na Geografia Urbana, a transposição entre os atributos daquilo que o autor denominou de “espaço público político” para os “espaços públicos urbanos” (concretos e materializados) não foi mediada por nenhuma teoria urbana ou geográfica. Ou seja, os projetos e concepções sociopolíticas, por vezes, não apresentam traços de correspondência direta com os usos dos espaços urbanos. Essa constatação levou ao questionamento sobre a origem dessa transposição do “político-ao-material” e à indagação das razões para a assimilação direta e a difusão por uma expressiva parcela de estudiosos dessas áreas.

privada e seu transbordamento para as outras esferas da vida social e política, o que autor classificaria como uma “tirania da intimidade”. Diante dessas crises que envolveriam as esferas política e social, Habermas (2003) argumentou, em outro momento, que o surgimento de uma esfera pública depende de um grupo autoconsciente para exercer, em conjunto, seus direitos dentro de uma esfera política. Para isso, o autor se valeu do desenvolvimento de sua obra para a teoria da ação comunicativa.

Debater a pertinência dessa transposição e demonstrar a sua validade escapa aos propósitos de apenas uma disciplina científica, sendo o problema de natureza essencialmente interdisciplinar, uma vez que as ideias convergem para questões relacionadas às modalidades concretas de gestão, apropriação e uso das ruas, praças e espaços abertos urbanos.

É preciso ter clareza quanto à complexidade na qual se assenta o assunto, porque, especialmente, para o caso da Geografia, disciplina que aborda os espaços públicos a partir de seus próprios conceitos e categorias, torna-se necessário evitar enganos sobre a perigosa e falaciosa cisão entre, de um lado, os estudos a respeito do espaço urbano edificado – o urbanismo – e, de outro, os processos sociais, políticos e de urbanização decorrentes nas cidades (Arantes, 2000).

A Geografia, como já citamos, apresenta-nos a discussão dos espaços públicos à luz de suas próprias categorias analíticas, sendo que, dentre elas, se destacariam claramente os conceitos de território, lugar e talvez, em terceiro plano, a paisagem. Mas gostaríamos de nos deter nos dois primeiros, foco de maiores discussões nos diferentes estudos.

Quanto ao território, para além da acepção institucional, nas últimas décadas, cresceu o número de geógrafos que chamam a atenção para a fluidez da conformação de “outros territórios” (no plural), suas sazonalidades e a natureza de seus recortes temporais e espaciais, abrindo possibilidades de acepções diversas (Claval, 1999; Haesbaert, 2001; 2007). Essa multiplicidade de escalas colocou em evidência “novos” territórios constituídos por agentes que não são necessariamente institucionalizados e que, por vezes, são fundados pelas interações cotidianas das dimensões vivida e simbólica, elementos mais intersubjetivos dessa “porção espacial” (Saquet, 2007; De Paula, 2011).

No caso dos espaços públicos urbanos, há uma jurisdição sobre a qual os domínios legais estabelecem uma soberania, tornando-os territórios institucionalizados sob a normatividade que os regem a partir de valores irreduzíveis, tais como o bem público, o direito público e a ação pública (Arroyo, 2002). No entanto, para esses valores serem estabelecidos, esses espaços públicos necessitam ser ocupados, demarcados e ritualizados mediante a ação humana e social cotidiana.

Esse dado implica não apenas compreender os espaços públicos pelas suas extensões e limites geográficos legalmente reconhecíveis, tais como aqueles elementos pressupostos sobre sua territorialidade formal e institucional, mas também significa abordá-los a partir de uma perspectiva que os reconheça como centralidades simbólicas que oferecem referência e identidade social, ou seja, os reconheçam como lugares.

O lugar pode ser considerado um espaço delimitado pela experiência humana, fenomênica e circunstancial (Buttimer, 1985; Holzer, 1999, 2003; Oliveira, 2012). Ele pode ser constituído por experiências tanto marcadas pela pausa, comunhão, estabilidade e segurança (Tuan, 2012; 2013) quanto produzidas pelo movimento e transitoriedade (Marandola Jr., 2012). Enquanto fenômeno, o lugar é flexível na medida em que é um conceito e, ao mesmo tempo, uma parte imediatamente aparente da realidade, sendo seu conhecimento um simples fato da experiência (Luckermann, 1964; Holzer, 2003).

Torna-se, portanto, fundamental ressaltar que os espaços públicos, concebidos geograficamente, seja em suas dimensões formais/institucionais, seja em suas dimensões experienciais/simbólicas, são, a um só tempo, territórios e lugares. Há claramente um desafio a enfrentar a partir de uma construção epistemológica na Geografia, quando se afirma que os espaços públicos são exatamente o contrário dos territórios (Serpa, 2013a).

Se, por um lado, os espaços públicos são espaços de encontro, copresença, convívio e diversidade, pelo outro, eles também são territórios demarcados como microcosmos de segregações, disputas, exclusões, fronteias e hierarquizações. Talvez essa seja a própria condição contraditória dos espaços públicos contemporâneos: convívio e conflito.

Autores como Andrade e Baptista (2015) sugerem que uma visão idealista dos espaços públicos urbanos² tem sido relativizada. O conceito de território e seu teor que enfatiza as diferenças entre classes sociais pode significar menos diversidade social, mas não necessariamente a morte e esvaziamento destes espaços. Por exemplo, segundo Salcedo Hansen (2002), muitos grupos socialmente abastados, ao serem indesejáveis às classes hegemônicas, sempre foram mantidos à distância porque os espaços públicos foram abandonados por essas classes; eles se tornaram mais abertos em relação aos grupos sociais, raciais, sexuais, de gênero, dentre outros, geralmente marginalizados.

Não por menos, trabalhos como o de Costa e Bernardes (2013), em que os autores abordam as microterritorialidades de convivências homoafetivas em espaços públicos urbanos, podem servir de exemplo. Eles atentam para as relações e estratégias desses grupos que fortalecem a ideia de espaços públicos enquanto territórios de visibilidade e reafirmação da necessidade de diversidade e tolerância, ao mesmo tempo em que estes mesmos territórios possibilitam um “[...] fluir de autenticidades de diferentes atores sociais” (Costa; Bernardes, 2013, p. 258). Fica evidente, portanto, que o espaço público para a Geografia oscila ora para o território, ora para o lugar.

Berdoulay (2011) enfatiza que a ideia de território se encontra em crise, uma vez que as tensões vividas tanto pelas territorialidades contemporâneas quanto por aquelas ligadas às crises da modernidade requerem um questionamento das acepções clássicas do próprio conceito de território. Para o autor, em tempos de pós-modernidade, fluidez e rupturas das identidades, alguns estudos preocupam-se com o “devir” dos espaços públicos, no qual se pressupõe que se construa a democracia, frequentemente com uma visão um pouco nostálgica. No contexto da flexibilização das identidades coletivas e a emergência de sujeitos, uma das alternativas para superar essa dualidade entre essas novas identidades e o espaço público seria a noção de lugar, uma vez que seu horizonte conceitual possui um caráter imaterial.

Enquanto lugar, segundo Berdoulay (2011), o espaço público não existe apenas materialmente, mas como um acontecimento, uma circunstância. A construção das identidades coletivas, as quais pressupõem os espaços públicos

2 Inspirados pelas ideias de Tonkiss, Andrade e Baptista (2015, p. 143) demonstram como os planos ideais das discussões sobre o espaço público são devedores da visão habermasiana de esfera pública e se sustentam sobre o ideal de igualdade de acesso, “mas a vida real dos espaços públicos sugere-nos que estes não são apenas constituídos em termos de acesso, mas também são organizados através de formas de controle e exclusão”.

como territórios políticos de confrontos, seria colocada em suspensão para se abrir a possibilidade de avaliar a dimensão narrativa desses lugares, a polifonia de discursos coexistentes que apresentam diferentes facetas destes territórios efêmeros enquanto lugares.

Holzer (2013), mesmo sem se deter especificamente aos espaços públicos, procura enfrentar essa oscilação conceitual entre lugar e território (ou microterritorialidade) na Geografia Humanista por uma “terceira via”. A partir de uma orientação fenomenológica, o autor argumenta que os lugares são construídos e compartilhados a partir de experiências que pertencem desde as dimensões mais subjetivas e solitárias de um indivíduo até as relações geográficas mais interativas e coletivas.

Nesse sentido, a ideia central de sua argumentação é de que, se a essência do território é a fronteira, o limite, ou seja, a expressão primária da microterritorialidade, é o lugar e a sua constituição. Dessa forma, para estudar os microterritórios, seria necessário, para o autor, estudar antes os lugares. Veremos que essa abordagem humanista e fenomenológica em Geografia vem ganhando força para estudos que se debruçam sobre o conceito de lugar, movimento acadêmico e intelectual sem o qual o presente artigo talvez tivesse menos chances de ser apresentado.

3 | INVESTIGANDO FENOMENOLOGICAMENTE OS ESPAÇOS PÚBLICOS: A DANÇA-DO-LUGAR

A literatura existente acerca das relações entre Fenomenologia e Geografia está repleta de avisos sobre as dificuldades de se trabalhar com uma conceituação da Fenomenologia ou explicações claras sobre seu método. Isto ocorre porque existem várias fenomenologias que, segundo Pickles (1985), variam desde as obras de Becker, Conrad-Martius, Stein, Hartmann, Heidegger e Ingarden, passando por obras de fenomenologistas como Jaspers, Merleau-Ponty, Pfänder, Sartre, Schütz, Ricoeur, entre outros. Até mesmo a fenomenologia husserliana, primeiro projeto do que se reconhece atualmente como Fenomenologia, foi concebida como um projeto inicial, o qual o próprio Husserl (1986) chamou de uma série de “introduções” ou recomeços. Nesse contexto de fragmentos e descontinuidades, vale perguntar: qual seria a essência ou o elo entre todas essas fenomenologias? E quais seriam sua contribuição aos métodos de pesquisa em Geografia?

Para autores como Moran (2000) e Dartigues (2005), a essência da Fenomenologia, mais do que em seus métodos, está associada à sua base humanista, que tem claramente o sentido de propor uma reconciliação entre a ciência moderna e as experiências da vida humana e a reformulação de outra ciência, tal como prescrevia Husserl, em seu tratado de 1936, “Crises das ciências europeias e a fenomenologia transcendental” (Husserl, 2012). Entre os pensadores e orientações da Fenomenologia, o conceito de mundo-da-vida (*Lebenswelt*) oferece base de construção reflexiva e talvez seja neste conceito que a Geografia vislumbrou um ponto de intersecção com a Fenomenologia e seus objetos de investigação (Holzer, 1999).

O mundo-da-vida, para Schütz (1979), envolve todas as esferas das experiências cotidianas, ações, escolhas e condutas, através das quais os indivíduos lidam com seus interesses, relacionam-se com pessoas, concebem e realizam desejos, enfrentam e resolvem desafios.

Os escritos de Eric Dardel, quando examinam a Geografia a partir de uma perspectiva fenomenológico-existencialista, sugerem a necessidade e dever dessa disciplina em analisar a relação entre ser humano e mundo não apenas pelos seus aspectos objetivistas, mas também pelas experiências vividas mais essenciais, ou seja, aquelas que fundam a realidade geográfica dessa relação ser-e-mundo (Dardel, 2011).

Essa busca por colocar as experiências humanas sob o foco da investigação científico-geográfica implicou não apenas à Geografia, dita formal, rever a constituição epistemológica dos conceitos e categorias dos quais ela historicamente tratou – paisagem, território, lugar e região –, mas também reexaminar os fundamentos ideológicos e ontológicos que sustentaram ou reforçaram essas visões e divisões.

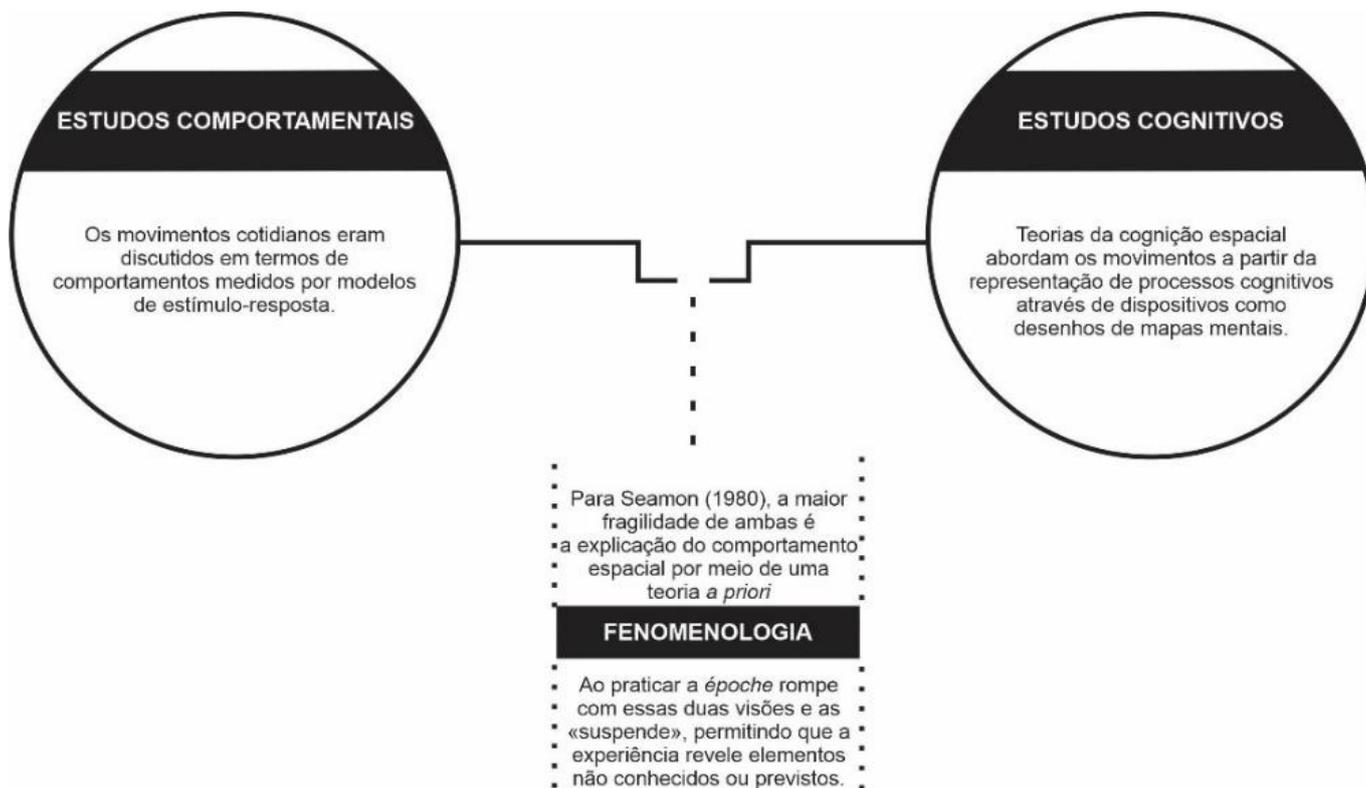
Mesmo que as implicações produzidas pelas questões vindas da Fenomenologia não tenham sido totalmente exploradas pela Geografia, esta postura de reexaminar seus pressupostos é fundamental para o que vem a ser o método fenomenológico e, ao mesmo tempo, geográfico (Buttimer, 1985), pois, em última instância, a busca principal do pensamento fenomenológico é de reaproximar a Geografia ao mundo-da-vida e, por mais sinuoso e arriscado que seja esse caminho, desvendar algumas pistas já trilhadas.

David Seamon, arquiteto urbanista norte-americano, arriscou-se ao trilhar este caminho. Em 1977, o autor apresentou suas preocupações fenomenológicas em um dos trabalhos pioneiros da escola de Geografia Humanista nos Estados Unidos, quando defendeu sua tese de doutorado intitulada “*Movement, rest and encounter: a phenomenology of everyday environmental experience*”³ (Seamon, 1977).

Para Seamon (1977; 2013), a ciência convencional, especialmente a Psicologia Ambiental da época, ligada à tradição filosófica empirista, tratou os movimentos cotidianos das pessoas em termos de comportamento espacial, aplicando modelos positivistas de estímulo-resposta. Na tentativa de imitar os métodos das ciências naturais e ter a possibilidade de mensurar e quantificar atitudes visíveis e perceptivas, a rigorosidade da abordagem comportamentalista (behaviorista) restringiu ou desconsiderou todo o processo de experiência envolvido nos fenômenos que envolvem os movimentos das pessoas e seus lugares, como a cognição, emoção, sensação – experiências que são imprecisas e conhecidas de forma subjetiva ou intersubjetiva entre as pessoas que os reportam (Figura 1).

3 “Movimento, descanso e encontro: uma fenomenologia da experiência ambiental cotidiana”, em tradução livre.

Figura 1: Estudos Comportamentais, Estudos Cognitivos e a Fenomenologia



Fonte: De Paula (2016, p. 15).

Mas Seamon (1977) não tece críticas apenas às abordagens comportamentalistas. Inspirado na fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (2011), demonstra a insatisfação de métodos investigativos em Ciências Humanas e Sociais que negligenciam o papel da corporeidade nos estudos ambientais.

Para ele, grandes ou pequenos espaços coletivos possuem movimentos habituais produzidos por pessoas e objetos, os quais incorporam gestos como pisar, voltar, chegar, apressar-se ou repousar. Um obstáculo, por exemplo, pode se tornar repentinamente em um ponto de encontro. Estes movimentos e pausas geram a dança-do-lugar (place-ballet), a qual pode ser definida, sinteticamente, como a fusão de rotinas espaço-temporais capazes de gerar padrões ou um quadro de estabilidades habituais características de um lugar específico (Seamon, 2013).

Essa estabilidade produzida pela repetição, na opinião do autor, gera um forte sentido de lugar e permite ao geógrafo investigador estar aberto e sensível para prever o efeito de mudanças sociais e ambientais do e no lugar.

Essa ideia de rotinas espaço-temporais do lugar é tão potente que, antes de Seamon, o arquiteto-urbanista Kevin Lynch, em 1960, já havia se atentado para “costumes do lugar” em sua obra “A imagem da cidade” (Lynch, 1997). Ao definir conceitos como “vias”, “pontos nodais”, “limites” e “marcos”, o autor procurou compreender como a organização espacial das cidades poderia produzir uma estrutura de imagens (visuais e simbólicas) capazes de gerar identidade e pertencimento.

Lynch (1997) observou que, em alguns casos, como em Beacon Hill, na cidade de Boston, os habitantes se comportavam diferentemente em espaços públicos, mesmo quando estes espaços se assemelhavam a espaços públicos comuns das demais cidades norte-americanas.

A jornalista e ativista Jane Jacobs, em sua obra “Morte e vida de grandes cidades”, também descrevia o mesmo fenômeno como o “balé-das-calçadas”:

Soba aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa. Sua essência é a complexidade do uso das calçadas, que traz consigo uma sucessão permanente de olhos. Essa ordem compõe-se de movimento e mudança, e, embora se trate de vida, não de arte, podemos chamá-la, na fantasia, de forma artística da cidade a compará-la à dança – não uma dança mecânica, com os figurantes erguendo a perna e, ao mesmo tempo, rodopiando em sincronia, curvando-se juntos, mas a um balé complexo, em que cada indivíduo e os grupos têm todos papéis distintos, que por milagre se reforçam mutuamente e compõem um todo ordenado. O balé da calçada urbana nunca se repete em outro lugar, e em qualquer lugar está sempre repleto de novas improvisações (Jacobs, 2000, p. 52, grifo nosso).

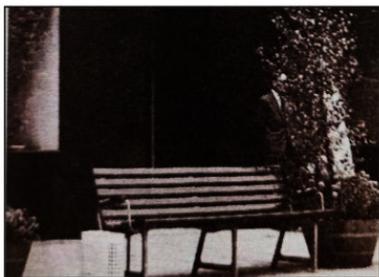
As danças-dos-lugares são rotinas e estão associadas a um conjunto de elementos contingentes que podem ser mais ou menos previsíveis e perceptíveis cotidianamente. É relevante salientar que não se trata de movimentos básicos executados entre pessoas e as edificações dos lugares, especificamente: dos espaços públicos.

A dança-do-lugar possui uma estrutura espacial que configura o lugar em termos de paisagem, isto é, sua edificação material, combinada aos elementos visuais e estéticos, possibilitam e promovem o acesso de pessoas a lugares. Mas este acesso não se restringe apenas a sua materialidade: é complexo e determinado pelas estruturas social e cultural, de grupos, classes e indivíduos envolvidos, que podem ou não se apropriar simbolicamente daquele lugar, a depender dos tipos de usos.

Teorias sociais, espaciais e culturais, especialmente categorias analíticas que compõem parte do campo da Arquitetura, da Antropologia, da Geografia e da Ecologia Urbana, são imprescindíveis aos estudos das rotinas desses lugares. No entanto, não determinam explicações totalizantes à sua investigação. Seamon (1977) enfatiza que as manifestações das danças-dos-lugares necessitam de uma “atitude fenomenológica”, devido ao seu alto grau de contingência e efemeridade.

Os lugares apresentam rotinas que podem ser descritas pelas suas atividades – funções relacionadas ao lazer, entretenimento e serviços; também pelo perfil de pessoas que ali se encontram – faixa etária, classe social, profissão, raça e gênero – bem como pela intensidade de usos, segundo períodos do dia, do mês ou do ano. Essas rotinas servem de material primário à compreensão da dança-do-lugar e exige paciência ao processo de descrição. Abaixo, trazemos um exemplo prático-metodológico de Gehl e Svarre (2018) que, intencionalmente, buscaram criar uma metodologia de pesquisa em espaços públicos com o propósito de ilustrar o que Jane Jacobs chamou de “balé das calçadas” (Figura 2):

Figura 2: “Como se usa um banco?”



Aqui está um banco.



A+B: «Ótimo, vamos nos sentar»



A+B: «... para eu fumar meu cachimbo» (o homem ao fundo ainda aguarda)



C: «Ah, um assento livre na ponta Vou pegar este.»



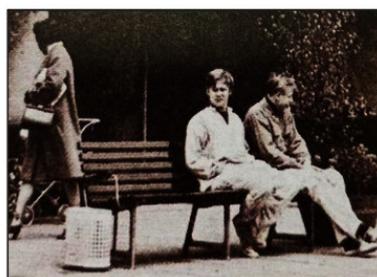
A+B: «Bom, hora de ir embora»



C: «Ah, esse é um bom lugar para se sentar.»



C: «Aí dois aprendizes com tinta nas calças. Acho que já fiquei bastante aqui.»



D+E: «Uau, você deu uma olhada nela?»



F: «Ah, um banco vazio. Será que tem algum vermelho sobrando?»



F: «...»



G: «Aqui está bom. Vou sentar aqui na outra ponta. Mas o que é isso? Tinta fresca! - Bom, não vou me sentar aí.»



F: «Então, ele não queria mesmo se sentar, acho que vou ficar aqui sozinho... (o pequeno ainda está esperando pacientemente no carrinho.)»

Fonte: Gehl e Svarre (2018, p. 7).

O “balé”, apresentado em cenas curtas (Figura 2), nas quais a coreografia se desenrola, é permeado por um forte sentido de uso coletivo de um equipamento urbano – o banco. Podemos compreender esta como uma cena da dança-do-lugar, ou seja, das interações coreografadas de corpos em movimento no espaço que conformam uma lugaridade na área central de Copenhague. A cena é acompanhada de diálogos⁴ escritos por Jan Gehl, o qual estimulava seus alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo a interagir com a vida na cidade, em vez de se limitar a planejamentos técnicos e abstratos de maquetes.

O autor apostava que a interação entre os alunos e os espaços públicos em trabalhos de campos traria maior compreensão destes lugares, uma vez que o ato de observar e descrever oferecem registros mais subjetivos e, portanto, são capazes de promover novos olhares e perspectivas de lugares que os alunos “julgavam” conhecer.

Esse movimento metodológico de “descoberta-do-já-conhecido” também tem raízes epistemológicas na Fenomenologia. Husserl (2019) chamava de “evidência habitual” ou “atitude natural” o juízo que o pesquisador tem acerca de uma série de informações discursivas e teóricas que fazem parte, naturalmente, de seu escopo conceitual.

Se não permitir que esses discursos sejam “suspensos”, eles podem colaborar com uma objetificação ou enviesamento do fenômeno estudado, ou seja, se adequarmos esse cuidado aos nossos objetivos metodológicos da prática da pesquisa, os discursos e teorias, *a priori*, serão os parâmetros em vez de um processo de “descoberta” que emana da manifestação fenomênica. De outro modo, essa evidência alcançada seriam as rotinas espaço-temporais dos espaços públicos, a própria dança-do-lugar.

O elemento fundante da pesquisa a partir da dança-do-lugar, portanto, é a observação direta ou sua própria manifestação *in loco*, cuja essência do fenômeno coloca em evidência a multiplicidade e complexidade de vivências que ali se realizam. Dessa forma, não se trata de negar as teorias sociais e espaciais vigentes, suas trajetórias e a construção histórica e científica de conceitos disciplinares já consolidados, mas colocar essas teorias e discursos “de lado” e, a um só tempo, articulá-los como objetos de uma redução fenomenológica (*epoché*).

Essa redução consiste em um esforço para constituir uma postura que busca escavar os sentidos e a essência do fenômeno ao colocar, cuidadosamente, “entre parênteses” quaisquer explicações que induzam a uma compreensão superficial ou precipitada das experiências ali vividas (Marandola Jr., 2005).

Nesse sentido, a *epoché* (redução fenomenológica ou eidética) é uma prática descritiva carregada de intencionalidade, a qual é um princípio caro à fenomenologia husserliana porque representa (no plano transcendental) uma tomada de consciência do mundo-vivido (*lebenswelt*) e, ao mesmo tempo, método ou caminho (*epoché*) que se abre para a possibilidade de romper a “atitude natural” (Husserl, 1986). Ideias, concepções, preconceitos, noções e interpretações pré-concebidas seriam estorvos às “aparições” do fenômeno.

4 “O estudo das nuances no uso dos bancos origina-se de um artigo de Jan Gehl, ‘People on Foot’ de 1968. O diálogo sob as fotos foi, originalmente, escrito em dinamarquês, por Jan Gehl junto com Mark von Wodtke, que era parte do grupo que realizou o primeiro grande estudo sobre a vida na cidade de Copenhague, em 1968” (Gehl; Svarre, 2018, p. 7).

Sair na cidade para aprender e desenvolver métodos de observação direta é uma alternativa que aproxima dialeticamente prática e teoria, sem necessariamente estabelecer limites hierárquicos muito claros entre essas duas dimensões. Compreender a dança-do-lugar relaciona-se àquilo que Jacobs (2000) suscitou sobre o “balé-das-calçadas”: sua observação e análise permite a compreensão da cidade como um imenso “laboratório” de tentativas, erros, fracassos e talvez sucessos.

As experiências que se têm na cidade moderna devem ser contextualizadas ao estilo de vida contemporâneo. A observação direta da dança-do-lugar precisa de tempo para que as vivências, experimentações e reflexões sejam sedimentadas. Isso faz com que um dos maiores desafios seja garantir uma observação cadenciada e cuidadosa em um modelo de cidade onde o imperativo da velocidade é a maior marca de seu tempo.

A dificuldade de se compreender a cidade através de trajetos “a pé” está intrinsicamente associada ao urbanismo progressista, aliado ao crescimento desordenado e fragmentado do tecido urbano e, como consequência, ao empobrecimento cultural da experiência sobre as paisagens da cidade.

A velocidade dos deslocamentos, promovida pela hiper mobilidade (Marandola Jr., 2008), coloca em risco a pausa e a contemplação, deixadas de lado em troca de uma funcionalidade dos automóveis, da visão fragmentada, confusa e em larga escala dos espaços urbanos. O “efeito túnel” que faz com que as pessoas só saibam informações em termos de “local de origem” e “local de destino”, por aplicativos de GPS e dispositivos móveis, invisibilizando todos os lugares e paisagens que se encontram no caminho, tornando os trajetos excessivamente racionalizados e apagados.

O processo de industrialização das cidades impõe desafios quanto à reversibilidade da retomada de atividades realizadas a pé, as quais foram sistematicamente ignoradas como importante elemento à qualidade de vida em espaços urbanos (Gehl; Svarre, 2018). As políticas públicas de pedestrianização dos espaços públicos, como a exclusividade temporária do uso por pedestres em grandes avenidas e ruas, práticas comuns em centros metropolitanos brasileiros, tem como objetivo tornar a escala espacial do corpo uma possibilidade de não mais negligenciar essa experiência.

Por isso, é preciso reforçar que a prática de andar proporciona uma experiência urbana distinta do automóvel. Enquanto o acréscimo da velocidade proporcionado pelos carros reforça a condição física do corpo em deslocamento e a desconexão com o espaço e a paisagem urbana, o ato de caminhar, em um ritmo mais lento, reestabelece essa conexão, fazendo com que a escala da experiência corpórea seja a própria prática da caminhada, tornando-se uma qualidade intrínseca às nuances e características dos lugares.

Winner (1986), para refletir sobre essas duas maneiras de se locomover pela cidade, cria uma imagem hipotética de dois homens que seguem na mesma direção ao longo de uma rua tranquila em um dia ensolarado, onde um deles está a pé e o outro dirigindo um automóvel. O pedestre tem certa flexibilidade de movimento: ele pode fazer uma pausa para olhar uma vitrine, falar com os transeuntes e estender a mão para pegar uma flor no jardim do canteiro. O motorista, embora tenha potencial de se mover muito mais rápido, é limitado

pelo espaço enclausurado do automóvel, pelas dimensões métricas da rodovia e pelas regras de trânsito. Suas escolhas são conduzidas e estruturadas pelo seu destino pretendido, podendo ocasionalmente ter olhares laterais e se deter sobre as cenas e objetos que estão em seu entorno. Para o motorista, a regra mais importante para sua boa condução é evitar bater nas coisas, sendo seu ambiente imediato um campo de obstáculos que não devem ser tocados.

Escritores e literários têm refletido acerca do ato de caminhar como uma arte de observação das cidades. Jean Jacques Rousseau, em “Os devaneios do caminhante solitário” (1995), Johann Wolfgang Von Goethe, em “Viagem à Itália” (1999), e “Caminhada”, de Henry David Thoreau (2012), são alguns exemplos de associação do caminhar com o pensamento. Frédéric Grós problematiza esta relação histórica em seu “Caminhar, uma filosofia” (2010), na qual lembra ainda dos casos clássicos de Nietzsche, Rimbaud, Rousseau, Thoreau, Nerval, Kant, Gandhi e outros pensadores que associaram o caminhar a diferentes sentidos e intencionalidades.

Na literatura, o clássico conto de Edgar Allan Poe “O Homem da Multidão” (2008), “Notas de inverno sobre impressões de verão”, de Fiódor Dostoiévsk (2000), o conto “A arte de andar pelas ruas do Rio de Janeiro”, de Rubem Fonseca (1992), são alguns exemplos que demonstram como a caminhada não se trata apenas de um exercício físico, mas da possibilidade do pensar e observar a cidade por diferentes perspectivas.

A reflexão literária e a arte, em todas as suas formas de expressão, possuem potencial analítico e capacidade de investigação da efemeridade da vida na cidade. Sua perspectiva estética e imagética elucidam nuances que estão sob o indeterminado campo sensível do cotidiano (De Certeau, 2014). Andar pela cidade, nesse sentido, torna-se uma das experiências mais importantes da observação das danças-dos-lugares e imersão do próprio pesquisador nestes movimentos.

Jacobs (2000, p. 415) afirmava que “precisamos da arte, tanto na organização das cidades quanto em outras esferas da vida, para ajudar a explicar a vida para nós, para mostrar-nos seus significados, esclarecer a interação entre a vida de cada um de nós e a vida em nosso redor”. Para a pesquisa fenomenológica, o ato de caminhar também precisa ser espontâneo, criativo e não meramente mecânico, rígido e pré-definido. O andar precisa se manifestar em forma de *flânerie*⁵, um caminhar errante, intuitivo e sensível à dança-do-lugar.

A operacionalização dos trabalhos de campo, contraditoriamente, contaria com brechas de imprevisibilidades e aberturas para a improvisação e a criatividade. O caminhar configurar-se-ia, portanto, como a própria forma de pensar, sentir e se expor a essa dança, aproximando as ações da curiosidade do andarilho à observação fenomenológica do pesquisador.

5 O termo *flânerie* vem de *flâneur*, palavra francesa que se refere a uma personagem histórica que tem origem na Paris do início do século XIX. Preocupado com a essência e os sentidos da experiência urbana em seus traços mais essenciais, o *flâneur* surge em um contexto em que a sociedade francesa vivia o auge de seu processo de urbanização e industrialização e a formação de uma esfera pública burguesa. A atitude do *flâneur* era uma das poucas experiências em que qualquer indivíduo poderia andar e observar a cidade sem ter um destino ou caminho pré-definido. Por isso, numa breve pesquisa do termo, ele é amplamente comparado com as figuras do “errante” ou do “vagabundo”. Na verdade, como observou Walter Benjamin, o *flâneur* é um curioso da cidade, quase um detetive, um suspeito e, ao mesmo tempo, um desconfiado que está sempre olhando, observando e anotando (Benjamin, 1994; Featherstone, 2000).

Muitos registros seriam necessários para que se criasse um diário de campo, fontes de dados primárias para objeto de reflexão. É importante frisar que esses passos são sugestões de ações que apenas visam desenvolver habilidades de observação e sensibilidade, promovendo a capacidade de refutar, reforçar, articular ou sintetizar conceitos e teorias em conjunto de experiências circunstanciais dos espaços públicos. Essas experiências de campo, portanto, permitiriam descrever fenomenologicamente os ritmos dos lugares: seus padrões e suas contingências.

A descrição dessa pluralidade de vivências encaminharia às possíveis maneiras de compreensão de usos (ou desusos) que animariam esses espaços públicos, passando por reflexões de origem sensorial (tátil, visual, motora...), social e conceitual. A figura 03, apresenta uma sugestão fenomenológica da composição desses diários de trabalho de campo.

Figura 03: Proposta de registros de trabalho de campo para estudo da dança-do-lugar.

Visual (fotográfico): parte dos dados visuais seria produzido através de fotografias geradas por ensaios que buscassem apresentar diferentes leituras e olhares, colocando em perspectiva a diversidade de indivíduos e grupos que territorializam os espaços públicos. As fotografias serviriam para criar e discutir a imagem desses espaços.
Audiovisual (vídeo): os vídeos visariam registrar diferentes circunstâncias dos lugares, atribuindo movimento às fronteiras imateriais que muitas vezes podem ser enrijecidas pela imagem (estática) da fotografia. Feitos em diferentes períodos, iriam alimentar as descrições sobre o <i>place-ballet</i> dos espaços públicos em distintas escalas temporais.
Verbal (conversas): as conversas seriam feitas em graus de envolvimento entre pesquisador (<i>outsider</i>) e as pessoas que estão nos espaços públicos (<i>insider/outsider</i>), a fim de trazer fragmentos discursivos não diretivos sobre os lugares.
Gráfica (croquis e mapas): os mapas e croquis iriam traçar a geografia dos espaços públicos e seu entorno, incluindo seus trajetos e fronteiras formais e não formais, ao vincular aspectos da paisagem (forma), a percepção da organização e do arranjo espacial, estabelecendo o grau de “abertura” ou “fechamento” físicos, simbólicos e sociais dos espaços públicos.
Textual: todos os dados descritos acima seriam atrelados a textos descritivos de campo e ancorados numa redução fenomenológica e seriam detalhadas as circunstâncias e contexto em que cada informação fora coletada. Seriam nos textos que os diálogos suscitariam as pertinências entre teoria e empiria dos espaços públicos urbanos.

Fonte: De Paula (2016, p. 18).

Ao permitir que os espaços públicos tragam informações que se manifestem, enquanto fenômenos efêmeros, abrem-se possibilidades à própria circunstancialidade geográfica do lugar. Por vezes, as situações e experiências de campo podem revelar elementos contrários àqueles que a literatura aponta ou ao que o pesquisador acredita, demonstrando a contradição, complementaridade e complexidade da dança-do-lugar.

Apesar do presente artigo estar debruçado sobre o tema dos espaços públicos urbanos, todos os lugares possuem seu “balé”, seus ritmos e sincronismos próprios. Cabe à ciência geográfica rememorar seus princípios ideográficos, tal como Paul Vidal de La Blache esboçava em seus métodos descritivos e “gêneros de vida” (Vidal, 2005), não por uma perspectiva romantizada e nostálgica da Geografia Clássica Francesa, mas por uma necessidade teórica e analítica de reaproximação entre Ciência e o mundo-da-vida. A Fenomenologia é sugestiva e propõe possíveis aberturas para isso: os lugares são, antes de tudo, espaços vividos.

4 | DANÇA DO LUGAR E OS ESPAÇOS PÚBLICOS ENQUANTO ESPAÇOS VIVIDOS

Pensar a pesquisa como prática, como sugere Gadamer (2014), reforça o caráter experiencial da elaboração de qualquer investigação, deslocando a questão do método, como uma saída para a resolução de impasses teóricos, em direção à experiência hermenêutica que o processo implica. Neste sentido, pensar a pesquisa como *práxis* radicaliza a não dicotomia sujeito-objeto problematizada pela Fenomenologia, desafiando-nos a construir práticas de pesquisa articuladas com os próprios fenômenos estudados.

Enquanto lugar, os espaços públicos urbanos são multifacetados. Há sobreposições de realidades que se manifestam na experiência cotidiana da cidade. Enquanto território, seus limites normativos e jurisdicionais das esferas social e pública conferem aspectos legais a sua existência. Por isso, os espaços públicos urbanos têm este caráter “híbrido” e transitório entre território e lugar.

Compreender os espaços públicos a partir da dança-do-lugar ajuda a discutir as microterritorialidades que constituem as lugaridades não apenas como pausa ou estabilidade, como aponta Tuan (2013), mas pelos fluxos e efemeridades de suas coreografias, que não necessariamente respeitam os aspectos formais desses espaços urbanos.

Assim, possivelmente, os momentos de contingências se apresentariam como uma característica que mais se aproxima do ideal moderno de democracia que a vasta literatura já citada aponta. Não raros são os casos de usos democráticos e não convencionais dos espaços públicos que podem ser exemplificados: adolescentes que utilizam uma praça para praticar *parkour* ou uma estação de metrô para um encontro de batalha de *hip-hop*, canteiros para se praticar *slackline* e estacionamentos que se tornam, por um período, verdadeiras pistas de *skate*.

Essa talvez seja a possibilidade que estudos a partir da dança-do-lugar oferecem para as discussões metodológicas sobre espaços públicos: contribuir para a fluidez entre conceitos a partir das experiências vividas. Práticas fenomenológicas, por serem descritivas, buscam compreender como a interação entre pessoas e determinadas estruturas de espaços urbanos – seu tipo de uso, seus aspectos formais, seu desenho arquitetônico e contexto geográfico – podem influenciar ou não na vida desses lugares e, ainda mais importante, como influenciam.

Torna-se pertinente reafirmar que essa dança-do-lugar (*place-ballet*) ou “balé-das-calçadas”, portanto, é fenômeno e, ao mesmo tempo, prática de pesquisa. Busca a descrição de rotinas espontâneas no cotidiano do lugar sobre padrões de ações mais ou menos coerentes. No entanto, também deve ser sensível e cuidadosa às percepções de outras manifestações de usos, acarretando reflexões que carregam perspectivas sobre um importante aspecto temporal da vida na cidade: sua imprevisibilidade.

Na verdade, o conhecimento das danças-dos-lugares é um saber intrínseco, em alguma medida, corriqueiro e muito comum em nossas vidas: nós o usamos para evitar o trânsito em determinada rua, para não nos atrasarmos durante o deslocamento para o trabalho ou atividade de lazer; escolhemos os lugares de encontro em horários específicos, a fim de termos mais tranquilidade e privacidade; decidimos ir a um café ou padaria em determinado horário para evitar filas etc.

Estes exemplos, entre outras infinitas circunstâncias, referem-se às estratégias de nosso dia-a-dia que pressupõem conhecimento prévio das respectivas danças-dos-lugares.

Ora, então, qualquer descrição do lugar poderia ser interpretada como uma dança-do-lugar? Não. O método fenomenológico proposto aqui se orienta, primordialmente, através de uma mudança de postura epistemológica: colocar a consciência sobre os fatos em função da dúvida. A possibilidade de se produzir conhecimento a partir das evidências não apenas teóricas e materiais, mas se desafiar a enfrentar aquilo que Merleau-Ponty (2014) nos aponta: é tarefa do pesquisador garantir e priorizar os fenômenos que nos obrigam a rever e redefinir, continuamente, as noções mais fundadas que foram definidas, *a priori*, pela experiência.

Valer-se da dança-do-lugar como método de investigação também tensiona uma análise sobre a intersubjetividade dos espaços públicos. A imagem e o imaginário urbano rodeiam e assombram estes lugares, uma vez que a vida cívica em centros urbanos tem sido questionada a partir da deterioração da vida pública, especialmente marcada pelo abandono dos espaços públicos tradicionais.

Os espaços públicos são vistos como “catalisadores” da qualidade de vida nas cidades modernas: seja pelo tema da segurança pública, ao se criar “fobópoles” (espaços urbanos de violência civil e insegurança pública), tratado por Souza (2008), ou pela perspectiva do planejamento urbano que tende a fetichizar parques públicos como “álisis verdes” no contexto ambiental (Serpa, 2005). Logo, parece que esses lugares estão fadados a indicar o futuro de nossas cidades.

Encerrando este breve ensaio metodológico, nada mais coerente, portanto, que enfatizar a importância de se encarar os espaços públicos como espaços vividos (Serpa, 2021). Percepções, opiniões, usos, conflitos e contradições que compõem o imaginário urbano constituem aquilo que De Certeau (2014, p. 36) chamou de “conciliábulo na praça”, ou seja, propor metodologias criativas e dialógicas que procurem valer-se de experiências concretas para construir caminhos de uma geografia vivida.

As coreografias das ruas, praças e calçadas estão repletas de sinais e vestígios que podem nos ajudar a entender as nossas vidas nas cidades contemporâneas, basta estarmos, metodologicamente, abertos e atentos para percebê-las. ■

Recebido em: 23-07-2023

Aceito em: 17-01-2024

REFÊRÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio L. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- ANDRANDE, Luciana T.; BAPTISTA, Luís V. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. *Sociologia*, v. XXIX, p.129-146, 2015.
- ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- ARROYO, Julio. Espacio público. Fenomenologías complejas y dificultades epistemológicas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 1, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERDOULAY, Vincent. El lugar y el espacio público. In: ZUSMAN, Perla; CASTRO, Hortencia; ADAMO, Susana B. (Org.). *Geografías culturales: aproximaciones, intersecciones y desafíos*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Buenos Aires, 2011, p.139-153.
- BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1985.
- CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34/Edusp, 2000.
- CASTRO, Luiz G. R. O que é espaço público. *Fato e Opinião*, jul. 2013. Disponível em: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx> Acesso em: 09 ago. 2013.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.
- COSTA, Benhur Pinós; BERNARDES, Antônio. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface. *Cidades*, v. 10, n. 17, p. 30-60, 2013. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12016>
- DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DARTIGUES, André. *O que é fenomenologia?* 9. ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DE PAULA, Fernanda C. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. *Geotextos*, v. 7, n. 1, p. 105-126, 2011.
- DE PAULA, Luiz T. Fenomenologia dos espaços públicos: entre as certezas e inseguranças da experiência urbana. 2016. 107 p. *Dissertação* (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2016.
- DOSTOIEVSK, Fiódor. *O crocodilo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antonio Arantes (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000,
- FONSECA, Rubem. *Romance negro: e outras histórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GADAMER, Hans-George. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2014. V. 1.

- GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. *A vida na cidade: como estudar*. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Viagem à Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GOHEEN, Peter G. Public space and geography of the modern city. *Progress in Human Geography*, v. 22, n. 4, p. 479-496, 1998.
- GOMES, Paulo Cesar da C. *A condição urbana: estudos de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- GRÓS, Frédéric. *Caminhar, uma filosofia*. São Paulo: É Realizações, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano IX, n. 17, p.19-45, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. *Cidades*, v. 10, n. 17, p. 18-29, 2013. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12015>
- HOLZER, Werther. O conceito de lugar na Geografia Humanista Cultural: uma contribuição para Geografia Contemporânea. *GEOgraphia*, ano. V, n. 10, p.113-123, 2003.
- HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. *Território*, ano IV, n. 7, p.67-78, 1999.
- HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: uma introdução à fenomenologia*. São Paulo: Edipro, 2019.
- HUSSERL, Edmund. *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- KILLIAN, Ted. Public and private, power and space. In: LIGHT, Andrew; SMITH, Jonathan (Ed.). *The Production of Public Space*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de cidades grandes*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEITE, Rogério P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LUCKERMANN, Fred. Geography as a formal intellectual discipline and the way in which it contributes to human knowledge. *Canadian Geographer*, v. 8, n. 4, p.167-172, 1964.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Ainda é possível falar em experiência urbana? Habitar como situação corpo-mundo. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 2, p. 10-43, 2020.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. (Org.). *Qual o espaço do lugar?* Geografia, Epistemologia e Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Entre muros e rodovias: os riscos do espaço e do lugar. *Antropolítica*, v. 24, p. 195-218, 2008.

- MARANDOLA JR., Eduardo. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. *Terra Livre*, Ano 21, v. 2, n. 25, p. 67-79, 2005.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MORAN, Dermont. *Introduction to phenomenology*. London: Routledge, 2000.
- OLIVEIRA, Livia. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.). *Qual o espaço do lugar?* Geografia, Epistemologia e Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 3-16.
- PICKLES, John. *Phenomenology, science and geography: spatiality and human science*. London: Cambridge, 1985.
- POE, Edgar A. *Histórias extraordinárias*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- ROUSSEAU, Jean J. *Os Devaneios do caminhante solitário*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SALCEDO HANSEN, Rodrigo. El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo postmoderno. *EURE*, v. 28, n. 84, p. 5-19, 2022.
- SCHÜTZ, Alfred. Bases da fenomenologia. In: WAGNER, Helmut R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schütz*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SEAMON, David. Lived Bodies, Place, and Phenomenology: Implications for Human Rights and Environmental Justice. *Journal of Human Rights and the Environment*, v. 4, n. 2, 2013.
- SEAMON, David. *Movement, rest, and encounter: a phenomenology of everyday environmental experience*. 1977. 306 f. Dissertation (Ph.D. in Geography) – Clark University, Worcester, 1977.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SERPA, Angelo. *Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia*. São Paulo: Contexto, 2021.
- SERPA, Angelo. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. *Cidades*, v. 10, n. 17, p. 61-75, 2013a. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12017>
- SERPA, Angelo. Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea. *Mercator*, v. 12, p. 23-30, 2013b.
- SERPA, Angelo. *O Espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SERPA, Angelo. Gestão territorial do sistema de parques públicos em Salvador, Bahia: contradições e paradoxos. *Ra'e ga*, n. 12, p. 7-19, 2006.
- SERPA, Angelo. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? *Cidades*, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.
- SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. *Geosp – Espaço e Tempo*, n. 15, p. 21-37, 2004.
- SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominância à apropriação. *Geosp – Espaço e Tempo*, n. 19, p. 93-111, 2006.

- SOUZA, Marcelo L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- THOREAU, Henry D. *Caminhada*. Lisboa: Antígona, 2012.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Os limites da inversão: a heterotopia do Beco do Batman, São Paulo. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 37, p. 222-243, 2017.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Cracolândia: a heterotopia de um espaço público. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 5, p. 211-230, 2015.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. Sobre espaço público e heterotopia. *Geosul*, v. 24, n. 48, p. 7-26, 2009.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. Por uma perspectiva geográfica dos espaços públicos: repensando a espacialidade da dimensão social. *Espaço e Cultura*, n. 22, p. 67-78, 2007.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Geografia Geral: os gêneros de vida na Geografia Humana. *GEOgraphia*, ano 7, n. 13, p. 113-130, 2005.
- WINNER, Langdon. *The whale and the reactor: a search for limits in an age of high technology*. Chicago: The Chicago University Press, 1986.